

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar)**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)**

**TAINÁ REIS DE SOUZA**

**PROPRIEDADE E RENDA FUNDIÁRIA:  
CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO RURAL PAULISTA.**

**São Carlos  
Julho, 2013**

**TAINÁ REIS DE SOUZA**

**PROPRIEDADE E RENDA FUNDIÁRIA: CONFIGURAÇÕES  
CONTEMPORÂNEAS DO RURAL PAULISTA.**

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do Título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

**São Carlos  
2013**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

R375pr      Reis de Souza, Tainá.  
              Propriedade e renda fundiária : configurações  
contemporâneas do rural paulista / Tainá Reis de Souza. --  
São Carlos : UFSCar, 2013.  
              134 f.

              Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2013.

              1. Sociologia rural. 2. Renda fundiária. 3. Questão agrária.  
4. Posse da terra. 5. Metamorfoses do rural. I. Título.

CDD: 307.72 (20ª)



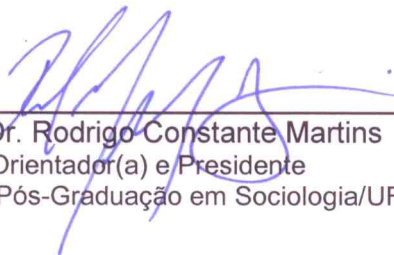
Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676  
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673  
[www.ppgs.ufscar.br](http://www.ppgs.ufscar.br) - Endereço eletrônico: [ppgs@ufscar.br](mailto:ppgs@ufscar.br)

## Tainá Reis de Souza

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Aprovada em 02 de setembro de 2013

### BANCA EXAMINADORA:



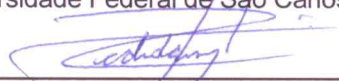
---

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins  
Orientador(a) e Presidente  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar



---

Profª Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva  
Universidade Federal de São Carlos

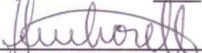


---

Prof. Dr. Pedro Ramos  
Universidade Estadual de Campinas

Para uso da CPG

Homologado na 40.ª Reunião da CPG-  
Sociologia, realizada em 18/09/13



---

Profª Dra. Jacqueline Sinhoretto  
Vice-Coordenadora do PPGS

## AGRADECIMENTOS

*(...) somos senão um eco  
Maurice Halbwachs*

Durante a elaboração dessa dissertação me pareceu estranha a tão comum frase: o trabalho do pesquisador é um trabalho solitário. Claro que a elaboração do texto é algo de responsabilidade do pesquisador em si, mas como não considerar cada pequena contribuição das pessoas que cruzaram nosso caminho? Assim, neste espaço busco de uma forma bem singela agradecer àqueles que cruzaram meu caminho durante o processo de realização da dissertação.

Em primeiro lugar, pessoas sem as quais esse trabalho não existiria: os interlocutores do trabalho de campo executado durante a graduação, realizado na cidade de São Manuel/SP. Foi por meio de suas falas que o tão explícito, mas também tão invisibilizado, processo de arrendamento canavieiro me veio à tona como tema de pesquisa. Interlocutores esses que durante o mestrado também contribuíram bastante. Todo o pessoal do Sindicato Rural Patronal sou-lhes grata pela disposição e boa vontade com aquela pobre mestranda perdida! Ao corpo da Casa da Agricultura também agradeço muito. Sem citar nomes, deixo aqui meu muitíssimo obrigado a todos e todas que aceitaram ser entrevistados e se dispuseram muitas vezes a abrir suas casas para me receber. Sou grata a todos principalmente por aceitarem compartilhar comigo suas realidades. Um agradecimento muito especial à família de Pratânia, que me acolheu de uma forma tão positiva que me senti em casa! Sem a contribuição deles muito do trabalho sequer seria possível, em todos os sentidos, pois é aquela vontade de resistência que me motivou tanto - e o cafezinho também, claro!

Contudo, o trabalho não se restringiu ao município de São Manuel. Foi em Barra Bonita que pousei (como se diz no interior paulista) durante a pesquisa de campo, local em que encontrei a senhora mais menina do mundo: Dona Cida, me alojou, me ajudou, me inspirou. Muito obrigado mesmo! E, foi também na vizinhança que encontrei outra grande ajuda. Agradeço profundamente ao vizinho que, além de torcer comigo pelo Corinthians na Libertadores da América, me levou aos recônditos da Usina Raízen. Tentava sempre que andava pelas ruas de Barra Bonita achar o melhor ângulo para tirar uma foto bem de longe da fumaça que saía da Usina; graças ao sr. Donizeti pude vê-la

de perto, conhecer a gigantesca estrutura de uma usina, ver os treminhões que iam e vinham com cana e mais cana. Ao pessoal da Teckma (Donizeti, Welton e Eduardo), que me abriu possibilidades de contatos dentro da usina e foi muito paciente me explicando como funcionava tudo aquilo: muito obrigada mesmo!!

Ainda em Barra Bonita, devo muitos agradecimentos ao agrônomo responsável pela Casa da Agricultura, que sempre esteve à disposição para tirar minhas dúvidas. A todos na Associação dos Fornecedores de Cana (AFIBB), desde o presidente, tesoureiro, corpo técnico agrícola, secretária, todos foram bastante abertos à minha constante presença e me situaram no espaço da produção canavieira do município, muito obrigada.

Claro que este trabalho também não seria possível sem a importantíssima contribuição de meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins. Foi um ano antes de entrar no mestrado que em sua aula de Sociologia Rural me deparei com o tema da renda fundiária, foi a partir de muitas conversas com o mesmo que foi elaborado o projeto de mestrado e sob sua orientação que esta dissertação se realizou. E orientação aqui no sentido stricto sensu, foi mesmo um guia. Sou grata por me mostrar uma luz quando estava me debatendo no escuro! Aos colegas do grupo de estudos Ruralidades, Ambiente e Sociedade (RURAS) que debateram meus textos, sempre apontando questões pertinentes, obrigada!

Agradeço especialmente à Prof. Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida de Moraes Silva, que nas reuniões do grupo de pesquisa do CNPQ Terra, Trabalho e Migrações e nas aulas do mini-curso de História Oral sempre me inspirou a ver no trabalho sociológico muito mais a produção de um trabalho de crítica do que apenas de um trabalho científico, uma ciência crítica! Agradeço imensamente também pelas contribuições feitas no exame de qualificação, sem as quais essa dissertação com certeza perderia muito. Aos colegas desse grupo, obrigado por compartilhar essa vontade de fazer...

Agradeço aos amigos da turma de mestrado que deram seus pitacos importantíssimos para que o texto de dissertação não ficasse tão aberto (nem tão fechado). E mais ainda aos amigos de fora do mestrado, que me impediram de entrar em pânico e sempre tinham a hora certa de me convidar para aquela cervejinha! Especificamente agradeço à Kátia e à Cris, pela ajuda no texto de qualificação e à Marisa e ao Rafa pelas correções de português e normas da ABNT da versão final da dissertação.

Durante o difícil período de trabalho de campo e de escrita desta dissertação, devo agradecer muito ao querido Ivan Acuña, que em Barra Bonita me alimentou (enchendo a dispensa com comida e meu coração com confiança e alegria) e que em São Carlos me cobrou rigidamente a manter o foco. E com sua contribuição para adquirir o meio material primordial para esse trabalho (o computador) pude escrever mais tranquila. Lindo, muito obrigado mesmo!

Mas, tudo só foi possível por conta de uma pessoa em particular. Ah, essa sim é responsável não só por esse trabalho, mas por todas as coisas às quais dediquei o meu melhor: minha mãezinha! A você gratidão é pouco. Sem você, eu não seria... “Sou porque tu és”. Obrigada por tudo!

Por fim, devo agradecer a CAPES por tornar tudo possível, já que sem a bolsa de mestrado minha subsistência seria inviável. Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFSCar, que de formas distintas, seja por meio das disciplinas ou das atividades extra-curriculares, me incentivou a produzir este trabalho. Especialmente à Prof<sup>a</sup> Maria Inês Rauter Mancuso, que contribuiu bastante com suas observações no exame de qualificação. Devo agradecer também ao Prof. Dr. Pedro Ramos, da UNICAMP, pela participação na banca de defesa desta dissertação, sua contribuição me atentou para questões importantes. Um economista que dialoga com a sociologia deve ser parabenizado, já que o conhecimento se constrói em conjunto e com diversas perspectivas, a você Prof. Pedro, muito obrigada!

Se pudesse agradecer a muito mais pessoas, mas penso que posso deixar essa sensação boa de coração repleto para “o cosmos”. Desde o motorista do ônibus que me levava de Barra Bonita para São Manuel dia após dia, à atendente da padaria que eu tomava o cafezinho no fim da tarde, ao taxista que escrevia poesias sobre o rio Tietê; todos que cruzaram meu caminho fazem parte disso de alguma forma, então, transbordo essa gratidão a todos!

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi compreender as atuais relações de arrendamento de terra para a produção canavieira no município de São Manuel e de Barra Bonita – SP, tendo como hipótese norteadora que a atual relação entre propriedade e renda fundiária mantém a questão agrária como tema pertinente na compreensão do que se denominou como novo rural brasileiro e que as atuais relações sociais de produção e propriedade presentes no espaço rural também são expressões das metamorfoses do rural contemporâneo. A partir dos objetivos da pesquisa, optou-se por uma metodologia de base qualitativa, contando com observação direta e assistemática, e entrevistas de roteiro semiestruturado. Foi realizada revisão bibliográfica, que perpassou temas como questão agrária no Brasil, novas ruralidades e renda fundiária. Na pesquisa documental foi realizado levantamento dos registros institucionais municipais sobre os usos do solo, identificando os gêneros produzidos e a quantidade e tamanho dos estabelecimentos rurais. No trabalho de campo foram entrevistados pequenos proprietários rurais que arrendam ou já arrendaram - parcial ou integralmente - suas terras para o cultivo canavieiro, e representantes dos principais órgãos rurais municipais. Foi relatado que por conta da grande demanda regional de cana de açúcar e das dificuldades na manutenção de outros cultivos, a maioria dos produtores passou a se dedicar à produção de cana de açúcar. Essa transição se deu no decorrer dos anos 60 e 70 - justamente período de maior ação do Estado sobre o setor canavieiro, com a política de créditos e outros incentivos. Posteriormente, com a necessidade de mecanização da colheita e do uso de tecnologias mais avançadas, a manutenção de pequenos fornecedores de cana se tornou mais dificultosa. Por conta disso, e também devido ao envelhecimento dos produtores e da falta de interesse dos herdeiros em manter a produção, o arrendamento das propriedades para as usinas ou para grandes produtores de cana se mostrou como uma “solução”. No decorrer da pesquisa descobriu-se que na realidade não se trata de arrendamento e sim de parceria agrícola. No caso estudado pequenos proprietários cedem suas terras para uma grande unidade agroindustrial sucroalcooleira, para quem a parceria, e não a compra das terras, se torna mais vantajosa. Afirma-se que nesse caso a parceria agrícola não aparece como um resquício de relações passadas, mas como expressão de relações metamorfoseadas. Com a presença quase total de propriedades arrendadas, é rara a existência de pequenos produtores rurais; são, de fato, pequenos proprietários rurais, que há anos sequer moram nas propriedades. Os proprietários detêm o título da terra, mas o exercem apenas em sua face jurídica. A propriedade econômica do solo, isto é, a apropriação do excedente econômico da terra, é das usinas parceiras. Este tema não só está presente no rural contemporâneo, como também é sinal de suas metamorfoses. Como consideração final, pode-se dizer que frente às transformações pelas quais o espaço rural tem passado nas últimas décadas, a questão da renda fundiária aparece como um fator a mais, que deve ser considerado. O debate que vem pautando as transformações dos espaços rurais não coloca em questão a presença da renda fundiária – nem mesmo da questão agrária. De tal sorte que as alterações referentes às relações entre propriedade e renda fundiária são parte dos espaços rurais e apontam também as metamorfoses do rural contemporâneo.

Palavras chave: renda fundiária, metamorfose do rural, questão agrária.



## ABSTRACT

The objective of this study was to understand the current relations of rent of land for sugarcane production in São Manuel and Barra Bonita - SP, with the guiding hypothesis that the current relationship between property and land rent keeps the agrarian question as pertinent issue in the understanding of what is termed as a new brazilian rural and that the current social relations of production and property present in rural areas are also expressions of the contemporary rural metamorphoses. From the research objectives, it was decided for a methodology of qualitative basis, with direct observation and unsystematic, and semi-structured interviews. The literature was reviewed, which pervaded themes as agrarian question in Brazil, new ruralities and land rent. In documentary research was conducted survey of municipal institutional records of the land uses, identifying genres produced and the quantity and size of farms. During the fieldwork were interviewed small farmers who rent or have rented - partially or completely - their lands for growing sugarcane, and representatives of the main rural local institutions. It was reported that due to the great regional demand of sugarcane and the difficulties in maintaining other crops, most growers began to devote himself to the production of sugarcane. This transition took place in the 60 and 70 - precisely the period of greatest State action on the sugarcane industry, with the policy of credits and other incentives. Later, with the need for mechanical harvesting and the use of more advanced technology, the maintenance of small sugarcane suppliers became more difficult. For this reason, and also due to the aging of the producers and the lack of interest of the heirs to maintain production, the rent of properties for mills or major producers of sugarcane appeared as a "solution". During the research it was discovered that in fact it not rent of land, but agricultural partnership. In the case studied smallholder cede their land for a large sugarcane agribusiness unit, for whom the partnership, and not the purchase of the land, it becomes more advantageous. It is stated that in this case the partnership do not appear as a remnant of past relationships, but as an expression of relations metamorphosed. With the presence of almost total rent properties is rare to have smallholder farmers, they are, in fact, small owners, who for years even live in the properties. The owners hold title of the land, but only in the legal form. The economic property of the soil, in other words, the appropriation of the economic excess of land, belongs to the mill partner. This theme is not only present in contemporary rural, but also a sign of its metamorphoses. As a final consideration it can be said that facing the transformations which the rural past has in recent decades, the issue of land rent appears as one more factor that should be considered. The debate that has guided the transformation of rural areas does not question the presence of land rent - even the agrarian question. In such a way that the changes concerning the relations between property and land rent are part of the rural areas and also point the metamorphosis of the contemporary rural.

Keywords: land rent, rural metamorphoses, agrarian question.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 : População total - São Manuel e Barra Bonita, 1990-2000-2010.....	21
Tabela 2: Distribuição dos estabelecimentos agrícolas por unidade de produção e área. São Manuel - 1995-2008 .....	28
Tabela 3: Distribuição dos estabelecimentos agrícolas por unidade de produção e área. Barra Bonita – 1995-2008. ....	29
Tabela 4: Cultivo vegetal por unidades de produção e área cultivada. São Manuel – 1995-2008.....	31
Tabela 5: Cultivo vegetal por unidade de produção e área cultivada. Barra Bonita – 1995-2008.....	33

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estado de São Paulo – localização dos municípios de São Manuel e Barra Bonita .....	18
Figura 2: Mapa do cultivo da cana de açúcar (2012) – São Manuel (1) e Barra Bonita (2).....	35
Figura 3: Passeio de barco no Rio Tietê. Barra Bonita. ....	98

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
O nascimento da pesquisa.....	11
Fazendo a pesquisa.....	13
Organização do texto.....	16
1 UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA? A IMPORTÂNCIA DA RENDA FUNDIÁRIA EM SÃO MANUEL E BARRA BONITA.....	18
1.1 FUNDAÇÃO E DEMOGRAFIA.....	18
1.2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	22
1.2.1 Breves considerações sobre o papel do Estado.....	23
1.2.2 Caracterização fundiária e produtiva.....	27
1.3 OS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS.....	39
2 A PARCERIA DO ARRENDAMENTO E A RENDA DOS PARCEIROS - FORMA E CONTEÚDO DA RENDA FUNDIÁRIA.....	45
2.1 A PARCERIA <i>IN LOCUS</i> .....	47
2.2 O CONTEÚDO DA PARCERIA AGRÍCOLA.....	52
3 MAR DE CANA: A POSSE, O USO E A LEMBRANÇA DA TERRA.....	65
3.1 PROPRIEDADE JURÍDICA E PROPRIEDADE ECONÔMICA DA TERRA.....	67
3.2 ESPOLIAÇÃO DA MEMÓRIA.....	72
4 RURAL - UM ESPAÇO SEM VIDA?.....	83
4.1 AS NOVAS RURALIDADES.....	85
4.2 DEFINIÇÕES DO RURAL – O RURAL COMO ESPAÇO DE VIDA E CATEGORIA DE PENSAMENTO.....	88
4.3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO RURAL METAMORFOSEADO - OS CASOS DE SÃO MANUEL E BARRA BONITA.....	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	110
APÊNDICES.....	115
APÊNDICE A – CADERNO DE FOTOS.....	116
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	124
APÊNDICE C - CARACTERIZAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS PARCEIROS.....	126

## APRESENTAÇÃO

### O nascimento da pesquisa

A ideia desta pesquisa é fruto de uma observação empírica que ocorreu durante a realização da pesquisa de iniciação científica da presente autora. Foi observado em relatos de pequenos e médios produtores rurais do município de São Manuel, interior paulista, a recorrência e predominância de terras arrendadas para a produção de cana (REIS, 2010) <sup>1</sup>. Isto é, a maior parte das propriedades rurais já não era mais destinada ao plantio de café ou outras culturas tradicionais do município; a cultura canavieira se mostrava cada vez mais presente. Contudo, não se tratava de um cultivo realizado pelos proprietários de terra e sim pelas usinas sucroalcooleiras da região, por meio de arrendamento. Dessa forma, os proprietários passaram a se ocupar em outras atividades que não a produção agrícola.

Ainda na pesquisa de iniciação científica, foi percebido que as configurações contemporâneas do espaço rural eram debatidas, no âmbito da sociologia, pelo espectro das novas ruralidades e do desenvolvimento territorial. Tais temas apontavam para uma superação do viés setorial agrícola nos espaços rurais, mostrando a emergência de novos atores sociais e novas atividades, que não se relacionavam necessariamente com a produção agrícola. Contudo, a partir da observação empírica de São Manuel, percebeu-se que o viés setorial agrícola se mostrava presente na organização social do município. E mais, a presença do arrendamento de terras parecia ser um fator crucial nessa organização.

Destaca-se que os estudos acerca da renda fundiária proposta por Marx (1983) realizados durante a disciplina de Sociologia Rural, ofertada pelo Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins, foi de fundamental importância para a construção do problema de pesquisa. Por meio dessa disciplina surgiram algumas questões, por exemplo: como a renda fundiária impacta os territórios rurais atualmente? Como o debate das novas ruralidades dialoga com tal realidade? A superação do viés setorial agrícola pressupõe a

---

<sup>1</sup> Relatos coletados no trabalho de iniciação científica intitulado Território e novas arenas de poder no rural paulista: um estudo de caso, sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins, vinculado ao projeto Jovem Pesquisador FAPESP - A distinção social na governança da água e do desenvolvimento rural. Posteriormente, o trabalho deu origem à monografia e à questão de pesquisa para o projeto de mestrado da presente autora.

superação da questão agrária? Se o agricultor se mantém como ator pertinente para a compreensão do espaço rural, qual seu papel no contexto atual, principalmente frente às demandas locais?

Diante das indagações supracitadas, surgiu a hipótese norteadora deste trabalho, que é a de que a atual relação entre propriedade e renda fundiária mantém o estatuto da questão agrária como pertinente para a compreensão do que se designou como novo rural brasileiro, e que as atuais relações sociais de produção presentes no espaço rural e os processos que envolvem a questão fundiária são, também, expressões das metamorfoses do rural contemporâneo. O tema das metamorfoses do rural também vinha sendo amadurecido desde a participação da presente autora no XX Encontro Nacional da ANPOCS, onde o orientador deste trabalho coordenou um Grupo de Trabalho sobre tal temática.

Buscando colocar a hipótese da pesquisa à prova, o trabalho teve como objetivo analisar as relações atuais de arrendamento de terra para a produção canavieira nos municípios de São Manuel e de Barra Bonita, no estado de São Paulo, interpretando as possíveis articulações entre renda fundiária e propriedade de terra. Acredita-se que os casos dos municípios de São Manuel e de Barra Bonita podem corroborar para a compreensão de tais questões, o primeiro pelo o que foi observado no próprio depoimento de atores locais acerca da expansão do arrendamento, e o segundo pela grande expressão na produção sucroalcooleira do estado de São Paulo e, sobretudo, por ambos estarem interligados na relação da produção canavieira. Esses municípios se localizam no centro do estado de São Paulo, região que passou por importantes processos relacionados à questão agrária brasileira, como a marcante monocultura latifundiária cafeeira, a posterior modernização da agricultura e a ascensão da cultura canavieira e dos complexos agroindustriais.

Como objetivos específicos, buscou-se:

- identificar os usos da área agrícola nos municípios de São Manuel e de Barra Bonita, atentando para a quantidade de estabelecimentos e gênero da produção;
- identificar outras modalidades de uso da terra e dos recursos naturais para além da atividade agrícola e;
- identificar os agentes sociais (lançando mão de categorias como geração e origem) envolvidos no arrendamento de terra para a produção canavieira.

Destaca-se que no município de São Manuel grande parte da produção canavieira incorpora a demanda da Usina Raízen, de Barra Bonita. Nos últimos 40 anos o

município de Barra Bonita-SP (vizinho de São Manuel) se destacou como um importante polo da produção sucroalcooleira do Brasil, contando com uma Usina que tem a segunda maior capacidade de moagem de cana-de-açúcar do mundo. “A presença de uma grande unidade agroindustrial do setor no município foi fator decisivo nos rumos tomados pela expansão da agricultura regional na segunda metade do século XX” (MARTINS, 2006, p.300). A cultura canavieira correspondia em 2003 a 93% da exploração agrícola do município, e 60% do quadro de funcionários da unidade agroindustrial referida trabalhavam diretamente no plantio/colheita da cana. Além disso, os fornecedores que possuíam área agrícola de até 80 hectares arrendavam suas terras para a Usina (MARTINS, 2006). O município também conta com a presença histórica do turismo rural, em razão do reservatório da Usina Hidrelétrica e de sua eclusa. Por esta razão, torna-se ainda mais relevante o estudo deste município, uma vez que este se insere no contexto de novas ruralidades e mantém de alguma forma, uma questão agrária fixada no território.

Diante do observado no município de São Manuel e dada a importância da produção sucroalcooleira do município de Barra Bonita, seu consequente impacto regional e sua importância no turismo rural, que o insere no debate das novas ruralidades, explica-se a delimitação de ambos os municípios como base empírica desta pesquisa. Nas últimas três décadas, as relações de produção e de propriedade fundiária se complexificaram a tal ponto que tais elementos não podem mais ser vistos de forma estanque. Este trabalho propõe que a renda fundiária pode ter uma função balizadora entre esses elementos.

#### Fazendo a pesquisa

A partir dos objetivos da pesquisa, optou-se por uma metodologia de base qualitativa, contando com observação direta e assistemática, e entrevistas de roteiro semiestruturado. Foi realizada revisão bibliográfica, que perpassou desde o debate clássico brasileiro sobre a questão agrária até a atualidade das novas ruralidades. Destaca-se também, o uso da teoria da renda fundiária de Marx para a compreensão sobre como o arrendamento se situa no território em questão. É relevante esclarecer que a renda fundiária não é o arrendamento em si, sendo essa apenas uma de suas

expressões. A renda fundiária aparece como parcela da mais-valia, apropriada pelo proprietário de terra.

A partir desse levantamento, se realizou pesquisa documental dos registros institucionais municipais sobre os usos do solo, identificando os gêneros produzidos e a quantidade e tamanho dos estabelecimentos<sup>2</sup>. Estabeleceu-se a delimitação temporal a partir da década de 1990 para efeito deste trabalho, uma vez que foi neste período que se deu o fim do Instituto de Alcool e Açúcar – IAA, que resultou na mudança da intervenção estatal no setor canavieiro.

Posteriormente, foi feita a pesquisa de campo, que buscou identificar os atores envolvidos nas relações de arrendamento. Para tal finalidade contou-se com o sistema de redes, proposto por Martins (2000), para o contato com os entrevistados. Por meio de idas prévias a campo, tal sistema permitiu a identificação dos agentes sociais com relações sociais amplas, denominados elementos-polo. Esses corroboram com a pesquisa não pela grande densidade informacional que possuem, mas sim pelo potencial de inserir o pesquisador no espaço social dos entrevistados escolhidos, justamente por conta da amplitude de relações. No caso desta pesquisa, os elementos-polo eram representantes dos principais órgãos relacionados com a produção agropecuária municipal, Casas da Agricultura de São Manuel e Barra Bonita, Sindicato Patronal Rural de São Manuel e Associação de Fornecedores de Cana de Barra Bonita.

Para a investigação no que tange às relações de arrendamento em perspectiva sociológica, o roteiro de entrevista<sup>3</sup> se estruturou sobre o objetivo de compreender o perfil das famílias que arrendam, as motivações para o arrendamento e as representações acerca da relação atual entre propriedade e renda fundiária. A composição do universo amostral foi feita a partir da técnica da densidade informacional dos agentes sociais proposta por Patton (2002), ou seja, a partir do tipo de informação que os agentes poderiam prover para o propósito da pesquisa. Assim, uma vez que as informações passaram a coincidir, deu-se por completo o universo amostral.

A inserção em campo foi, em partes, tranquila. Em São Manuel, já havia contato prévio com os representantes dos órgãos ligados a produção agropecuária - Casa da

---

<sup>2</sup> É importante destacar que houve uma grande dificuldade na obtenção de dados estatísticos dos municípios em questão, uma vez que outros órgãos censitários (Fundação Seade e IBGE) registram dados diferentes em relação à estrutura fundiária e mesmo aos cultivos. Optou-se pelos dados municipais por conta da proximidade com o produtor rural que a metodologia usada requer.

<sup>3</sup> O roteiro de entrevista se encontra no Apêndice B



Agricultura e Sindicato Rural - por conta da pesquisa de campo já realizada em 2010, durante a iniciação científica. Apesar disso, foi realizado um trabalho de reinserção alguns meses antes da ida efetiva a campo. Em Barra Bonita, o esforço de pré-campo estabeleceu redes com os órgãos do município, Casa da Agricultura e Associação de Fornecedores de Cana - AFIBB. O pré-campo, realizado em fevereiro de 2012, contou com financiamento da FAPESP, por meio do projeto do orientador. Com esse financiamento foi possível a hospedagem em São Manuel e a realização do deslocamento entre esse e o município de Barra Bonita. O trabalho de pré-campo durou um pouco mais de uma semana, tempo suficiente para reativar redes do período da pesquisa de iniciação científica e concomitantemente criar redes novas em Barra Bonita.

A pesquisa de campo durou em torno de um mês e meio, período no qual a presente autora residiu no município de Barra Bonita. A partir do contato com os membros do Sindicato Rural e da Casa da Agricultura de São Manuel e da Associação de Fornecedores de Cana de Barra Bonita se obteve os primeiros contatos com proprietários arrendadores. Cada um dos entrevistados indicava outros, e assim por diante. Apesar de ter havido grande ajuda por parte da Casa da Agricultura de Barra Bonita no que tange a questões de ordem técnica, não foi possível nenhuma indicação de entrevistados. Esse é um fato interessante quando contextualizado, já que a atual situação dessa Casa da Agricultura é precária, contando com pouco contato com os produtores rurais e baixa infraestrutura.

Foram 19 os entrevistados<sup>4</sup>, dentre os quais 13 são arrendadores. Deste total, 05 arrendam para a Usina São Manoel, 05 para a Usina Raízen e 03 para outros fornecedores. Além disso, foram entrevistados também 02 ex-arrendadores, 01 fornecedor arrendatário, 01 agrônomo responsável pela Casa da Agricultura de Barra Bonita, 01 ex-funcionário da Usina Raízen responsável pela parte industrial e 01 funcionário da Usina Raízen responsável pelo setor de arrendamento. Houve também conversas informais com mais um arrendador da Usina Raízen que tem propriedade em São Manuel, e com o agrônomo responsável pela Casa da Agricultura de São Manuel.

É necessário destacar que os municípios se diferenciaram significativamente no que diz respeito à recepção dos entrevistados com a pesquisadora. Em São Manuel houve muitas recusas de entrevistas, desconfiança em relação aos objetivos da pesquisa e até mesmo entrevistas desmarcadas. Mesmo os próprios agentes dos órgãos relacionados à

---

<sup>4</sup> A caracterização dos interlocutores que se relacionam diretamente com a questão da renda fundiária (arrendadores, fornecedor arrendatário, ex-arrendadores) consta no Apêndice C.

produção agropecuária sinalizavam que os produtores do município eram “medrosos” e “assustados”. Acredita-se que isso se deva ao fato de ter havido, em meados dos anos 90, uma fraude na cooperativa de café municipal, o que resultou no prejuízo de muitos dos produtores rurais e gerou uma maior desconfiança da parte dos mesmos com pessoas de fora. Por outro lado, em contato com a Associação de Produtores Rurais de Pratânia (município vizinho a São Manuel, que era pertencente a ele até 1997) houve grande facilidade e apoio por parte de uma família de produtores rurais.

Em Barra Bonita houve grande apoio por parte dos entrevistados, tanto para ceder seus relatos, como para indicar outros entrevistados. O contato com o responsável pelo setor de arrendamento da Usina Raízen, por exemplo, só foi possível graças à grande cooperação de um dos entrevistados. A própria visita a essa usina só foi possível por um acaso: um funcionário terceirizado era vizinho da presente autora e se propôs a ajudar, viabilizando a visita à usina. Houve apenas uma situação constrangedora com um dos entrevistados, que pediu que se desligasse o gravador e tentou barganhar o acesso a um contrato de arrendamento.

Uma série de dificuldades ocorreu durante a realização da pesquisa de campo, tanto de ordem prática, como alimentação e locomoção, e também de ordem teórica, justamente pela invisibilidade do tema da renda fundiária nos estudos contemporâneos sobre o rural. Assim, foi mais difícil compreender o processo que vem ocorrendo em São Manuel e em Barra Bonita. Espera-se que este trabalho possa contribuir com isso.

#### Organização do texto

O texto está organizado em quatro capítulos. No primeiro, são expostos os processos de formação dos municípios em questão, em vista da própria construção da questão agrária em São Paulo e sua atual estrutura fundiária. Com caráter mais descritivo, serão apresentados alguns dados sobre a organização fundiária e produtiva dos municípios. Neste capítulo já se apresentam os primeiros dados de campo, principalmente aqueles que tangem à importância da renda fundiária - e do arrendamento - para os entrevistados. Contudo, a questão da renda fundiária será mais bem discutida no capítulo seguinte.

Uma vez compreendido no primeiro capítulo qual é o quadro fundiário e a importância do arrendamento nos municípios estudados, no segundo capítulo se buscou apresentar a forma que esse tipo de renda fundiária toma em São Manuel e em Barra

Bonita. Conta-se, brevemente, com a contribuição de Marx sobre o tema. O objetivo, nesse caso, foi compreender de que forma a renda fundiária está fixada naqueles territórios atualmente, como se escolhem as terras, como se dão os contratos, como é a relação entre arrendador e arrendatário, etc.

O terceiro capítulo buscou apresentar algumas consequências dessa forma de renda fundiária presente em São Manuel e Barra Bonita. Foi exposta a diferença entre a propriedade jurídica e a propriedade econômica da terra. Além disso, pode-se compreender também de que forma a organização fundiária baseada no arrendamento repercute na memória dos pequenos proprietários rurais dos municípios em questão, trazendo a luz o processo de espoliação da lembrança.

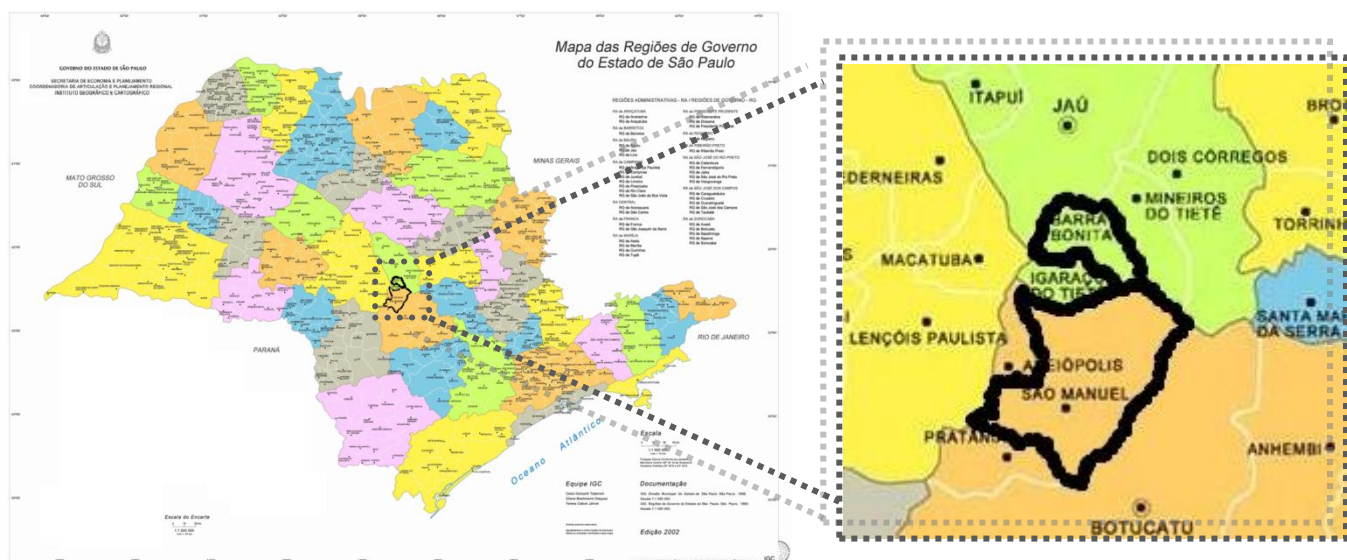
No quarto capítulo, foi tratado de que forma a discussão teórica acerca das novas ruralidades pode dialogar com as dinâmicas fundiárias atuais dos territórios em questão, a partir do recorte proposto por Wanderley (2009), no qual o rural é caracterizado como um espaço de vida. Buscou-se apontar o que há de novo na conjuntura estudada, atentando que as atuais relações entre renda fundiária e propriedade são também expressões das metamorfoses do rural contemporâneo. Destaca-se que neste capítulo não se buscou resolver a questão “o que é o rural”, mas apontar um aspecto que se mostra relevante nesse espaço. A questão agrária, entendida como as relações sociais de produção, permanece então como elemento a ser levado em consideração na análise dos espaços rurais.

No que tange ao debate sobre a renda fundiária, apresentado no segundo capítulo, àquele sobre a propriedade jurídica e econômica da terra, do terceiro capítulo, e mesmo sobre a permanência da questão agrária, ficam ainda neste trabalho algumas indefinições. Essas se posicionam de maneira estratégica, como forma de apontar que a realidade social não é estática. Entende-se que, “a sociologia rural, ainda que seja parte de uma ciência, não constitui uma disciplina meramente acadêmica, mas ao contrário, nasceu e se desenvolveu sob a pressão das necessidades e problemas suscitados pelo desenvolvimento da própria sociedade” (SOLARI, 1976, p.04). Por isso a escolha pelo tema de pesquisa, uma vez que este se mostra como uma realidade latente dos espaços rurais.

## 1 UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA? A IMPORTÂNCIA DA RENDA FUNDIÁRIA EM SÃO MANUEL E BARRA BONITA

Este capítulo busca apresentar uma caracterização dos municípios estudados a partir de sua fundação histórica, demografia e estrutura fundiária e produtiva. Aqui já se contará com alguns relatos da pesquisa de campo, debatendo a importância da renda fundiária nos municípios estudados. Os municípios de São Manuel e Barra Bonita se localizam no centro do estado de São Paulo.

Figura 1: Estado de São Paulo – localização dos municípios de São Manuel e Barra Bonita



**Legenda:** ■ Limite municípios São Manuel e Barra Bonita  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### 1.1 FUNDAÇÃO E DEMOGRAFIA

A população da região onde mais tarde se localizaria São Manuel e Barra Bonita foi constituída, a princípio, por bandeirantes que passavam pelo rio Tietê e, posteriormente, por escravos e descendentes de imigrantes europeus, formadores de mão-de-obra na cafeicultura do final do século XIX, início do século XX. A ocupação do território onde hoje se localiza São Manuel se deu em meados de 1840, quando da doação das primeiras terras por fazendeiros da região para a construção da primeira capela. Em geral, as terras ali eram advindas de posses registradas a partir da Lei de

Terras, em 1850, havendo também algumas sesmarias. Com o passar do tempo, outros proprietários doavam alqueires para a Capela, tendo inclusive um grupo de senhoras realizado grande doação para a compra do sino. A fundação de São Manuel ficou datada a partir do registro mais próximo de doação de terras, em 17 de junho de 1870. A plantação de café marcou a região desde 1865, tendo presença da mão de obra escravizada e, posteriormente, imigrante italiana. O trabalho escravo cumpria a função de força produtiva de baixo custo, atendendo a demanda do contexto por mão de obra (FURTADO, 1961). A mão de obra imigrante vem no contexto da mudança na matriz econômica. As dinâmicas da cadeia produtiva do café (exportação) engendraram uma série de modificações sociais, como a urbanização e industrialização, gestando um mercado consumidor que, para se manter, precisava também de mão de obra assalariada (SIMONSEN, 1930). O município teve o auge de sua produção cafeeira em 1930, atingindo 30 milhões de pés de café. A produção permaneceu no decorrer do tempo, até 1975, quando uma forte geada resultou na falência de muitos produtores.

A história de Barra Bonita não é muito diferente da de São Manuel. Essa região já recebia grande fluxo de bandeirantes desde a época das colonizações, devido às facilidades de navegação pelo rio Tietê. Era comum que se deixasse pessoas no caminho das bandeiras para a formação de roçados, geralmente próximos à foz de afluentes menores. No século XIX passavam pelo Tietê em direção a Minas Gerais e Goiás. Com a Lei de Terras, os posseiros passaram a ter que registrar seus imóveis junto à Paróquia que resultou, em 1856, nos primeiros registros de propriedades na região que seria o município de Barra Bonita. Apesar de a data de fundação da cidade ser de 1883, quando da doação de terras feita por um vereador de Jaú, os registros apontam para o ano de 1886 como o ano oficial de fundação de Barra Bonita. Isso, devido à associação mercantil entre o vereador e um produtor de Poços de Caldas na construção da primeira Casa de Comércio e da igreja matriz, que marcaram a constituição da cidade. O fundador da cidade já era proprietário de fazenda cafeeira em Jaú, tendo levado o cultivo também para Barra Bonita no começo do século XX. No período entre 1880 e 1900, a produção cafeeira no Brasil praticamente triplicou - principalmente pela disponibilidade de terras subocupadas (FURTADO, 1961). Foi esse mesmo fundador o responsável pela vinda dos imigrantes, italianos e espanhóis, que deu início à abertura para o plantio de café e a criação de gado. Concomitante à cafeeira surgiram as olarias, que se desenvolveram com facilidade devido ao fácil acesso à argila na área ribeirinha. Já na década de 1920, houve a instalação da Estrada de Ferro Barra Bonita e,

a partir de 1940, surgiram novas indústrias, houve a ampliação do mercado imobiliário e incentivo à cultura da cana-de-açúcar. Tudo isso contribuiu para que a agricultura se consolidasse como carro chefe no referido período, caracterizado pela crescente demanda de mão-de-obra, crescimento econômico e desenvolvimento do comércio.

As modificações na distribuição das atividades produtivas brasileiras contribuíram para as transformações ocorridas no século XIX. Caio Prado Junior (1994) apontou que essas modificações resultaram de dois fatores, o primeiro seria o deslocamento da primazia econômica das regiões agrícolas do Nordeste para o Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo). O segundo fator é a decadência das lavouras mais tradicionais, como a cana-de-açúcar, o tabaco e o algodão, concomitante com a ascensão do cultivo de café, que, até então, era um gênero de pouca importância na economia brasileira. Mas, depois que o café desponta como principal produção, “quase todos os maiores fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil, desde meados do século passado [XIX] até o terceiro decênio do atual [1930], se desenrolaram em função da lavoura cafeeira.” (PRADO JR., 1994, p.167).

Destaca-se que Barra Bonita contou, entre os anos de 1950 e 1970, com um rearranjo na sua estrutura fundiária, devido à implantação da Usina Hidrelétrica em 1960, que levou a uma inundação para a implantação do reservatório, deslocando a população e alagando áreas de produção agropecuária. “As bases do processo de capitalização da agricultura da área de influência do reservatório de Barra Bonita estão, em grande medida, vinculadas à implementação da Usina Hidrelétrica na região” (MARTINS, 2000, p.58).

Mais recentemente, a população passou a ser constituída por migrantes de várias regiões do Brasil, atraídos pela agroindústria canavieira. Barra Bonita conta atualmente com 35.248 habitantes; no período de 1991 até 2000 teve um crescimento populacional de 1,64%, mas um pequeno decréscimo no período de 2000 a 2010 (-0,05%). No primeiro momento, a população total era de 29.814 habitantes, passando para 35.439 na década de 2000, e a 35.248 em 2010. Por seu turno, São Manuel, conforme o Censo de 2000, conta com 38.327 habitantes, tendo tido um crescimento populacional de 1,42% no período de 1991 até 2000 e de 0,49% de 2001 até 2010<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Dados da Fundação Seade, Disponíveis em:

<<http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=tabela>> Acesso em: fevereiro, 2012.

Tabela 1 : População total - São Manuel e Barra Bonita, 1990-2000-2010

	<b>São Manuel</b>	<b>Barra Bonita</b>
<b>1990</b>	34.496	29.814
<b>2000</b>	36.502	35.439
<b>2010</b>	38.327	35.248

Fonte: Adaptado de Fundação Seade.

Ambos os municípios são marcados pela baixa industrialização. São Manuel conta com algumas indústrias, na área têxtil, de aquecedores solar e cervejeira. A indústria de maior destaque é a Usina São Manoel (sucroalcooleira), maior empregadora do município. Essa unidade foi fundada em 1949 e, ainda hoje, permanece sob direção da mesma família fundadora. Atualmente, produz cerca de 240 mil toneladas de açúcar e 150 milhões de litros de etanol por ano, tendo em sua colheita cerca de 3,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Em Barra Bonita, é também uma usina sucroalcooleira a maior empregadora do município. Contudo, neste município, não há presença significativa de outras indústrias. Ambas as cidades contam com forte presença do comércio, entretanto, principalmente em Barra Bonita, a predominância é da produção sucroalcooleira.

Os municípios contam com a presença de Usinas sucroalcooleiras desde a segunda metade do século XX, sendo que a Usina Raízen (Barra Bonita) é atualmente a segunda maior do mundo em capacidade de moagem de cana-de-açúcar. Esta usina foi fundada em 1943 por um grupo familiar<sup>6</sup>. Seus donos já possuíam uma usina no município de Piracicaba desde a década anterior. A presença desta unidade agroindustrial foi determinante para o desenvolvimento agrícola da região (MARTINS, 2006). Em meados da década de 1980, houve uma grande expansão, sendo incorporada ao Grupo COSAN, que pertencia também a um membro da família Ometto, o qual já dirigia a Usina Costa Pinto e Santa Bárbara, em Piracicaba. No decorrer da década de 1990 o Grupo COSAN incorporou e desativou diversas usinas e passou a ter participação na Águas do Tietê Agropecuária Ltda, Estaleiro Diamante Ltda - que contava com pontos de embarque no rio Tietê-Paraná e frota hidroviária própria – e, adquiriu a concessão de um dos terminais açucareiros do porto de Santos. A partir do ano 2000 passa a se relacionar societariamente com grupos internacionais

<sup>6</sup> O Grupo Ometto administrava um conglomerado de indústrias sucroalcooleiras no estado de São Paulo e, em 1943, a Usina Costa Pinto adquiriu propriedades em Barra Bonita, que até então eram fazendas produtoras de café. Em 1949 foi fundada a Usina da Barra S/A Açúcar e Álcool.

(NASCIMENTO, 2001) e em 2010, foi realizada uma *joint venture*<sup>7</sup> com uma empresa multinacional petrolífera (Shell) para a produção de etanol, açúcar e energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar. Atualmente, a usina tem em torno de 80 mil hectares plantados, produz aproximadamente 10 milhões de sacas (60kg) de açúcar e mói mais de 6 milhões de toneladas de cana por safra<sup>8</sup>.

## 1.2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O século XIX se mostrou um momento histórico relevante para a análise aqui proposta. O fim do regime de sesmarias (1822) gerou um aumento significativo no número de posseiros. A posterior proibição do tráfico negreiro (1850) e, no Sudeste, a substituição da mão-de-obra escravizada pela imigrante, configuraram um quadro em que o livre acesso à terra seria problemático para a classe dos grandes proprietários. Uma vez que o Estado era controlado por esta classe social, em 1850 se promulgou a Lei de Terras, em que as terras devolutas passariam à posse do Estado e sua aquisição se daria apenas por compra. Assim, posseiros, agregados, ex-escravos e imigrantes necessariamente precisariam trabalhar nas grandes fazendas para acumular algum capital e adquirir terra. Produziu-se, então, um cenário em que o acesso à terra passou a se dar diante da oferta compulsória de trabalho; a terra se tornou uma mercadoria (MARTINS, 1995).

A formação brasileira, desde o período colonial, configurou um país dependente do mercado externo, com um caráter eminentemente mercantil. Tal quadro da economia agrária foi crucial para a posterior formação das classes sociais rurais e urbanas (FERNANDES, 1981), e deixou a exploração agrícola do território marcada por elementos que se tornariam estruturais em nossa formação econômica, como o latifúndio e a prática monocultura (RAMOS, 1999). Com o passar do tempo, “a deficiência das normas contribuiu para o crescimento da desigualdade da distribuição da

---

<sup>7</sup> “A característica essencial do contrato de *joint venture* é a realização de um projeto comum, empreendimento cuja duração pode ser curta ou longa, porém com prazo determinado. É a celebração de um contrato entre duas ou mais empresas, que se associam, criando ou não uma nova empresa para realizar uma atividade econômica produtiva ou de serviços, com fins lucrativos.” MIRANDA, M.B., MALUF, C.A. O contrato de *joint venture* como instrumento jurídico de internacionalização das empresas. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28558-28576-1-PB.pdf>> Acesso em: agosto, 2012.

<sup>8</sup> Valores adquiridos por meio de entrevista com ex-funcionário do setor industrial da usina.



propriedade da terra” (SALINAS, 2009, p.76). Guedes (1993) aponta que é a intervenção estatal que garante a viabilidade da agricultura capitalista - adequando a estrutura fundiária às necessidades do próprio capital.

### 1.2.1 Breves considerações sobre o papel do Estado

O Estado teve historicamente um papel de mediação na geração e reprodução econômica e política do capitalismo na agricultura. Mesmo a doação de sesmarias no período colonial já atuava no sentido de estabelecer um padrão exclusivista e concentrador de posse de terra, desde então com uma produção voltada para o mercado externo (GUEDES, 1993, WANDERLEY, 1985).

Neto (1997) afirma que a partir de 1930 o setor agrário deixa de ter sua predominância dentro da esfera de poder do país, e a agricultura se encontra subordinada. Nesse sentido, para a compreensão da intervenção do Estado é preciso atentar para os embates e o conflito de interesses entre as classes capitalistas, agrária e industrial. O Estado cumpriria o papel de guardião da ordem capitalista, da própria reprodução do capital. Com seu aparato jurídico, legitima-se como mediador das classes. O Estado se configura como

um aparelho de dominação de classe, surgido no processo de luta, refletindo as contradições da estrutura econômica; porém (...) goza de certa autonomia em relação à classe dominante e é portador de poder de interferir também na infra-estrutura. Essa interferência aparece sob a forma de mediação supraclasse, aparentemente sem tomar posição entre elas, e às vezes, até com posição contrária à da burguesia, mas que, em última análise, almeja a manutenção do *status quo*. E essa atuação na estrutura se dá por medidas de política, que são os instrumentos de intervenção do Estado (NETO, 1997, p. 120).

Apesar dos conflitos entre as classes capitalistas, a acumulação de capital do setor agrário se manteve garantida pelo Estado. Guedes (1993) sinaliza que a disputa pelo controle da terra é, de fato, “uma disputa pela apropriação do sobre-trabalho, que se transfere aos diferentes agentes detentores dela, conforme uma intrincada relação de poder, na qual não está ausente o Estado, e da qual, aliás, ele é promotor” (GUEDES, 1993, p.27). Por meio de sua política fundiária e agrícola, o Estado tem agido na via de garantir o direito à propriedade privada, e o favorecimento da entrada do capital no campo. A partir da década de 1960 a política agrícola do país era focada no crédito

subsidiado. O objetivo deste tipo de política era garantir ao setor agrícola a acumulação através da transferência de mais valia do Estado para o setor, sem mexer no mecanismo dos preços (NETO, 1997).

No período da ditadura militar se criou o Estatuto da Terra (Lei 4504/1964) que, para além de ser uma lei de reforma agrária, visava muito mais o desenvolvimento rural alinhado com a modernização da agricultura. Mostrava-se mais como um instrumento de controle e administração dos conflitos no campo, do que uma forma de promover a redistribuição fundiária (MARTINS, 1999). Leis e decretos posteriores buscaram incorporar adaptações para lidar com o problema agrário brasileiro.

Os planos econômicos governamentais do período militar eram centrados, em resumo, na produção de alimentos, de matérias-primas e produtos exportáveis, junto com o aumento da produção e da produtividade. Nesse sentido, a modernização da agricultura se torna pauta dos investimentos governamentais no setor agrícola, com a agricultura deixando de ser vista como entrave ao desenvolvimento do país. A partir da metade da década de 1960, com o Plano Econômico de Desenvolvimento (1968-1970) e o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1973) houve o fortalecimento das políticas de crédito rural e de industrialização da agricultura. Em um dos planos econômicos do governo Médici, mostrava-se clara a estratégia de desenvolver uma agricultura moderna no centro-sul do Brasil, estimulando a agroindústria (NETO, 1997).

Após a consolidação do processo de industrialização na década de 50, o terreno estava preparado para a industrialização da agricultura (produção de defensivos agrícolas, adubo, tratores, etc.) (GRAZIANO DA SILVA, 1983; 1996). O Estado teve um papel crucial neste momento, pois orientava sua ação no sentido da modernização da agricultura,

visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela indústria de insumo e processamento de matéria-prima [...] Surge assim um novo padrão agrícola, orientado fundamentalmente para a integração vertical e para o incremento da produção através do aumento da produtividade” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.23).

Durante esse período foram elaborados diversos mecanismos de intervenção estatal, como a política de preços mínimos, de crédito rural, de extensão e de pesquisa (NETO, 1997). Segundo Martins (2000), a modernização da agricultura apresentada pelo Estado se relacionava com subsídios para a mecanização e incrementos agroquímicos, já que a política de créditos exigia esse pacote tecnológico, favorecendo

projetos de grande escala. Esse tipo de projeto produzia transformações de ordem tanto técnicas quanto fundiárias, resultando numa substituição da força de trabalho e na concentração de terras, isto é, “movimentou os capitais no sentido de uma reprodução ampliada à base da excludência progressiva sobre a terra e a renda” (MARTINS, 2000, p.52).

No setor canavieiro a intervenção estatal teve um papel fundamental, no qual teve de dar conta dos conflitos internos ao complexo na primeira metade do século XX, entre a produção nordestina e a paulista. Conforme Ramos (1999) a intervenção estatal tornou-se um fator decisivo das formas e dos desdobramentos futuros da expansão canavieira, marcando o seu crescimento. Com a criação do CPDA - Comissão de Defesa da Produção de Açúcar, em 1931 e a do IAA - Instituto de Álcool e Açúcar, em 1933, o Estado estabilizou os preços do açúcar no mercado interno e fixou cotas de produção e comercialização de açúcar por usinas. Além disso, definia Planos Anuais de Safra e tinha o monopólio sobre as exportações de açúcar. As políticas deste período para setor canavieiro resultaram em

um processo de concentração e centralização, que tinha um duplo caráter: industrial, pelo fechamento de engenhos e concentração de produção em usinas de maior porte; fundiário, por meio das aquisições de terras feitas pelas usinas e usineiros que conseguiam se sobrepor aos demais (RAMOS, 1999. p.92)

Em 1941 foi criado o Estatuto da Lavoura Canavieira, tendo como objetivo principal estabelecer critérios de delimitação da posição do fornecedor de cana, impedindo que as usinas moessem mais de 60% de cana própria. Este Estatuto se configurava como uma tentativa de defesa dos senhores de engenho, que ainda eram uma classe dominante, frente ao ganho de poder dos usineiros. O documento legal dava um peso político maior para os fornecedores, que eram “herdeiros da tradição política dos senhores de engenho” (RAMOS, 1999, p.98). Outros documentos posteriores também buscaram regulamentar as relações entre as classes do complexo canavieiro. O próprio IAA atuou no sentido de conter a expansão do avanço da produção açucareira no estado de São Paulo, que se desenvolvia a passos largos em comparação ao concorrente nacional e tradicional produtor de cana-de-açúcar, Pernambuco.

Por conta da disponibilidade de terras (antes ocupadas com a produção de café), a introdução da cana-de-açúcar em São Paulo não precisou necessariamente evidenciar

a estrutura fundiária concentrada; os proprietários foram aos poucos se tornando usineiros. As alterações no Estatuto da Lavoura Canavieira (flexibilização em relação ao uso de cana própria e de constituição de novas usinas) também garantiram a expansão do complexo canavieiro paulista.

Na década de 1960 houve a criação do PLANALSUCAR, que gerou condições favoráveis à expansão da produção de cana-de-açúcar, que também se encontrava favorecida pelo bloqueio internacional à Cuba. Já em 1975 o Estado criou outro pacote de medidas que não só favoreceu, mas transformou a produção canavieira em São Paulo, o PROALCOOL. Junto com outros órgãos governamentais o Estado era responsável pela fixação dos preços dos combustíveis, determinação do financiamento para instalação de novas usinas, entre outros. Foi no final da década de 1980 que surgiram as primeiras ações de desregulamentação do setor (quebra do monopólio do Estado na exportação do açúcar, fim da fixação de cotas de comercialização por usinas, etc.), processo que se radicalizou com o fim do IAA na década de 1990. Dessa forma, não houve mais uma política agrícola focada especificamente no setor canavieiro.

A partir desse período criaram-se novas entidades, de caráter civil e privado, para organização do setor, como, por exemplo, a ÚNICA – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, e o CONSECANA – Conselho de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool de São Paulo, entre outras. O CONSECANA, inclusive, foi responsável pela criação de um novo cálculo para o pagamento da matéria prima, diferente daquele proposto pelo extinto IAA. Pode-se dizer que ao mesmo tempo em que houve um processo de desregulamentação e de diminuição da intervenção estatal no setor sucroalcooleiro, houve, também, “a criação de novas formas de regulamentação, as quais serviram – e servem – para manter alguns dos muitos privilégios que as empresas do setor tiveram até a década de 1990” (NASCIMENTO, 2001, p.60).

Nascimento (2001, p.62) afirma que

antes do processo de desregulamentação, o setor sucroalcooleiro organizava-se sob a forma de um cartel encoberto pelo manto do Estado hoje passou a organizar-se como um cartel propriamente dito, sem a presença do Estado, mas com seu beneplácito.

O Estado aparece também como um agente nos espaços rurais, representado por suas políticas e por seus representantes locais (WANDERLEY, 2009). Destaca-se que, por “de trás do registro legal da propriedade das terras, pode-se perceber um intrincado

jogo jurídico produzido para reforçar a ação das classes dominantes” (SILVA, 1999, p.28). Justamente por isso que se pode dizer que as leis não são neutras, são imbricadas nos fenômenos culturais, econômicos e políticos.

### **1.2.2 Caracterização fundiária e produtiva**

A lei federal 8629/93, que dispõe sobre a reforma agrária, distingue o tamanho das propriedades em pequenas (1-4 módulos), médias (4-15 módulos) e grandes (acima de 15 módulos) (BRASIL, 2009). Contudo, a decisão sobre o tamanho de cada módulo é municipal. No município de São Manuel, cada módulo tem 16 hectares, e em Barra Bonita, 14 hectares. Para a exposição da estrutura fundiária se fez o uso de uma pesquisa municipal, o LUPA – Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária<sup>9</sup>. A delimitação temporal da presente pesquisa é a partir da década de 90 (período de mudança da intervenção estatal no setor canavieiro, advindo do fim do IAA – Instituto de Alcool e Açúcar), contudo o primeiro LUPA só foi realizado em 1995.

Apesar de a legislação federal estabelecer a divisão por módulos, nos dados do LUPA a contagem de tamanho das propriedades se dá de forma diferenciada, sendo feita a partir de intervalos dobrados (0ha a 50ha, 50ha a 100ha, 100ha a 200ha, e assim por diante). Seguem abaixo os dados aproximados sobre tamanho de propriedades:

---

<sup>9</sup> “Uma UPA é definida como: conjunto de propriedades agrícolas contíguas e pertencentes ao(s) mesmo(s) proprietário(s); localizadas inteiramente dentro de um mesmo município, inclusive dentro do perímetro urbano; com área total igual ou superior a 0,1ha; não destinada exclusivamente para lazer. Em princípio, uma UPA significa exatamente o mesmo que um imóvel rural. Ela se afasta desse conceito somente nas seguintes situações: quando o imóvel rural se estende por mais de um município (considera-se cada uma das partes em município diferente como uma UPA); quando não foi possível levantar o imóvel rural como tal, sendo necessário reparti-lo ou agrupá-lo com outros.” Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/sobreolupa.php>> Acesso em: fevereiro, 2012.

Tabela 2: Distribuição dos estabelecimentos agrícolas por unidade de produção e área. São Manuel - 1995-2008

1995/1996					2007/2008			
Tamanho propriedade Módulos (hectares)	UPA's	%	Área (hectares)	%	UPA's	%	Área (hectares)	%
Pequena Propriedade 1 a 4 (16-64)	232 (até 50ha)	62	3.209,5	6	283 (até 50ha)	62	4.079,1	7
Média propriedade 4 a 15 (64-240)	77 (até 200ha)	20	8.001,2	15	83 (até 200ha)	18	8.594	16
Grande propriedade Acima de 15 (> 240)	66 (>200ha)	18	41.345,6	79	60 (>200ha)	13	40.184,1	76
<b>Total</b>	375	100	52.556,3	100	456	100	52.857,2	100

Fonte: Adaptado de São Paulo (2008).

Houve, nestes 12 anos, um aumento no número de unidades de produção agropecuária – UPAs e na extensão destinada à produção agropecuária, contudo esse aumento se deu nas pequenas e médias propriedades. O que caracteriza uma unidade de produção agropecuária é, justamente, sua delimitação no perímetro rural municipal<sup>10</sup>. Uma vez que a cidade conta atualmente com 426 UPAs, mais da metade delas (62%) se concentra em pequenas propriedades. Além disso, o território total do município é de 66.600 hectares (666km<sup>2</sup>), sendo que 52.857,20ha são de unidades de produção agropecuária, isto é, 79% do município de São Manuel é destinado à produção agropecuária. A situação se intensifica no município de Barra Bonita.

<sup>10</sup> Destaca-se aí uma marca da não superação do viés setorial agrícola, já que nos marcos legais a ruralidade pressupõe produção agropecuária. O debate sobre novo rural e desenvolvimento territorial rural será retomado no 4º capítulo.

Tabela 3: Distribuição dos estabelecimentos agrícolas por unidade de produção e área. Barra Bonita – 1995-2008.

1995/1996					2007/2008			
Tamanho propriedade Módulos (hectares)	UPA's	%	Área (hectares)	%	UPA's	%	Área (hectares)	%
Pequena Propriedade 1 a 4 (14-56)	228 (até 50ha)	86	2.978,2	22,7	219 (até 50ha)	85	2.923,7	22
Média propriedade 4 a 15 (56-210)	20 (até 200ha)	7	1.864,2	14,2	19 (até 200ha)	7	1.785	14
Grande propriedade Acima de 15 (> 210)	16 (>200ha)	6	8.223,2	62,9	19 (>200ha)	7	8.031,4	63
<b>Total</b>	264	100	13.065,3	100	257	100	12.740	100

Fonte: Adaptação de São Paulo (2008).

No município de Barra Bonita, da área de 15.020ha, ou seja, 150,2 km<sup>2</sup>, 12.740ha são atualmente destinados à produção agropecuária<sup>11</sup>. Isto quer dizer que 84,8% do território de Barra Bonita é destinado à produção agropecuária, sendo que a maior parte da produção é canvieira. Do total de 257 unidades de produção, 219 se enquadram em pequenas propriedades, contudo são as grandes propriedades que ocupam a maior extensão em hectares, ou seja, 85% das unidades de produção agropecuária fazem parte das pequenas propriedades, contudo, ocupam apenas 22% do território das UPAs. Por outro lado, 7% das UPAs se apresentam em grandes propriedades ocupando 63% da totalidade do território das UPAs.

Apesar de a caracterização de uma unidade de produção agropecuária se dar, especificamente, por se encontrar fora do perímetro urbano, alguns entrevistados alegaram que suas propriedades se localizam dentro deste perímetro.

<sup>11</sup> É relevante apontar que houve uma diminuição na quantidade de unidades de produção agropecuária. O agrônomo responsável pela Casa da Agricultura municipal relatou que esse fenômeno pode ser fruto de erros na coleta do primeiro LUPA, em 1995. Contudo, também disse ser possível que tenha ocorrido anexação de áreas, isto é, que burocraticamente diversas propriedades de mesmo dono sejam anexadas como apenas uma propriedade.

A partir dos dados do LUPA também foi possível sistematizar os dados sobre o cultivo vegetal. As tabelas a seguir apresentam a junção das informações sobre cultivos vegetais por unidade de produção agropecuária (UPA) e por hectares ocupados em cada tipo de cultivo, a partir do total da área agrícola. Foram escolhidas as culturas com maior expressão municipal.

As tabelas contam com dados tanto acerca das unidades de produção envolvidas em determinados tipos de cultivos como da extensão de área ocupada por cada produção. É importante apontar que as UPAs podem ter mais de um cultivo vegetal, assim, a somatória das UPAs não resultará no total de unidades de produção municipal. Isto quer dizer que uma mesma unidade de produção pode ter tanto cana de açúcar como braquiária<sup>12</sup>, ou café, e assim por diante. Dessa maneira, essa mesma unidade entrará na contagem de ambas as culturas, por isso é importante atentar para a área ocupada em cada cultura. A área diz respeito não a extensão total das UPAs ocupadas em cada cultivo, mas sim ao total da área ocupada por cada cultivo.

Outro dado apresentado é o total da área agrícola, que se refere à somatória das culturas apresentadas (as de maior expressão) e de outros cultivos menores. Destaca-se que a porcentagem das áreas destinadas a cada cultivo diz respeito ao total da área agrícola e não ao total das áreas das UPAs. Essa organização dos dados foi feita no intuito de expor tanto a dimensão dos cultivos a partir da quantidade das unidades de produção quanto a partir da comparação em relação a área de cultivo agrícola.

---

<sup>12</sup> Braquiária é um tipo de gramínea (capim) para pastagens de gado bovino.



Tabela 4: Cultivo vegetal por unidades de produção e área cultivada. São Manuel – 1995-2008

Cultura	1995/1996				2007/2008			
	UPA	%	Área ocupada (ha)	%	UPA	%	Área ocupada (ha)	%
Cana de açúcar	152	40,5	27.972,1	63,4	165	36,2	32.447,5	69,4
Eucalipto	72	19,2	1.842,9	4,2	73	16,1	2.681	5,7
Braquiária	168	44,8	11.485,1	26,5	278	60,9	7.865,1	16,8
Café	127	33,8	1.744,6	4	148	32,4	1.546,9	3,3
Outras culturas <sup>13</sup>	156	41,6	1.033,2	2,4	88	19,2	2.212,4	4,7
<b>Total área agrícola</b>	-	-	44.077,9	100	-	-	46.752,9	100
<b>Total área UPA's</b>	375	100	52.556,3	-	456	100	52.857,6	-

Fonte: Adaptado de São Paulo (2008).

A partir da tabela acima nota-se que apesar de a área total de unidades de produção agropecuária ser em 1995/1996 de 52.556,3 ha, apenas 44.077,9 ha são destinados à produção agrícola, desse total, 63,4% é dedicado ao plantio de cana de açúcar. A diferença entre os valores das áreas quer dizer que nem toda a área ocupada pelas UPAs é destinada à produção agrícola, podendo ser desde áreas de preservação permanente, áreas de vivência (casas rurais) ou ocupadas com outras atividades que não o cultivo agrícola. Em 2007/2008 houve um pequeno aumento na área ocupada pelas UPAs e também aumento da área agrícola municipal (46.752,9 ha).

Percebe-se que no período de 1995/1996, 40,5% das unidades de produção contavam com a cultura canavieira, sendo que o cultivo de café e de braquiária também eram expressivos. Já em 2007/2008, 36,2% das UPAs cultivavam cana de açúcar, isto é, na proporção em relação ao período anterior, houve declínio. Houve aumento significativo também nas unidades de produção destinadas ao cultivo de braquiária, contudo, na proporção em relação à área agrícola total nota-se a redução. Isso quer dizer que por mais eu tenha aumentado o número de propriedades destinadas para tal cultivo, a área ocupada por elas não foi expressiva no total da área agrícola. No caso da braquiária ocorreu o inverso da cana de açúcar, que contou com redução de UPAs, mas aumento de área, sendo 69,4% no total da área agrícola.

<sup>13</sup> Em São Manuel essas outras culturas são: laranja, milho, outras gramíneas para pastagem, feijão, alface, abacate, entre outros.

Acredita-se que a redução de unidades de produção dedicadas ao plantio canavieiro tem a ver com a devolução de certas áreas de cana de açúcar (seja de fornecedor ou de arrendamento) devido à crescente mecanização da colheita. Áreas com declividade só podem ser colhidas com corte manual que pressupõe também a queima da cana, algo que está com o fim datado pela legislação.

No quadro de desregulamentação apresentado a partir da década de 1990, reduz-se o número de trabalhadores (cada máquina substitui entre 80 e 200 trabalhadores) e ocorre a exclusão de fornecedores (a mecanização impede o corte de cana em áreas acidentadas ou de declive). Por conta deste último fato, muitas usinas estão recusando as terras de seus fornecedores ou arrendadores. Em Araras/SP, uma usina deixou de cultivar as terras arrendadas menos férteis, devolvendo-as para seus proprietários. Tal quadro se deu num contexto em que 76% dos fornecedores de cana do estado de São Paulo têm suas terras arrendadas (ALVES; ASSUMPÇÃO, 2002).

As usinas têm buscado, gradativamente, abandonar essas áreas com declividade, e manter apenas aquelas nas quais o terreno permite a colheita mecanizada. A Casa da Agricultura municipal é bastante ativa e isso pode ser fator estimulante para que os produtores se engajem em outras culturas, uma vez que podem contar com certa assistência técnica e orientação. Foi relatado que há, também, o arrendamento de propriedades para pasto de gado, o que resultaria no aumento de unidades de produção dedicadas ao cultivo de braquiária. É possível que a redução na proporção dessas áreas em relação à área total agrícola tenha relação com o tamanho das propriedades. São mais as pequenas propriedades que são rejeitadas para o plantio de cana, e optam por dedicar-se à braquiária.

Outro dado relevante é aquele acerca de outras culturas. Percebe-se que em 1995/1996 41,6% das unidades de produção contavam com outras culturas. É muito possível que nessas unidades houvesse o plantio de cana e outros cultivos. Contudo, esses outros cultivos ocupavam apenas 2,4% da área agrícola municipal. Em 2007/2008 houve uma inversão, isto é, apenas 19,2% das unidades contavam com outras culturas, ocupando 4,7% da área agrícola total. Isso significa que no período anterior havia uma diversificação em mais propriedades, mas ocupando uma área pequena. No período seguinte (2007/2008) menos UPAs contavam com essa diversificação, mas essas representavam uma área maior. Isso pode ser também resultado do abandono de propriedades maiores para a produção de cana de açúcar, já que são menos UPAs, mas com área maior na proporção da área total agrícola.

Diferente de São Manuel, em Barra Bonita há uma menor diversificação dos cultivos.

Tabela 5: Cultivo vegetal por unidade de produção e área cultivada. Barra Bonita – 1995-2008

Cultura	1995/1996				2007/2008			
	UPA	%	Área ocupada (ha)	%	UPA	%	Área ocupada (ha)	%
Cana de açúcar	248	93,9	10.836,5	96,2	251	97,6	10.528,5	92,9
Eucalipto	15	5,7	215,9	1,9	16	6,2	184	1,7
Braquiária	02	0,7	122,8	1,1	11	4,2	87,6	0,7
Café	02	0,7	25	0,2	01	0,4	03	0,02
Outras culturas <sup>14</sup>	26	9,9	57,6	0,5	46	17,8	525	4,6
<b>Total área agrícola</b>	-	-	11.257,8	100	-	-	11.328,1	100
<b>Total área UPA's</b>	264	100	13.065,6		257	100	12.740	

Fonte: Adaptado de São Paulo (2008).

Observa-se também em Barra Bonita que o total da área das unidades de produção agropecuária diferencia-se do total de área agrícola. É destacável que, neste município, a área destinada às unidades de produção agropecuária teve uma diminuição de 325,6 hectares<sup>15</sup>. Apesar disso, houve aumento na área destinada à produção agrícola.

O plantio canavieiro manteve-se como sendo o mais expressivo no município. Do período de 1995/1996 para o de 2007/2008 houve aumento na quantidade de unidades de produção que contavam com a cultura de cana de açúcar, passando de 93,9% para 97,6%. Entretanto, ocorreu redução na área ocupada, que tomava 96,9% da área total agrícola em 1995/1996 e 92,9% no período seguinte. Isso pode refletir que um maior número de pequenas propriedades passaram a se dedicar a tal cultivo, não representando um aumento na área total agrícola.

<sup>14</sup> Em Barra Bonita essas culturas são: laranja, milho, mandioca, goiaba e outras gramíneas para pastagem.

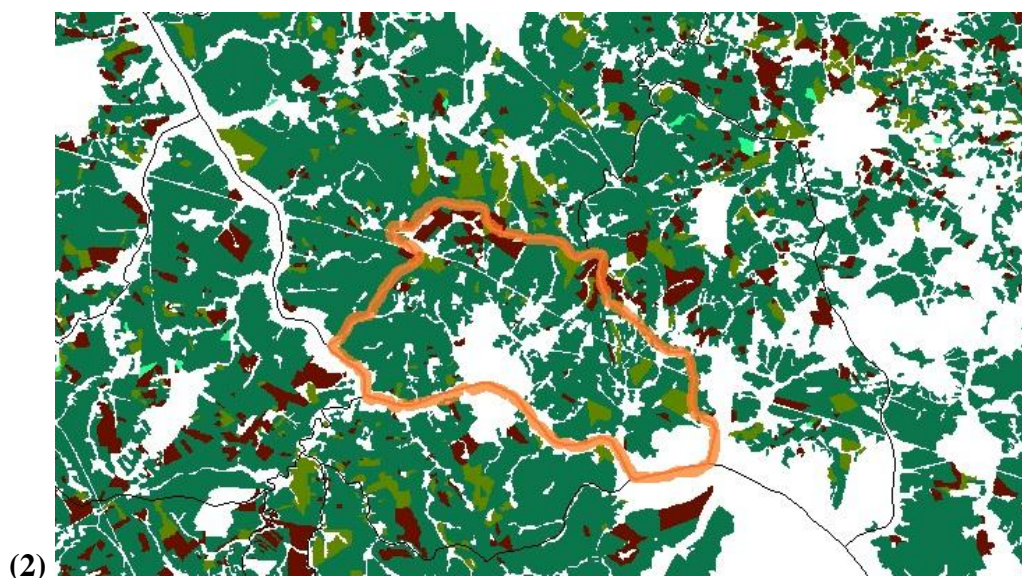
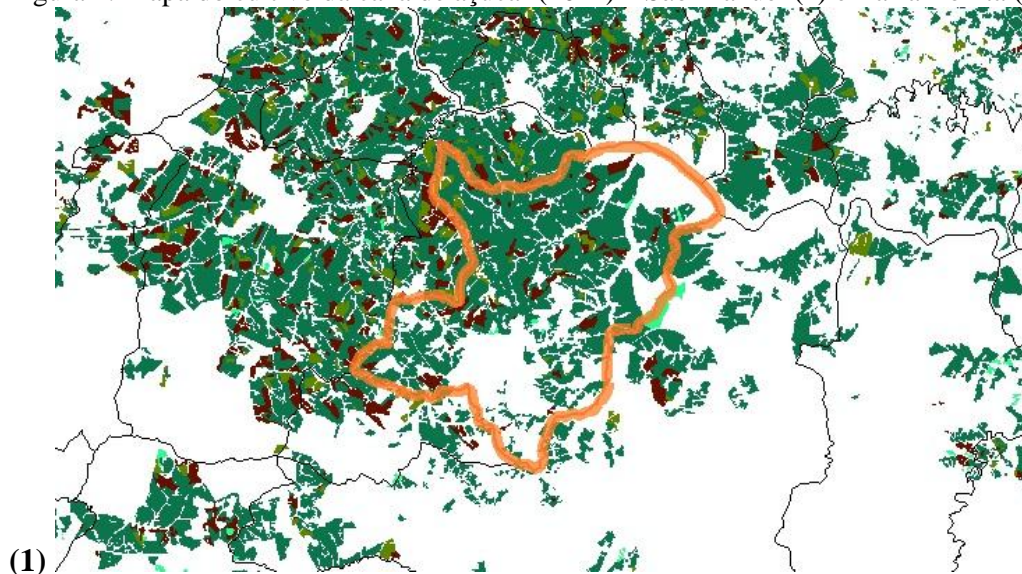
<sup>15</sup> Foi relatado pelo agrônomo da Casa da Agricultura que essa diferença pode ser devido a erros na coleta de dados do primeiro LUPA (1995/1996). Principalmente por conta de unidades de produção que se encontram em divisas municipais, que contabilização a área total, apesar de parte da área pertencer a outro município.

Em comparação com outras culturas, percebe-se que a braquiária foi a que contou com aumento significativo na quantidade de unidades de produção ocupadas, passando 0,7% para 4,2%. Porém, na proporção com a área agrícola total, houve ligeira redução, mesmo processo que ocorreu em São Manuel. O café também contou com redução, quando comparado com a área total agrícola; ocupava antes 0,2% (valor já baixo) e em 2007/2008, 0,02%. Neste período apenas uma propriedade conta a esse cultivo.

Em relação às outras culturas, percebe-se aumento significativo, tanto na quantidade de UPAs destinadas quanto na proporção em relação à área agrícola. Em 1995/1996, 9,9% das unidades de produção contavam outras culturas, ocupando apenas 0,5% da área agrícola total. Em 2007/2008 eram 17,8% das UPAs, ocupando 4,6% da área agrícola total. Isso quer dizer que houve uma maior diversificação cultural nesse período, o que pode refletir também o abandono de áreas de cana e a opção por outros tipos de cultivos. Dentre essas culturas, a que teve número mais expressivo foi a de outras pastagens para gado. É possível que tenha havido situação similar a São Manuel, onde o abandono da cana repercutiu em um maior número de arrendamentos de terras para a pecuária bovina. Alves e Assumpção (2002) perceberam no município de Araras também essa tendência da transição de terras destinadas a cana de açúcar para a pecuária.





É observável atualmente a amplitude do plantio canavieiro, seja em relação a quantidade de unidades de produção que contam com tal cultivo, seja em relação à área total de produção agrícola. Em São Manuel, 36,2% das UPAs são destinadas à cana, ocupando 69,4% da área total agrícola do município. Em Barra Bonita a cana é predominante; são 97,6% das unidades de produção que contam com tal cultivo, tomando 92,9% da área agrícola municipal. Pensando no território total do município, 48,7% é plantio de cana de açúcar em São Manuel, e em Barra Bonita, 70,1%. Tal cenário pode ser observado na figura 2:

Figura 2: Mapa do cultivo da cana de açúcar (2012) – São Manuel (1) e Barra Bonita (2)



Fonte: Canasat/INPE

**Legenda:**

-  Limite município
-  Cana reformada - lavouras de cana de ano-e-meio que foram reformadas no ano safra anterior e que estão disponíveis para colheita na safra corrente;
-  Cana em fase de soca - lavouras de cana que já passaram por mais de um corte.
-  Cana em reforma - lavouras de cana que não serão colhidas devido à reforma com cana planta de ano-e-meio ou por serem destinadas a outro uso.

A partir da figura 2, fica clara a extensão do plantio canavieiro nos municípios em questão. As partes em branco nas figuras são aquelas que não contam com o plantio

de cana de açúcar, podendo ser o centro urbano das cidades, também áreas de outros cultivos, áreas de preservação ou cursos d'água. Na região Sudeste, e no estado de São Paulo especificamente, a produção canavieira vinha se desenvolvendo desde o começo do século passado e acompanhou todas as modificações que o setor passou; desde o Plano de Melhoramento da Agroindústria Açucareira (PLANALSUCAR) nos anos 60, passando pelo programa Pro-álcool nos anos 70, e por sua posterior crise nos anos 80. Na década de 1990, ocorreu uma mudança na intervenção estatal (principalmente por conta do fim do Instituto de Açúcar e Álcool – IAA), criando um cenário mais desregulamentado para o setor sucroalcooleiro (ALVES e ASSUMPÇÃO, 2002). Foi relatado pelos interlocutores que de fato houve um aumento do cultivo de cana de açúcar a partir da década de 1990.

Um dado apresentado por todos entrevistados institucionais, foi que a maioria das propriedades é arrendada para a produção de cana de açúcar, seja esse arrendamento feito para as usinas de cada município, seja para outros fornecedores maiores. O representante da Associação de Fornecedores de Cana estimou que mais da metade da área plantada de cana de açúcar que vai para a Usina Raízen<sup>16</sup> é fruto de arrendamento. São poucos fornecedores e poucas áreas que são propriedades dessa usina. Em São Manuel, também é alto o índice de arrendamento, mas foi informado por um funcionário da Usina Raízen, que mantém certo contato com a Usina São Manoel, que a política dessa unidade agroindustrial é de ter o controle do processo de produção. Isto é, preferem ter áreas próprias ou arrendadas a ter fornecedores. O representante do Sindicato Rural do município confirmou que são muito poucos fornecedores, em comparação com a grande quantidade de proprietários que arrendaram.

Percebe-se no caso de Barra Bonita, que a própria Casa da Agricultura não realiza muitas atividades, uma vez que a maioria dos proprietários arrendaram suas propriedades para a produção canavieira. Por conta disso, a Usina é quem realiza a manutenção nas propriedades. Mesmo os fornecedores de cana não procuram assistência da Casa da Agricultura, uma vez que obtém auxílio da Associação de Fornecedores de Cana. O agrônomo responsável por este órgão municipal relata que sua função acaba sendo basicamente burocrática, pois não há demanda para outro tipo de atividade.

---

<sup>16</sup> A unidade de Barra Bonita dessa usina (que conta com 24 unidades no total, localizadas no interior de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) utiliza cana plantada em diversos municípios da região (Barra Bonita, Igarapu do Tietê, Macatuba, São Manuel, Areiópolis, Lençóis Paulista, Torrinha, Jaú, Pederneiras, Bocaína, Dois Córregos, Santa Maria da Serra e Brotas).

*[...] dentro da Casa de Agricultura, ela vai trabalhar de acordo com a demanda que tem na região. Aqui... em outras cidades eu trabalhei com outras demandas, aqui a minha demanda é mais documentação, uma leitura prática do que técnica do campo. [...] Queimar cana, precisa vir aqui para ajustar o PEQ (plano de eliminação de queimadas), autorizar o corte... Mas como é predominante a cana e essa cana é atendida pela Associação [AFIBB], então eu tenho muita pouca procura pelas questões técnicas, é mais documentação mesmo, financiamento, atualização dos dados da propriedade que tem que fazer, recolhimento de data de vacina, que tá na campanha agora. Mas é mais a parte interna aqui mesmo. Gado... as vezes eu lido um pouquinho, é mais o pessoal de fora que me conhece e pergunta. Mas aqui mesmo não tem muito gado de leite não, é um pouquinho de gado de corte, que não demanda muita assistência técnica.*

Douglas, agrônomo Casa da Agricultura Barra Bonita

Em São Manuel foi falado sobre a questão de que, com o arrendamento, outras áreas da propriedade (paiol, curral, etc) ficaram abandonadas, por não serem mais utilizadas. Poucos ainda moram nas propriedades rurais, a maioria se dirigiu para a cidade e, quem arrendou a terra por completo, nem em São Manuel permaneceu.

*Toda a parte de infra estrutura das propriedades se perderam com o tempo, depois de 30 anos, 40 anos que a pessoa tá arrendando. Se perderam no tempo, então você já não tem mais casa de colono, a energia elétrica, quem não continuou morando na propriedade, tendo outra atividade pra manter, os ladrões roubaram transformador, roubara a fiação, as casas começaram a cair, a própria usina desmanchou casas de sede pra plantar cana onde era sede antigamente, então, a infraestrutura de São Manuel não existe mais em propriedade rural. Existe terra, e muitas vezes você perde até aonde que é a propriedade sua.*

Pedro, 61 anos, São Manuel, eng. Agrônomo, diretor Sindicato Rural Patronal de São Manuel e produtor rural. Arrendador para Usina São Manoel.

A maioria dos proprietários que permaneceram no município é aposentada e, ocasionalmente, se ocupa de outras atividades, como o comércio. Há, principalmente em pequenas propriedades que não foram integralmente arrendadas, o plantio de café, milho e pasto. Há também o plantio de eucalipto, e o arrendamento para o mesmo. Foi relatado por este mesmo entrevistado que: “*Se a Usina parasse de arrendar ia quebrar muita gente, porque isso desestrutura a propriedade*”. As consequências da predominância do arrendamento canavieiro serão mais bem debatidas no terceiro capítulo.

São justamente as pequenas e médias propriedades as que mais optam por arrendarem suas terras. Muitos dos proprietários eram produtores, fornecedores de cana.

Por não terem condições de financiar a mecanização, arrendam. Conforme relato do responsável pelo setor de arrendamento da Usina Raízen,

*[...] hoje tem que ser plantio mecanizado, colheita mecanizada. Colheita mecanizada sem queimar ainda, aí já começa a usar tecnologia de ponta, socar com GPS, colher com GPS, contrário disso você não vai ter visão das ruas. [...] Essa tecnologia o fornecedor não vai ter né, pelo menos o pequeno. [...] Vai ficando inviável. Então a ideia é as pequenas propriedades arrendar todas. E alguns já vai além, eles já vende a propriedade pra entrar em outro ramo, em outra atividade.*

*Entrevistadora: Você que tá mais em contato com o pessoal que tá arrendando, você percebe se quem tá arrendando mais são os pequenos, são os médios, ou isso é uma coisa que não importa tanto?*

*Diogo: Os pequenos, os pequenos até porque eles não aguentam tocar do jeito que tá indo. E os grandes eles arrenda pra aumentar o volume de área porque o ganho deles tá achatando. Então tem que ter volume pra ter uma média, então eles conseguem fazer. Porque eles já tão perto da propriedade deles, o pequeno do lado, eles arrendam.*

Diogo, Técnico agrícola, funcionário setor de arrendamento/Usina Raízen.

Foi exposto que, para manter o controle do processo produtivo, ou seja, para se manter enquanto fornecedor, o proprietário necessita de uma economia de escala.

*[...] as coisas vão ficando tão complexas, do ponto de vista técnico, tecnológico, de infra-estrutura, que você acaba delegando essas responsabilidades àqueles que realmente tem condições de ter uma infraestrutura e tal. Porque a agricultura não é remuneradora, esse é o negócio. Ela só é remuneradora de um ponto pra cima, a economia de escala.*

Flávio, 64 anos, Eng. Agrônomo, membro da diretoria da Associação de Fornecedores de cana (AFIBB), produtor rural. Arrendador para a Usina Raízen.

Essa percepção foi mencionada por vários entrevistados, em ambos os municípios. Esse era um quadro já apontado por Alves e Assumpção (2002), para quem a mecanização exigiria uma escala operacional de áreas de 500 hectares, no mínimo. Os autores mostraram a inviabilidade da manutenção de fornecedores com áreas pequenas e médias como consequência da implantação da mecanização no processo produtivo canavieiro.

A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações, já para desbravar convenientemente o terreno, tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários isolados. Isto feito, a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar só se tornava rendoso quando realizado em grandes volumes. Nestas



condições, o pequeno proprietário não podia subsistir. (PRADO JR, 1994, p.33)

Este trecho se refere à ocupação das capitânicas hereditárias com a cana de açúcar no século XVI. Já se passaram cinco séculos e parece que a condição do pequeno produtor não mudou tanto. As condições atuais são outras, mas no sumo, se trata de um cultivo para exportação que requer um tipo de estrutura que o pequeno produtor não tem. No lugar da mão de obra, a demanda atual é a tecnologia de ponta, no lugar do engenho, estão as grandes unidades agroindustriais, ao invés de só açúcar, se produz etanol, diversos tipos diferentes de açúcar, energia, levedura, entre outros. A organização produtiva que se deu nos primórdios da ocupação do Brasil foi crucial para a configuração atual do país (FERNANDES, 1981; PRADO JR, 1994; FURTADO, 1961), mas a repercussão dessa herança colonial se dá em formas complexas. Justamente por isso se torna importante compreender este processo.

### 1.3 OS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS

Acima foi exposta uma breve retomada histórica da questão agrária nos municípios em questão, marcados pela monocultura exportadora cafeeira desde sua fundação. Contando com a mão de obra escravocrata e imigrante, e as consequências da crise do café, a organização fundiária se deu, antes em Barra Bonita, e depois em São Manuel, em torno de uma unidade de produção sucroalcooleira. A expansão da produção canavieira se fez dentro das fazendas de café. Dentro das grandes propriedades fundiárias, pequenos produtores, pessoas livres e de classes pobres, pagavam pelo uso do solo por meio do arrendamento (RAMOS, 1999). A queda dos preços de café e a ascensão da cultura do algodão em São Paulo são elementos relevantes no surgimento do arrendamento (CALDEIRA, 1950).

Por meio dos dados do LUPA, foi possível perceber como este tipo de organização resultou na atual configuração da estrutura fundiária dos municípios. Torna-se relevante, então, compreender qual a percepção dos agentes locais acerca da grande presença canavieira. Mais especificamente, se buscou compreender como se dá a articulação entre essas grandes unidades agroindustriais e os pequenos proprietários, atentando exatamente para a questão da renda fundiária envolvendo os atores relacionados à produção agropecuária.

Foram entrevistados pequenos e médios proprietários que arrendaram suas propriedades para o plantio canavieiro e alguns que deixaram de arrendar nos últimos anos. Buscou-se por meio da entrevista, traçar a trajetória do próprio entrevistado (idade, formação, origem, família, etc), a origem da propriedade, sua ocupação atual e as implicações que levaram ao arrendamento fundiário e os resultados advindos dessa escolha. Apresentar-se-á aqui as motivações dos atores pelo arrendamento canavieiro e as impressões quanto às consequências dessa escolha.

O arrendamento já era uma prática tradicional do setor canavieiro desde meados do século XX, mas se intensificou com o aumento pela demanda de matéria-prima resultante do ganho de produtividade advindo da aplicação de insumos (MARGARIDO, 1986; RAMOS, 1999).

Os proprietários, em maioria, relataram que o arrendamento foi uma solução para as dificuldades enfrentadas na manutenção de outros cultivos, como o café ou o milho, por exemplo. Principalmente por conta dos gastos com manutenção de funcionário, cuidados com a plantação, entre outras coisas.

*Eu plantava milho, o milho deu certo dois anos, não foi um bom negócio, arrendei pra cana. [...] se fosse o caso que compensasse eu ta fazendo outra coisa, eu não teria arrendado.*

Enrique, 64 anos, produtor rural São Manuel. Arrendador para Usina São Manoel

*Hoje numa propriedade pequena, os commodities, você não consegue plantar, porque ela é pequena e não se justifica você ter um trator pra plantar 10 alqueires. Então as propriedades pequenas hoje você não consegue pagar nem empregado o que ela vai render.*

Pedro, 61 anos, São Manuel, eng. Agrônomo, diretor Sindicato Rural Patronal de São Manuel e produtor rural. Arrendador para Usina São Manoel.

Alguns entrevistados relataram que em gerações anteriores havia outras culturas na propriedade. Mas, por diversas dificuldades, passaram a se dedicar à produção de cana, que era mais lucrativa. Contudo, a crescente demanda pela mecanização, assim como dito pelos entrevistados institucionais, se mostrou como fator limitante para a manutenção da condição de pequeno fornecedor.

*Pra fornecer a cana teria que ter o maquinário também, já é outro detalhe. Antigamente, na época do meu pai, a gente aqui era fornecedor. Mas depois a gente dependeria do empreiteiro pra... aí ficava mais caro que você fazer o arrendamento.*

Beto, 64 anos, produtor rural. Arrendador para Usina São Manuel.

Uma vez que o sentido das transformações capitalistas na agricultura é o ganho da produtividade, para tanto se faz uso de produtos industriais (máquinas, defensivos, etc.). Assim, “o desenvolvimento do capitalismo no campo se faz industrializando a própria agricultura” (GRAZIANO DA SILVA, 1983, p.14). Tal processo é a própria transformação dos complexos rurais em complexos agroindustriais. Uma das formas de organização da produção agropecuária no período de desenvolvimento capitalista da agricultura é o arrendamento (BESKOW, 1986).

*E sitiante pequeno é ruim, a gente não tem os maquinários, tem que pagar tudo pra fazer. Então, é difícil o pequeno ir pra frente né. O que tem bastante é diferente né. Então resolvi arrendar, a gente ganha menos mas o moço tá cuidando bem [...]*

Paula, 74 anos, dona de casa. Arrendadora para fornecedor

Um dos entrevistados apontou que o valor adquirido no arrendamento da terra para usina é usado para cobrir os prejuízos do plantio de milho. Muitos reclamaram das políticas governamentais para o pequeno produtor, da burocracia e das dificuldades para o setor. Seja no caso de plantio de outras culturas, seja na própria produção de cana de açúcar.

*Veja bem, se nós produzimos pouco milho, feijão, ou trigo, é porque depende de políticas públicas [dá maior ênfase nas palavras], se o governo quer que nós plantamos milho, feijão, trigo, soja, depende que a política do governo assim queira. Porque se nós não temos garantias, nós não temos seguro rural, nós não temos garantia de comercialização e de preços mínimos recompensador. Então o governo que não tem políticas agrícolas que possibilite pro produtor direcionar pra uma atividade outra. [...] Pelo menos a cana é uma cultura mais segura. Agora você vai plantar milho, feijão, isso daí é uma calamidade, é muito risco. [...] Eu vi várias pessoas plantar milho, perder, diversidades climáticas, praga, falta de política, não tem preço. Aí o cara acaba indo pra cana que é uma cultura mais segura, não que ganha... mais segura. Acaba as vezes arrendando, fazendo a parceria.*

Flávio, 64 anos, Eng. Agrônomo, membro da diretoria da Associação de Fornecedores de cana (AFIBB), produtor rural. Arrendador para a Usina Raízen.

*Então sem dinheiro pra investir, com pouca condição de captação de financiamento né, e muitas das propriedades ainda com divisão, com partilha, então não tem a escritura pra poder garantir o financiamento, então não tinha o acesso à crédito, enfim. É renda, buscar a sobrevivência dentro da propriedade. Muitos deles [que arrendaram] optaram por arrendar parte da propriedade, pra conseguir se manter morando na propriedade, vivendo no sítio. Essa é a história da maioria.*

Lucas, produtor rural, presidente da Associação Rural de Pratânia, gerente comercial da cooperativa de café COOPERPRATA. Ex-arrendador Usina São Manuel.

Outro fator de destaque é a própria facilidade do arrendamento. Apesar do pagamento pela cana de plantio próprio que é fornecida ser mais alto, os riscos incluídos na atividade são muitos e seria complicado ter que arcar com o prejuízo de uma safra ruim, por exemplo. Seria, de fato, uma escolha segura de “investimento”.

*Mas teve uma época aqui que as propriedades rurais... é melhor você ter um bar na cidade do que você ter um sítio. Ganhava mais dinheiro num bar da cidade do que num sítio. Essa é a realidade. Aí o que que muitos escolheram? “Eu vou pra cidade, vou ter uma renda lá, vou trabalhar com fábrica, servente de pedreiro, vou ser motorista de caminhão, vou ser o que for e ainda vou ter a propriedade me dando uma renda, porque até agora só vem dando prejuízo” Eles começaram a enxergar dessa maneira, pra você ter uma ideia a que nível, a que ponto que se chegou o agricultor no estado de São Paulo. Prato cheio pra usina chegar e pronto... não tinha cenário melhor.*

Lucas, produtor rural, presidente da Associação Rural de Pratânia, gerente comercial da cooperativa de café COOPERPRATA. Ex-arrendador Usina São Manoel.

Contudo, não são apenas questões de ordem material que levaram os proprietários entrevistados ao arrendamento fundiário. A maioria tem uma faixa etária acima dos 50 anos e com a falta de interesse dos herdeiros em manter e administrar as propriedades, o arrendamento se mostrou como uma forma de “*manter o patrimônio de algum jeito*”, conforme o produtor Lucas. Uma pequena produtora, ex-arrendante, disse que “*o arrendamento ajudou muito o pequeno produtor, que não tinha condições de se manter. Mas também tirou o proprietário da sua terra*”.

*O problema é que os produtores vão ficando velhos, e ele então não se aventura a criar uma infraestrutura pra ele, precisa comer! Pra ele plantar a laranja, ele precisaria entrar numa linha de crédito, pra 2, 3 anos a renda dar, café também, eucalipto, 6, 7 anos. Então ele acaba insistindo na cana, que é o que ele conhece, que ele trabalha há tantos anos.*

Flávio, 64 anos, Eng. Agrônomo, membro da diretoria da Associação de Fornecedores de cana (AFIBB), produtor rural. Arrendador para a Usina Raízen.

Fasiaben et al (2011) também observaram características semelhantes às encontradas em São Manuel e Barra Bonita no estudo sobre a região nordeste do estado de São Paulo. Apontaram que apesar de os pequenos produtores terem suas

propriedades localizadas em áreas de boa aptidão agrícola, têm enfrentado baixa produtividade. Além disso, observou que os jovens têm sido atraídos pelo mercado de trabalho urbano, abandonando as propriedades rurais. “As unidades deste tipo vêm enfrentando um processo de envelhecimento dos agricultores, obsolescência tecnológica e dos instrumentos de trabalho e descapitalização” (FASIABEN et al, 2011, p.1077). Esse parece ser o mesmo processo pelo qual os municípios em questão se inserem, sendo que o arrendamento surge, então, como uma forma de obter renda da terra.

\*\*\*

A presença de mais de meio século de unidades de produção agroindustriais sucroalcooleiras (sendo uma delas de grande porte), somada aos históricos incentivos do Estado ao setor, gerou uma demanda pela produção de cana de açúcar em São Manuel e em Barra Bonita. Diante das dificuldades na manutenção de outras culturas, a maioria dos proprietários migrou para este tipo de cultivo (às vezes essa migração ocorreu já em gerações anteriores). Com o aumento da tecnologia para a cana de açúcar, seja no plantio, durante o cultivo ou na colheita, ficou mais dificultoso para pequenos proprietários se manterem como fornecedores. Inclusive, a própria fiscalização sobre as relações trabalhistas e ambientais também se mostrou fator relevante para a escolha pelo arrendamento fundiário. Outro fator de destaque é o próprio envelhecimento da população rural, que saiu do campo e não tem herdeiros interessados neste tipo de atividade. Por esses motivos, o arrendamento fundiário apareceu como a melhor opção.

Foi possível perceber que, apesar de haver diferenças entre as situações dos pequenos e médios proprietários rurais de São Manuel e Barra Bonita, há uma convergência entre eles, que é a necessidade do arrendamento canavieiro. Muitos saíram de suas terras e foram morar nas cidades, se ocupando com outras atividades, outros se aposentaram. Outros, apesar de residirem em área urbana, mantêm outras culturas, que acabam indiretamente sendo financiadas pela renda advinda da cana de açúcar. Há uma diversidade de fatores neste quadro, mas a presença da demanda pela cana de açúcar garantiu que o pequeno e médio produtor se adaptasse.

Parte do debate da Sociologia Rural aponta hoje para um novo rural, em que o viés setorial agrícola foi superado. Um rural com dinamismos demográficos mais próximos das áreas urbanas e que conta com aspectos culturais e ambientais que devem ser considerados num projeto de desenvolvimento. Contudo, a questão do arrendamento fundiário se mostra presente nos casos de São Manuel e Barra Bonita. Apesar de estes

municípios não contarem mais com tantos moradores nas áreas rurais, nem com tantas pessoas ocupadas na produção agropecuária, há um quadro no qual a questão da produção se mostra relevante. Se, conforme Wanderley (2000), o agricultor passa a responder às demandas locais no contexto da nova ruralidade, aqui se expõe que a demanda local é a produção canavieira, pautada sim por uma demanda nacional e internacionalizada, que é a produção de etanol. Para as áreas rurais das cidades de São Manuel e Barra Bonita, a renda fundiária se mostra como elemento constitutivo da realidade social atual, sendo um balizador das relações de propriedade, produção. No capítulo seguinte será apresentada a forma que esta renda fundiária toma nos municípios em questão.

## 2 A PARCERIA DO ARRENDAMENTO E A RENDA DOS PARCEIROS - FORMA E CONTEÚDO DA RENDA FUNDIÁRIA

No capítulo anterior, foi possível perceber a importância da renda fundiária para os municípios de São Manuel e Barra Bonita. Para os pequenos proprietários, essa é a forma de manter algum tipo de renda advinda da terra e também de manter um patrimônio familiar. Por dificuldades de ordem econômica/técnica, assim como por conta do fator envelhecimento, a atividade agrícola se mostrou dificultosa (seja para outras culturas, seja para o fornecimento de cana de açúcar). Neste caso, o arrendamento se mostrou como a melhor “saída”. Cabe, a partir daí compreender de que forma se dá esse arrendamento. Apesar de este, na forma, se assemelhar com o que conhecemos como arrendamento tradicional, no conteúdo, leva o nome de parceria, tomando formas também diferentes do que se convencionou chamar como parceria na Sociologia Rural.

*Então primeiramente eu quero separar muito bem o que é arrendamento de parceria tá. Eu não tenho conhecimento que nenhuma usina faça arrendamento. Nós temos parceria agrícola, corremos os mesmos riscos e estabelecemos resultados em parceria.*  
Flávio, 64 anos, Eng. Agrônomo, membro da diretoria da Associação de Fornecedores de cana (AFIBB), produtor rural. Arrendador para a Usina Raízen.

Apenas três entrevistados apontaram que os contratos estabelecidos eram de parceria e não de arrendamento. A maioria não soube diferenciar uma coisa da outra, e um deles nem sabia o que constava no contrato.

*Entrevistadora: Mas, tem aquele contrato de parceria que eles fazem com o pessoal, que pra mim parece ser igualzinho ao arrendamento, mas chama de parceria né, eu nunca entendi isso direito.*  
*Bruno: [...] Pra mim também é tudo igual, só muda... Não muda muita coisa, eu por mim entendo igual você. Muda alguma coisa de tributação, acho que pra fazer imposto de renda, alguma coisa assim, Mas do mais, na pratica mesmo, não muda muito...*  
Bruno, 38 anos, prestador de serviço Usina Raízen e produtor rural. Arrendador para Usina Raízen.

Conforme Candido (1964), a parceria passou a se desenvolver no estado de São Paulo por conta da decadência do plantio cafeeiro. Neste caso, eram as grandes propriedades que, abandonadas de cultivo, recorriam à parceria ou ao arrendamento.

Na dificuldade de empreender a exploração por conta própria, o médio, o grande proprietário tendem a buscar o lucro no pagamento em espécie, que vão colocar no mercado. Essencialmente, a parceria é uma sociedade pela qual alguém fornece a terra, ficando com o direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro. (CANDIDO, 1964, p.81)

A parceria seria então, uma sociedade em que uma das partes forneceria a terra, e por isso teria o direito a uma fração dos produtos ali cultivados pela outra parte. O autor expôs o caso do município de Bofete, no interior paulista, onde havia casos em que o parceiro realizava todas as atividades no solo, assim como outros casos, em que o proprietário atuou de alguma forma sobre o solo. Na mesma via, Martins (1975, p.16) colocou que

o parceiro é um sócio do proprietário de terra, que pode eventualmente contratar serviços de terceiros, cujos ganhos, porém, referem-se praticamente a um único setor de produção: o trabalho. O mesmo acontece com o arrendatário, com a diferença de que nele acumulam-se todos os riscos do empreendimento, já que a renda paga é frequentemente fixa. (MARTINS, 1975, p. 16)

A parceria seria uma forma de aumentar a utilização das áreas dos grandes estabelecimentos rurais, como uma complementação da exploração do imóvel. Dessa forma, era mais comum que a parceria não aparecesse isolada na propriedade, mas acompanhada de alguma outra produção, costumeiramente, de larga escala. E, diante das condições postas ao parceiro (alta porcentagem da produção como pagamento ao proprietário), é extremamente difícil para o mesmo se reproduzir. Assim, é necessário que se torne um assalariado. Por conta disso, se pode dizer que a parceria é uma forma subordinada de pequena exploração (GRAZIANO DA SILVA, 1978).

No caso de São Manuel e Barra Bonita, os elementos se organizam de forma diferenciada. O parceiro não é mais um pequeno produtor, sem terras, dependente de um grande proprietário, que busca auferir renda da terra. Os papéis são outros, de forma que o parceiro é uma grande unidade de produção agroindustrial, que busca a parceria por representar vantagens econômicas. É o proprietário de terra quem tem dificuldades de garantir a reprodução familiar, contando muitas vezes apenas com o pagamento da renda. Nesta relação, se pode dizer que há uma dependência mútua, porém desigual, entre as partes.

Tampouco o arrendamento em seu sentido tradicional pode explicar o quadro presente em São Manuel e em Barra Bonita. A partir de dados do INCRA, Graziano da Silva (1978) colocou que o arrendamento, assim como a parceria, se concentra nas grandes propriedades. Apontou dois tipos de arrendamento, os maiores, que estariam



relacionados com formas capitalistas de produção, e os pequenos arrendamentos, que se aproximam da parceria supracitada. Neste último tipo, o arrendatário fica à mercê do proprietário no que tange ao tipo de cultivo. Em resumo,

Tanto no caso da parceria como no do arrendamento, parece ser bastante importante a participação do proprietário da terra na produção. No primeiro caso, quer cultivando uma parte dela, quer exigindo a cultura de certos produtos, quer efetivando cessão de alguns meios de produção. No caso arrendamento, principalmente exigindo o cultivo de determinados produtos e cedendo alguns meios de produção. [...] em parte dos arrendamentos, assim como ocorre na quase totalidade da parceria, produtores sofrem uma exploração e uma pauperização crescentes, o que os obriga a tornarem-se eventuais vendedores de força de trabalho. (GRAZIANO DA SILVA, p.1978, p.156)

Stinchcombe (1976), analisando um diferente contexto que não o brasileiro, aponta que uma vez que a terra passa a ser objeto de comércio, o arrendamento pode proporcionar para o “senhor de terras” uma renda confortável, podendo, inclusive, ser gasta nas cidades, sem que haja a preocupação de fato com a lavoura. E, quanto menor o aluguel cobrado pelo proprietário, maior será a renda do arrendatário. Este autor também destacou a existência de dois tipos de arrendamento, o capitalista e o de caráter familiar.

As formas tradicionais de parceria não podem explicar o que ocorre em São Manuel e em Barra Bonita. O arrendamento capitalista é o que mais pode se aproximar do caso estudado, contudo, a forma de pagamento toma formas complexas, que diferem do que é conhecido sobre tal temática. Martins (1995, p.160), discutindo a expansão capitalista no campo, apontou que “assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho do trabalhador, também precisa pagar uma renda para se apropriar da terra”.

## 2.1 A PARCERIA *IN LOCUS*

Martins (2000) sinalizou que na região de Barra Bonita houve um processo concentracionista no movimento de capitalização das atividades agrícolas. Nesse processo houve um predomínio dos proprietários sobre os arrendatários. O Estatuto da Terra (1964) tornou mais dificultosa a manutenção de arrendatários e outros tipos de

ocupantes na terra, uma vez que a presença desses seria fator para desapropriação. Neste mesmo sentido, essa retomada de controle por parte do proprietário corroborou para o modelo de industrialização da agricultura que vinha sendo implantado pelo Estado.

Atualmente, nos municípios em questão o parceiro/arrendatário passa longe da submissão ao proprietário. Pode-se, aliás, dizer que é o contrário. Os valores de pagamento, assim como os termos do contrato, são definidos pela usina. Isso seja para contratos de parceria/arrendamento seja para os de fornecimento direto. Tanto que esse foi um dos fatores que fez com que uma das entrevistadas deixasse o arrendamento.

*Só que aí eles mudaram a forma também, a usina mudou a forma de parceria. Os antigos fornecedores deixaram de ser fornecedores e passaram a ser parceiros, uma outra conotação de contrato. E pra gente ficou ruim. Aí eu falei “pra arrendar vamos ver se vale a pena”. Mas a remuneração, o preço que eu te falo é muito baixa, em comparação ao que eles ganham. E eles fazem uma remuneração da média da região, então mesmo que a terra seja melhor e seja um proprietário só, que tenha ali entrada e saída para a rodovia, eles não veem esses benefícios. Não é um contrato que você discute cláusula, é meio de adesão: “Ó, o contrato tá pronto, você quer aceitar? São essas as cláusulas”.*

Luciana, 47 anos, funcionária pública Prefeitura Municipal de São Manuel e produtora rural. Ex-arrendadora Usina Barra Grande (Lençóis Paulista).

Esta entrevistada tinha relação de arrendamento geracional com a usina em questão. O pai já arrendava e foi por muito tempo fornecedor. Foi justamente quando a usina propôs a parceria que decidiu abandonar a cultura da cana de açúcar e cultivar café e eucalipto. Ela alegou que pela dificuldade de manutenção do cafezal, pode ser que volte para a cana, mas pretende investir no eucalipto antes.

Acredita-se que a principal diferença entre o arrendamento e a parceria é que o primeiro gera uma renda fixa para o proprietário, que em contrapartida deve pagar o imposto por essa renda. A parceria, por seu turno, tem sua renda variável, atrelada à produção em si. Neste caso, o imposto incide sobre o ganho advindo da parcela da produção que cabe ao proprietário. Como a parcela da produção que cabe ao proprietário é baixa, muitas vezes ele nem precisa pagar nenhum imposto. A usina é quem tem maior parcela na produção, por isso recaem sobre ela os custos tanto de impostos, como os encargos trabalhistas e sociais.

*Entrevistadora: A gente tava falando agora pouco essa coisa da parceria que tem. Porque eu conversei com um pessoal que “ah, não é mais arrendamento, é parceria”, mas é quase a mesma coisa.*

*Diogo: É a mesma coisa, o arrendamento vai incidir, no que ele vai incidir? Vai cair na questão do imposto de renda. [risos] Imposto de renda vai matar o cara que tá arrendando, ele vai pagar lá os 27,5%. E a parceria o que que ele vai pagar? É daquele montante, e a parceira o que que é, a usina fica com 90% e o arrendatário [arrendador] com 10%, então vai ter a participação mês a mês, como uma pessoa comum. Ele vai ter lá o limite dele, se for bem pequeninho, ele vai tá até isento do imposto[...]*

*Entrevistadora: Mas quem paga esse imposto seria o proprietário, no arrendamento?*

*Diogo: No arrendamento é o proprietário. A parceria ele vai pagar só o rendimento dos 10% que é arrendamento dele, o que ele realmente recebe. Os outros 90% a usina que paga, é tributado na usina. Essa é a diferença. Por isso da parceria.*

Diogo, Técnico agrícola, funcionário setor de arrendamento/Usina Raízen.

Foi perguntado a este entrevistado sobre a possibilidade de a usina ter uma isenção de impostos, por conta de ações sociais. Ele não soube responder se havia mesmo a isenção, mas alegou que a Usina Raízen mantém núcleos profissionalizantes nos municípios em torno, oferecendo cursos técnicos na área de administração e de gestão de açúcar e álcool.

Apesar de os contratos em São Manuel e Barra Bonita serem de parceria, todos os entrevistados se referem a ele como arrendamento. Foi unânime a percepção de que era mais compensador recorrer ao arrendamento (no caso, parceria) do que vender a terra ou mesmo tentar cultivá-la. No caso dos pequenos proprietários, se mostrou mesmo como uma estratégia de sobrevivência e, às vezes, de manutenção de certa identidade agricultora. O fator identitário se mostra mais marcante quando o proprietário cultiva as áreas não arrendadas com outra cultura, justamente por ainda se manter ligado diretamente a algum tipo de produção agrícola.

Outra diferença apontada entre o arrendamento e a parceira foi a divisão dos riscos. O trabalho de Martins (1975) mostrou que haveria um risco maior para o arrendatário do que num caso de parceira. Atualmente, apesar de os papéis do parceiro e do arrendatário não ser mais de um pequeno produtor e sim de uma grande unidade agroindustrial, temos uma lógica semelhante nos municípios em questão. Justamente, pois para usina o arrendamento significaria a concentração total dos riscos de produção, o que não ocorre com a parceria.

*[...] o arrendamento caracteriza você sair totalmente dos riscos, sair totalmente da atividade. Seria como uma locação de imóvel, você tem um apartamento no centro de São Carlos, você aluga e temos*

*conversados. A parceria não, possibilita um acompanhamento melhor e você participa dos sucessos e dos insucessos tá certo. A parceria deixa claro isso. E isso possibilita também, pelo fato de você tá participando, você não deixa de ser um produtor rural, senão você taria fora do contexto, aí você não é mais. E você tá sujeito às tributações de lei, como é o imóvel urbano, você tá sujeito aos descontos de lei. Então tem essa vantagem tributária também.*

*Entrevistadora: Eu pensei que por o proprietário receber a partir de, ah, são tantas toneladas por hectare, e aquilo ser uma coisa fixa, imaginei que é como se fosse uma renda, só que calculada em cima de tonelada por hectare.*

*Flávio: No contrato reza claro que os riscos são conjuntos, apenas pra efeito da usina poder manejar a propriedade do jeito que ela quer, ela pode cortar ou não cortar, é o direito dela. Ela pode até num ano que ela for reformar não plantar. Fazer o contrato, assinar, não planta aquele ano, não permitiu, não teve dinheiro, e o cara tá recebendo a mesma coisa. Se ela vai cortar a cana no começo ou no fim da safra, o cara vai ter o dinheiro dele.*

*Entrevistadora: Que é mensal?*

*Flávio: Pode ser anual ou pode ser mensal. Ele escolhe, senão não dá certo, fica difícil o manejo. A teoria é uma coisa, a prática é outra. Mas nós temos que entender que é um sistema que deu certo, que dá certo e a própria evolução do agronegócio, da agropecuária em si é isso aí. Porque tem muita gente também que tem terra de pastagem e arrenda pra outros que tem gado. O cara tem pasto mas não tem dinheiro pra por gado, ele arrenda, ou ele faz parceria, com um percentual de gado. O cara entra com o gado, perde o gado. O que o cara ganhou com o gado divide com o cara ali. Então existe muito isso, eu acho que é salutar isso. E ninguém obriga ninguém a nada, nem arrendar, nem isso nem aquilo. Tudo é circunstância.*

*Flávio, 64 anos, eng. Agrônomo, diretor AFIBB, produtor rural. Arrendador Usina Raízen.*

É interessante o fato de que, apesar de este entrevistado - que participou de diversos órgãos estatais relacionados à produção de cana de açúcar - apontar que a parceria garante uma participação do proprietário na atividade agrícola, os relatos dos demais arrendadores foi diferente. Todos sinalizaram justamente como vantagem do arrendamento/parceria o fato de não terem que se preocupar com nada relacionado à lavoura. Seria um fator de garantia de segurança poder receber certa renda sem o gasto com a produção.

Foi abordada, também, a questão das vantagens da usina, em relação à parceira, ao fornecimento ou à compra de terras próprias.

*Entrevistadora: Mas, a usina ela tem cana mais de terra arrendada, mais de fornecedor, mais de terra própria?*

*Diogo: Hoje ela tem mais arrendada. Ela tem área própria, que adquiriu quando foi comprando a usina, mas a maior gama de área é arrendada. Por causa desse motivo, área comprada é cara. O volume de dinheiro que precisa dispor pra comprar um alqueire dá pra*

*plantar 10. E fornecedor é pouco por causa das condições que eles tão oferecendo pra eles tentar... as vezes é inviável ou viável, ou aumenta ou diminui. O que eles tão até querendo fazer hoje, por que o custo usina é muito caro, é que algum fornecedor toque alguma área deles, como fornecedor. [...] a área é grande, então um grande produtor que tem interesse em pegar área da usina e tocar como fornecedor, ela vai repassar. Agora o pequeno fornecedor vai repassar naturalmente, isso aí mais 2 anos, os pequenininho acabou tudo. Que é 2014 é, tem que tá mecanizado, tecnologia pra reformar e plantar, eles não vão alcançar isso.*

Diogo, Técnico agrícola, funcionário setor de arrendamento/Usina Raízen.

*Entrevistadora: Mas e você acha que pra usina compensa arrendar assim pequena propriedade?*

*Luiz Paulo: Ela arrenda, mas o que ela tá fazendo agora, ela tá pegando as áreas e passando pra outro produtor maior, subarrendando.*

*Entrevistadora: Como que é isso?*

*Luiz Paulo: Ela pega o arrendamento, ela vai lá e fala “eu arrendo de você”. Ou ela arrendou de mim, ela pega, ah eu peguei por 40, passo pra você, quer pegar? Aí transfere pro produtor maior e ele arrenda. Então de 100 produtores pequenos, pode ser que fique 5 produtores maiores arrendando.*

*Entrevistadora: Nossa, que loucura... Mas isso não acontece ainda?*

*Luiz Paulo: Não, já tá acontecendo. Tem usina, que nem a Lorenzetti lá, eles franquiam, eles falam franquia lá, pegam uma área, arrenda e passa pro outro fazer o serviço. Porque lidar com 100 produtores, ele passa lidar com 20 produtores, tá entendendo? Pra eles é melhor né. E o grande, ele tem economia de escala, que ele consegue sobreviver né. Porque aí soma aqui, soma ali, soma lá, vai embora, toca a atividade. Sozinho, não dá lucro né, no mercado. Pra pequeno produtor tá complicado, o setor de cana de açúcar tá complicado.*

Luiz Paulo, 55 anos, Eng Agrônomo, prestador de serviço Usina Raízen, diretor Associação Fornecedores de Cana, produtor rural. Fornecedor arrendatário.

A tendência do capital é subordinar todos os setores de produção; e a renda da terra aparece como um empecilho para a total dominação da agricultura, uma vez que o capital investido no pagamento da renda da terra é um capital imobilizado produtivamente. Apesar de o proprietário de terra e o capitalista aparecerem como antagônicos, podem às vezes surgir na mesma figura. Contudo, quando o capitalista compra a terra, não é pelo interesse na terra em si; o que compra é a própria renda da terra, ou seja, o direito de uso da terra. Neste caso, poderia também, se necessário, extrair renda dessa terra, advinda da permissão do uso de terceiros sobre a mesma (MARTINS, 1995).

O último relato demonstra a complexidade da questão da renda fundiária nos municípios estudados. Apesar de Silva (1999) se referir especificamente ao caso dos trabalhadores expropriados, é relevante para este trabalho sua observação de que o processo de exploração-dominação se alicerça sobre os pilares das relações jurídicas, que por fim, são expressões das relações de classe. Além da parceria e do arrendamento comum, há ainda a possibilidade de um “subarrendamento”. Mostra-se necessário, então, compreender melhor como é este contrato de parceria/arrendamento.

## 2.2 O CONTEÚDO DA PARCERIA AGRÍCOLA

Foram poucos os entrevistados que diferenciaram o arrendamento da parceria agrícola. Para compreender como é o contrato de parceria e mesmo como é feito o cálculo do pagamento da renda, conto com três entrevistados que detalharam a temática, dois membros da AFIBB – Associação de Fornecedores de Cana e um funcionário responsável pelo setor de arrendamento da Usina Raízen. Além disso, foram buscadas informações em documentos da Comissão Nacional de Cana-de-açúcar.

O contrato feito entre as usinas e os proprietários é de parceria, justamente por conta da questão fiscal. O decreto 3000/99<sup>17</sup>, do Regulamento do Imposto de Renda, tributa o proprietário de terra quando do arrendamento em 27,5% da renda. Assim, a princípio, foi exposto pelos entrevistados que a escolha pela parceria colaboraria na não cobrança deste imposto.

*Acontece que o arrendamento é um negócio fixo e sujeito a impostos, uma série de fatores sabe. Isso já tá condenado há tempos isso daí, é como se você aluga, uma locação de imóvel né,[aqui] não é assim. Nós trabalhamos com parceria agrícola onde nós fixamos percentuais que você fica a título de uma receita. O proprietário fica com uma receita e quem vai ser o parceiro arrendatário faria toda a prestação de serviço, e depois, fundamentado num percentual, pode variar de 10, 20, 25%, o proprietário se beneficia dos resultados. Mas aí, em algumas usinas, alguns contratos, eles podem fixar um número de toneladas por hectare a título de garantia, por exemplo, o que permite que quem está arrendando tenha mais liberdade de manejo, você me entende? [...] estabelece também um número de tonelada por hectare fixo. [...] É um valor fixo mínimo. Quer dizer o proprietário não corre o risco às vezes de uma intempérie, uma adversidade climática, ele ter que submeter ao percentual que tá no contrato. Até pode receber pelo percentual, mas como o manejo é da usina, ela pode colher a cana ou deixar pro ano que vem ou deixar pra muda, ela estabelece um mínimo como uma garantia. Então ela pode fixar um mínimo de 15, 16 toneladas por hectare e ela se darao luxo de fazer o manejo do*

<sup>17</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3000.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm)>. Acesso em out/2012.

*jeito que ela quer. Mas o contrato reza um percentual e nós corremos os mesmos riscos e também os custos são divididos proporcionalmente. Os recolhimentos das taxas são proporcionais, todas taxas são de lei. Os contratos são assim de parceria. [...]*

Flávio, 64 anos, Eng. Agrônomo, membro da diretoria da Associação de Fornecedores de cana (AFIBB), produtor rural. Arrendador para a Usina Raízen.

Ou seja, nesta parceria se estabelece uma quantidade em toneladas de cana por hectare. Isso é um valor fixo de produção. A usina tem direito de escolher se vai colher ou não determinada área, de acordo com sua necessidade. De qualquer forma, o proprietário vai sempre receber a renda baseado no acordo de toneladas por hectare. Mas, o valor pago pela tonelada não é fixo.

*Luiz Paulo: Que nem a usina faz, a usina faz arrendamento. Eu posso explicar pra você, ela faz em torno de 40 a 50 toneladas o alqueire de cana e eles pagam o padrão, eles têm um padrão de qualidade da cana. Então eles arrendam por exemplo, 121,6 kilos de açúcar por tonelada.*

*Entrevistadora: Aquela medida por sacarose?*

*Luiz Paulo: É, então eles fazem uma conta assim, eles arrendam, por exemplo, uma propriedade de 20 alqueires, vamos colocar em hectares pra ficar mais fácil pra você, 50 hectares arrendados, a usina paga R\$20,67 por hectare do arrendamento, multiplicado por 50, vai pagar pra ele R\$1000/tonelada, vai pegar essa 1000/tonelada e vai pagar pra ele o padrão que eles usam, de 121,96kg de açúcar por tonelada, e vai chegar no preço. Então essas mil toneladas, a usina vai pagar pra ele... [para calcular] Eles fazem o balanço todo mês do preço da cana, então sai R\$0,50 o quilo por tonelada. Esse mês fechou R\$0,4986 o quilo. Isso é o valor do quilo do açúcar, então você vai achar o preço lá. Então 121kg que foi combinado no arrendamento por 0,4986, eles vão pagar R\$60 na tonelada. Multiplicado pela tonelada que ele tem, vai receber R\$62.000 no ano. O que ela faz, divide por doze durante o ano, o cara recebe mês a mês né. Ele vai receber R\$5.000 no mês do arrendado para a usina, é o que ele vai receber mensal tendo uma área de 50 ha arrendada. Isso é um exemplo né. [...] Ele vai ter uma renda arrendando, uma receita de cinco mil, só que ele não vai ter despesa nenhuma. É tudo por conta dela, ele combinou vinte e sessenta e sete por hectare. Às vezes tem arrendamento de solos mais fracos que eles pagam menos, mas mais ou menos a ideia é essa. [...] A usina arrenda bastante, e o critério é fazer dessa forma, ela tem um padrão né. Você entrega pra ela, você pode ter mais de 121 quilos, 130, 140, aí você tem uma qualidade, mas ela padronizou 121. Acho que o padrão de Piracicaba é 128. Aqui na nossa região é 121 o padrão. [...]*

Luiz Paulo, 55 anos, eng. Agrônomo, prestador de serviço (maquinário agrícola), diretor AFIBB, produtor rural. Fornecedor/arrendatário.

A partir da compreensão acerca da forma de pagamento da parceria, se coloca em questão a suposta segurança mencionada pelos entrevistados. Foi exposto que a escolha pelo arrendamento se dava justamente por não haver riscos para o produtor.

*se eu arrendar pra usina eu aviso, olha, minha conta corrente é tal, e vou pra praia tomar cerveja. Todo mês pinga aquele valor que tá acertado no contrato. Se pegar fogo, der geada, der praga, problema da usina. Ele vai ter que honrar aquele contrato, e honra! Então, tem essas vantagens; agora, desvantagens: se eu plantasse aquela cana renderia muito mais. Renderia, claro, mas e se pegar fogo, e se gear, e se der praga, e se o negocio virar e der uma seca? Aí você tem todas as variáveis.*

Lauro, 64 anos, aposentado, produtor rural. Arrendador para Usina Raízen.

Se o cálculo do pagamento do arrendamento é baseado na cotação da cana de açúcar no mercado internacional, o valor recebido pelos proprietários não é fixo. O que é fixo é a quantidade de toneladas por hectare e o ATR. Isso quer dizer que caso haja uma queda brusca no preço da cana no mercado internacional, possivelmente o entrevistado acima não poderá mais tomar sua cerveja na praia. Picanço Filho e Marin (2012) afirmam que as usinas têm o poder de informações (legais, financeiras, mercadológicas, econômicas e técnicas), o que gera uma assimetria nas relações sociais. Os fornecedores, que não detêm esse tipo de informações, acabam permanecendo integrados às usinas, por falta de melhores opções de inserção econômica. “O domínio de informações torna-se o principal fator de poder que as empresas utilizam para manter a coordenação e decisão da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, de maneira favorável aos seus interesses” (PICANÇO FILHO; MARIN, 2012, p.195).

O valor da cana de açúcar, até a década de 1990 era estipulado pelo Estado. Houve, ainda na época do Instituto de Açúcar e Alcool, uma mudança na forma de pagamento. Foi introduzido o padrão de pagamento por qualidade, pelo teor de sacarose. Posterior ao fim do IAA houve certa desregulamentação no setor canavieiro (ALVES; ASSUMPCÃO, 2002) que repercutiu também nas decisões tomadas pelos produtores.

*antigamente era paga por tonelada, em 1983 criou o sistema de pagamento pelo teor de sacarose, pela qualidade que você tem na cana. Em 1983 criou isso, ate então era tonelada, o IAA, instituto de açúcar e álcool que tinha regra. Aí, dali pra frente criaram o Consecana, que é um conselho entre produtores e industriais. Aí criou uma regra pra poder pagar a cana.*

*Entrevistadora: É, porque antes era tabelado né?*



*Luiz Paulo: É, o governo estipulava o preço da cana, pagava por tonelada, não tinha qualidade. Aí criaram o valor da qualidade, agora a tonelada mais a qualidade. Por exemplo, eu entrego a cana que tem 120kilos, mas eu trabalhei bem na área e a minha deu 140, então eu ganhei 20 kilos, é uma qualidade. Aí criaram o Consecana e foi criando esses critérios de pagamento aí.*

Luiz Paulo, 55 anos, eng. Agrônomo, prestador de serviço (maquinário agrícola), diretor AFIBB, produtor rural. Fornecedor/arrendatário.

O padrão de pagamento por sacarose já é conhecido para os contratos com fornecedores. Contudo, a usina estendeu esse tipo de cálculo também para o pagamento das parcerias. Em um documento da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, o presidente da Comissão Nacional de Cana de Açúcar colocou que o cálculo da parceria é feito a partir do CONSECANA e que normalmente se usa o número de ATR (açúcar total retornável) padrão, que é justamente o especificado pelo entrevistado supracitado, 121,96kg de açúcar por tonelada. Ainda são utilizados mais índices físicos, fixos por unidade de área.

Neste mesmo documento se aconselha o proprietário a escolher pela parceria agrícola e não pelo arrendamento. Mas, não se trata de qualquer tipo de parceria, há a parceria agrícola por tonelada de cana (com o cálculo baseado no ATR), parceria por valor fixo de hectare corrigido pela inflação, a parceria agrícola por percentual de produção, entre outros. Esta última foi sinalizada como a menos vantajosa, uma vez que o proprietário fica mais exposto às adversidades climáticas e ao mau manejo por parte da usina parceira, o que resultaria em baixa produção. Há ainda outros tipos de parceria, mas são bastante incomuns.

Expõem-se, neste mesmo documento, os critérios nos quais se baseiam o valor do arrendamento. Neste ponto é destacável que, mesmo em documento oficial da Comissão Nacional de Cana de Açúcar, a “confusão” parceria-arrendamento se faz presente. De qualquer forma, são usados como critério para o cálculo da quantidade de toneladas por hectare os seguintes: necessidade de cana; distância da Usina; topografia; tipo de estrada; distância da área à estrada municipal, asfalto, etc.; tipo de vegetação existente; número de anos a explorar no contrato; tipo de solo; infraestrutura de apoio próximo, ou seja, cidade, vila, etc, que possa contar com a mão de obra; recurso de água para irrigação; tamanho da área; formato e distribuição da área; proximidade de cidades, reservas florestais, redes de alta tensão, etc; relacionamento proprietário da terra/Usina, proximidade de outra Usina; falta de terra disponível ou não.

Neste ponto que se mostra relevante o trabalho de Marx acerca da renda fundiária, que se apresenta como uma quantia de dinheiro que o proprietário recebe devido o arrendamento da terra. O autor aponta que

a apropriação da renda é a forma econômica em que a propriedade fundiária se realiza, e, por sua vez, a renda fundiária pressupõe propriedade fundiária, propriedade de determinados indivíduos sobre determinadas frações do globo terrestre. (MARX, 1983, p.137)

A propriedade seria, então, a primeira causa da renda absoluta, justamente porque para vender ou arrendar algo é preciso antes que isso seja monopolizável e alienável. Não é o direito à propriedade e sim a existência em si da mesma que garante a existência da renda absoluta. Contudo, para isso também é preciso que o valor de produção seja maior que o preço da produção. (LENZ, 2007)

Para Marx (1983), a renda absoluta faz parte do próprio movimento do modo de produção capitalista. A renda diferencial, por seu turno, é uma manifestação específica da esfera da agricultura, tendo uma forma histórica determinada. A renda diferencial faz sentido por ser aquela que conta com diferentes capacidades produtivas da terra. Mas, destaca-se que não é a produtividade do solo que determina a renda e, sim, a demanda. Quanto maior a demanda, maior a renda. O mercado é o regulador. São dois tipos de renda diferencial que Marx aponta; a renda diferencial I é aquela ligada à fertilidade do solo e à localização, a renda diferencial II é aquela relacionada com o capital agregado ao solo, à produção (tecnologia, por exemplo).

A renda diferencial pode ajudar a compreender o cálculo realizado para o pagamento das parcerias nos municípios estudados. Primeiro, em relação à renda diferencial I, destaca-se que Marx apontava a presença de alguns elementos como fator positivo na composição da renda, como a presença de uma queda d'água. No caso atual é justamente o contrário. A presença de cursos d'água, devido à legislação, representa uma perda para o proprietário da renda, pois a usina não arrenda essas áreas.

*Entrevistadora: Mas e propriedade que tem área assim com rio...*

*Diogo: Tá tudo na imagem de satélite.*

*Entrevistadora: Mas aí o arrendamento é o mesmo valor ou é diferente?*

*Diogo: É porque quando eu vou passar a área que dá pra arrendar, lá no escritório, ele já vai jogar o APP, desconta essas mina de ferro de alta tensão, essas transmissão, isso aí a gente não paga. Isso aí não pode pagar, não tem... É lei. APP não paga porque não pode plantar, não podendo plantar, você não paga. Aí você paga os carreadores que você usa e as divisas em volta da propriedade que*

*tem que ser limpa pra você combater o fogo, ter um acesso. Então isso aí você paga.[...] quando eu vou negociar essa área, primeira coisa, tem que ver o acesso, tem que ter acesso pra chegar na propriedade, acesso bom, porque estrutura é forte, é pesada, transbordo, colhedora, fiação, árvore, mato... E aí eu chego na área, eu vou mapear essa área. Uma é o visual, que eu consigo ver, é erosão, é casa velha. Dá pra tirar? Se eu falar que dá pra tirar, passa pra frente pra gerência, na hora que entrar naquela área ela faz o que tem que ser tirado, terreirão, ou alguns tocos de eucalipto que tinha em volta de casa, ou arvores frutíferas, pra limpar toda aquela área. Aí eu já vou assumindo. Aí que a gente vai chegar no valor da tonelada também, tem lá 10 tocos de eucalipto que é muito grande pra tirar, quer que tire, 2 casa velha pra tirar, eu vou pagar 40, eu vou lá chegar a 38 toneladas.*

Diogo, Técnico agrícola, funcionário setor de arrendamento/Usina Raízen.

É justamente por conta do fator legal que a usina prefere arrendar as propriedades, e não comprá-las. Caso fosse proprietária, teria que arcar com os custos de ter áreas inutilizadas para o cultivo. Com a parceria, esse custo recai sobre o proprietário.

Para que o capital atue sobre a agricultura, não é necessário que haja a posse da terra. Apenas com o pagamento da renda, a exploração do solo já é possível.

Podemos entender que a concentração da propriedade de terra não é necessariamente um processo igual ao processo de concentração do capital. Quando o capital se concentra ele aumenta a capacidade produtiva do trabalhador e aumenta a capacidade do capitalista de extrair mais valia. [...] Quando a terra é concentrada, ela não aumenta em nada a capacidade produtiva do trabalhador nem a capacidade de o capitalista extrair mais valia do trabalho agrícola. Ela aumenta, no entanto, a capacidade de o proprietário se apropriar da mais valia social que em parte deverá ser distribuída aos proprietários de terra pelo simples fato de que são proprietários privados (MARTINS, 1995, p.167-168).

Voltando para os aspectos da renda diferencial, outros fatores que poderiam ser vistas como benfeitorias, como a presença de casa, árvores, etc, uma vez que atrapalhem o cultivo canavieiro, se tornam inúteis no contrato de parceria. Com isso, o proprietário tem o tamanho da área arrendada reduzida e pode perder também na quantidade de toneladas paga por hectare. Em contrapartida, a unidade agroindustrial se isenta dessas perdas, caso fosse proprietária. Ainda existem fatores relacionados às propriedades do solo que influenciam na renda da terra, apesar de esses fatores terem mudado desde a

época que Marx os relatou, ainda é presente a renda diferencial na estrutura fundiária em São Manuel e Barra Bonita.

*Sobre a parceria agrícola, funciona dessa forma, alguns modelos de contratos em que também há direitos e deveres. E nesses contratos se estabelecem as regras de parceria, e que naturalmente nas suas terras, você pode receber mais ou menos em função de, por exemplo, se você tá perto da usina você pode receber mais por hectare, ou um percentual maior, se as suas terras são de boa fertilidade, se as suas terras tem uma topografia boa, permite uma mecanização integral. Vamos supor, se a terra tem uma topografia que ela permita um corpo de área, um tamanho de área, um formato de área que ela permita uma boa mecanização, uma distancia. Porque se ela tem tudo isso mas é estreita, ela dificulta, ela tem declives curtos... Então tem uma série de fatores que pode valorizar mais sua terra ou menos pra que você forme uma parceria pra que você ganhe mais ou menos. Se ela é próxima ao asfalto, próxima à estrada... Tem uma série de fatores que...o tamanho da área né, como eu disse, que vai te favorecer ou não você fazer essa parceria com a usina ou não. Mais ou menos em linhas gerais funciona assim. [...]*

Flávio, 64 anos, Eng. Agrônomo, diretor AFIBB, produtor rural. Arrendador da Usina Raízen.

A questão da localização, um dos fatores da renda diferencial I, se mostrou bastante importante no pagamento da renda. Inclusive, se mostrou como fator de diferenciação entre fornecedores e parceiros/arrendadores.

*Fornecedor é outra... eles já tão localizados mais próximos, por causa do custo do CCT [corte, carregamento e transporte] né. Lá longe não compensa, compensa arrendar pra usina pra ela fazer e trazer né. Pra fornecedor tem que ser uma distância media perto. E se você fala que compensa, compensa arrendar perto, mas se não tem, tem que buscar mais longe. Só que aí o custo do arrendamento, você tenta arrendar por menos toneladas. Porque o arrendamento você paga x toneladas por alqueire/ano, mais próximas, áreas grandes, plaina, argiloso, você consegue pagar um pouco mais porque você tira um pouco mais de produção. Desse arrendamento, você tem que produzir a cana, pagar o arrendamento, pagar a implantação da cana, pagar a colheita, que fica em torno de 50% do valor da cana e aí você tem que torar os tratos culturais pra ter outro corte, então tem que pagar tudo. Ela tem que ser, a agricultura da cana ela tem que ser autossuficiente ali. O que a usina faz? Às vezes ela não tem nem lucro ali, o que ela vai lucrar é na indústria, no produto final, com o que ela tem na indústria. Por isso que o fornecedor tem que tá bem próximo e ela pode arrendar um pouco mais longe, porque ela vai empatar ali. [...]*A usina não usa dinheiro dela pra produzir cana, ela faz empréstimo também, igual outro produtor comum. Então ela tá produzindo cana e tem que pagar o arrendamento, preparo, plantio, ela financia...

Diogo, Técnico agrícola, funcionário setor de arrendamento/Usina Raízen.

Além da localização da terra em relação à usina, também são levados em consideração a proximidade com rodovias, estradas com asfalto, áreas urbanas, fatores que se relacionam ainda com a renda diferencial I. No que tange à renda diferencial II, aquela relacionado com o que é agregado ao solo, há de se destacar que a tecnologia implantada no aumento de fertilidade ou correção do solo, é usada pela usina/parceira. As características naturais do solo são fatores de diferenciação no pagamento da renda, mas o cálculo também se dá em cima do quanto a usina terá que investir em tecnologia para adaptar a propriedade para o cultivo canavieiro, ou para tirar da mesma o máximo de sua potencialidade. Por isso, inclusive, que o tempo de parceira/arrendamento é importante, pois quanto mais tempo houver para investir no solo, melhor será o pagamento da renda. Os contratos geralmente são de cinco anos, podendo se estender por mais um ou dois anos.

*geralmente a gente arrenda por 5 anos com uma opção e outra opção. O que seria isso, são anos separados. O contrato é 5 anos. O que você planta o 1º ano, 1 ano e meio, aí você tira um corte, 2,3,4. Então a opção, o que seria essa opção? Se é um solo argiloso, ela ainda dá um 5º corte, mas se ela plantou uma variedade errada também, a variedade não respondeu lá, nesse 4º corte precisaria já reformar. E as vezes ela planta uma variedade que se deu muito bem naquela região, então dá o 4º corte, o 5º corte e um 6º corte. Depende do solo e da variedade plantada. Por isso as opções. E essas opções, a gente tava pagando 40 toneladas por alqueire, vale também pra essa 1ª opção e pra 2ª opção, o que a gente vinha pagando a gente vai pagando até lá. Se o proprietário... nada impede também, “vou só tirar um plantio e não vou arrendar mais”, o que ele faz, 6 meses antes, 6 meses antes, ele tem que notificar por escrito à usina que não há interesse em arrendar de novo. Nada impede de ele arrendar e um mês depois ele já notificar. Você não precisa esperar até os 6 meses antes. Senão você perde esse prazo também, aí a usina tem o direito de renovar automaticamente.*

*Entrevistadora: Eu ia perguntar justamente isso, se a usina já sabe que ela não vai renovar aquela área, compensa ela todo esse cuidado, esse manejo? Porque eu imagino que esse manejo ela vai colher o fruto disso depois dos 5 anos, talvez no próximo arrendamento.*

*Diogo: Ela sempre tá em busca de área, uma tá devolvendo, outra tá querendo arrendar. Compensa porque é diluído os gastos de preparo, essas coisas, durante 5 anos. Por isso que arrenda por 5 anos e sabe que dá o corte em 5 anos. Agora, a gente faz arrendamento também pra já 10 anos, 12 anos, faz também isso, pra cana também. [...]*

*Bruno: Você amortiza o gasto da lavoura, aí é o que você falou, entra no que você falou. Aí numa área de estoque pesado, a usina tem um gasto muito grande, às vezes ela faz o primeiro ciclo mais baixo num arrendamento e depois aumenta um pouquinho no segundo, dilui pra*

*tudo e faz uma coisa melhor. Supor que ia pagar 40 numa terra normal, na terra dele eu tenho que pagar 35, mas eu posso fazer isso aí antes[o manejo necessário], se não, se for um ciclo só, eu pago só 30. Senão você não tira o custo [?]. Ou você quer fazer 35 pra 12 anos.*

Diogo, técnico agrícola, funcionário setor arrendamento Usina Raízen.  
Bruno, 38 anos, prestador de serviços agrícolas (maquinário, etc), produtor rural. Arrendador Usina Raízen.

O que se busca elucidar aqui é que, apesar de a reflexão sobre renda fundiária de Marx estar situada em um diferente contexto histórico, social e político, diversos aspectos dessa teoria ajudam a compreender as complexas e modernas articulações da questão fundiária em São Manuel e em Barra Bonita. Ressalta-se que a tecnologia usada pela usina é única nos municípios. Os proprietários, principalmente os pequenos e médios, não têm acesso a tais materiais e metodologias de cultivo e cuidado com a lavoura. Por isso tantas vezes foi falado pelos entrevistados que apenas através da economia de escala que se poderia sustentar uma propriedade rural.

Há ainda outro fator a ser levado em consideração no cálculo do pagamento da renda da terra, o mercado. A fórmula estabelecida pelo CONSECAN para calcular o preço a ser pago leva em consideração os preços do mercado e a incorporação de produtos e subprodutos que acarretarão alterações nas formulas futuras de recebimento.

*Agora como você vai pagar, é commodity, você não manda no preço, o preço é o mercado que dá, é a bolsa. A cana é a mesma coisa, qualquer commodity hoje é a mesma coisa.*

Lauro, 64 anos, aposentado, produtor rural. Arrendador Usina Raízen

*E hoje eu acho que é a melhor coisa que a gente tem hoje é o arrendamento. [...] É um arrendamento bem feito porque ele é feito em porcentagem de tonelada de cana né, o preço do dia, da média do preço anual. Então, que nem a nossa aqui, tá arrendada 55 toneladas por alqueire né, é o preço que tá a cana, que nem agora o álcool tá alto, o açúcar tá bastante... no mercado internacional, e a gente recebe um valor bastante significativo. E hoje não tem nada na agricultura que consiga cobrir o que a gente recebe em arrendamento. Qualquer coisa que você for explorar você não consegue.*

Pedro, 61 anos, eng. Agrônomo, diretor Sindicato Rural São Manuel, produtor rural. Arrendador usina São Manoel

O valor que o proprietário recebe não é fixo, é calculado a partir da média mensal do valor dos produtos da cana de açúcar no mercado, o açúcar e o álcool carburante (anidro e hidratado). Esses valores são levantados, no estado de São Paulo, pela ESALQ. “Para determinação dos preços médios em reais do quilo do ATR de cana de açúcar entregue pelo produtor, leva-se em conta, também, o mix médio dos

percentuais de produção de açúcar da indústria e do estado, mais o percentualizado dos preços no item anterior” (SEVERO, s/d). É esse o cálculo que dá o preço do quilo do açúcar por tonelada, para que a partir daí se calcule o valor da renda da terra.

Destaca-se que essa forma de calcular o pagamento da renda a partir do ATR data da década de 1980, ainda quando da existência do Instituto de Açúcar e Alcool. Contudo, já na década de 1990, com o fim do IAA e a desregulamentação do setor, a influência do mercado se intensificou. Para Delgado (2001), no contexto de liberalização comercial, a questão agrária é recolocada, mas sob um manto social no qual o desenvolvimento econômico da agricultura não é mais parte da agenda política estatal.

*Veja bem, a desregulamentação do setor, de um ponto de vista, ela é importante porque desregulou, nós não temos normas, não temos nada né, obrigatório. Mas existe sim normas de exportação, o setor privado procura controlar o máximo que pode as produções, pra álcool, pra açúcar. O governo também... Mas, do meu ponto de vista nós não podemos... Se o IAA engessava muito o setor, porque tudo dependia de lei, autorizações, hoje o setor desregulamentado funcionou bem. Agora isso não significa que nós temos que ficar fora de políticas públicas relacionadas ao setor. Num momento desse, que o setor tá inviabilizado, etanol tá inviabilizado, hidratado fundamentalmente. Porque o mercado é livre, mas acontece que o etanol hidratado, eles barram no preço da gasolina. [...] Nós temos um combustível que precisa ter apoio do governo, porque se ele é um combustível alternativo, limpo, gera emprego, renda, se ele é importante pro país, cabe ao governo viabilizar esse combustível, entende.*

Flávio, 64 anos, Eng. Agrônomo, membro da diretoria da Associação de Fornecedores de cana (AFIBB), produtor rural. Arrendador para a Usina Raízen.

Neste depoimento é destacável que, apesar de haver a defesa da desregulamentação do setor, também se espera certa tutela do Estado, no que tange a garantir segurança para o produtor. Stinchcombe (1976) apontou que os movimentos políticos dos pequenos produtores tendem a se focar para a sustentação dos preços dos produtos agrícolas. Isso principalmente porque a renda dos produtores varia de acordo com o próprio preço do mercado. Destaca-se, que o tipo de parceria presente nos municípios estudados introduz a questão do mercado no próprio cálculo do pagamento da parceria.

\*\*\*

Em São Manuel e em Barra Bonita o tão importante arrendamento é, na realidade, uma modalidade de parceria. Mas não a parceria como se conhece

tradicionalmente na sociologia rural. Nos municípios em questão o parceiro do proprietário é uma grande unidade de produção agroindustrial sucroalcooleira. O proprietário é, em maioria, um pequeno ex-produtor rural. Apesar de a usina precisar da terra do proprietário, tem a opção de buscar outras terras em outros lugares. O pequeno proprietário, por sua vez, já não consegue mais se manter enquanto produtor rural, precisa de máquinas, mão de obra, financiamento, tempo. Por isso recorre à parceria.

A vantagem por detrás da parceria para os proprietários é o não pagamento do imposto de renda sobre a renda da terra. Com a parceria, ficam garantidos com uma renda mensal, mas sem os encargos fiscais, sociais e trabalhistas, que ficam por conta do parceiro. A maioria das parcerias é feita com a usina, mas há ainda alguns casos de parceria/arrendamento com outros produtores maiores. O que poderia representar uma perda para o proprietário é a divisão de riscos implícita na parceria agrícola, o que para a usina seria melhor, justamente pela forma como o contrato é construído. “Nas relações sociais contratuais, pode-se verificar o comportamento oportunista, em que as agroindústrias canavieiras tendem a fugir das responsabilidades e buscam obter o máximo de benefícios em face das informações assimétricas que detêm” (PICANÇO FILHO; MARIN, 2012, p.194).

Em São Manuel e em Barra Bonita é feito um tipo de contrato de parceria na qual é levada em consideração uma série de fatores para o cálculo da renda da terra. Neste ponto a teoria da renda fundiária de Marx auxilia na compreensão, já que os elementos apontados na renda diferencial proposta pelo referido autor são presentes no caso estudado. Fertilidade do solo e localização são requisitos básicos para um bom pagamento no contrato de parceria, principalmente na medida de quantas toneladas por hectare aquela terra dará. Destaca-se a presença de cursos d’água como elemento representativo, pois pensando na renda diferencial, esse seria um fator positivo para o arrendamento. Contudo, devido às atuais legislações ambientais, o curso d’água representa uma perda de área arrendável para o proprietário. Justamente por isso também a usina prefere o arrendamento e não a compra da terra, para não ter que arcar com os custos da “perda” de área cultivável.

A parte tecnológica se mostra mais complexa, pois é a própria usina que faz o investimento no solo. Isso se torna também um fator que entra no cálculo do pagamento da renda, uma vez que quanto mais a usina tiver que investir, menos ela pagará na parceria/arrendamento. E, quanto mais longo for o contrato, a usina terá mais tempo



para trabalhar sobre o solo, por isso será maior o valor pago, já que dessa forma se possibilita a diluição dos gastos no decorrer do tempo.

Outro elemento é relevante para compreender como se dá a parceria nos municípios em questão. O cálculo feito a partir da média mensal do preço do açúcar no mercado internacional é o responsável por dizer qual o preço que o proprietário vai receber. Isso pois, contando com o padrão estabelecido pelo CONSECANA, o pagamento é realizado em cima do ATR, ou seja, da quantidade de açúcar que se extrai por tonelada de cana. Nos municípios estudados, o padrão é de 121kg de açúcar por tonelada. Mas, é só quando se calcula o preço do açúcar no mercado que se pode saber quanto esses 121 kg valem. Soma-se a isso à quantidade de toneladas de cana por hectare da propriedade e assim se tem o valor pago pela terra no contrato de parceria; toneladas por hectare, por ATR. Uma vez que o cálculo pressupõe a variação do mercado internacional, a justificativa da segurança do arrendamento apresentada pelos entrevistados pode ser questionada.

Os custos e riscos envolvidos na manutenção de uma cultura, seja cana de açúcar ou qualquer outra, são significativos, principalmente no que tange à tecnologia empregada, legislação trabalhista e ambiental, aspectos mercadológicos. Contudo, este tipo de contrato de parceria, mantém certo aspecto dos riscos. O pagamento da renda fundiária fica à mercê do mercado internacional e de fatores que vão além da compreensão da maioria dos entrevistados. A segurança do arrendamento apresentada pelos mesmos é uma segurança “aparente”.

Se o pagamento da renda da terra poderia aparecer como um empecilho para o capitalista - no caso, a usina - por ser uma quantia de capital imobilizado, na realidade todo o cálculo é feito de forma que a propriedade seja autossustentada. Isto é, não é preciso que a usina tenha a posse da terra para que sua exploração seja efetiva. A propriedade da terra não seria um obstáculo, mas sim uma expressão das contradições do modo de produção vigente (MARTINS, 1995).

Foi possível compreender, no primeiro capítulo, a importância da renda fundiária em São Manuel e em Barra Bonita, como elemento balizador das relações sociais no campo. No presente capítulo foi exposta a forma que essa renda fundiária toma na contemporaneidade e suas complexidades. Os papéis de arrendatário, parceiro e proprietário de terra não se articulam mais da forma que se articulavam no passado. Justamente por isso se torna relevante a compreensão das consequências desse tipo de organização fundiária que está fixada nos territórios em questão. A seguir apresentar-se-

á no terceiro capítulo as principais consequências da expressiva presença da renda fundiária nos municípios em questão, destacando a diferença entre a propriedade jurídica e a propriedade econômica da terra e os efeitos sobre a memória coletiva dos pequenos proprietários.

### 3 MAR DE CANA: A POSSE, O USO E A LEMBRANÇA DA TERRA

*Agora, toda a minha família só depende do arrendamento. A gente vê... é aquele canavial enorme e não tem uma casa, não tem nada.*

*Luciana – produtora rural*

Este capítulo se dedicará a debater mais profundamente as consequências da organização rural fundamentada em torno da renda fundiária nos municípios de São Manuel e Barra Bonita, compreendendo como se dão as relações de posse e uso da terra, atentando também para as repercussões de tal quadro sobre a memória dos entrevistados.

Como já sinalizado nos capítulos anteriores, por dificuldades de manutenção econômica de outras culturas e principalmente pela grande demanda por cana de açúcar, os produtores municipais se dedicam majoritariamente ao cultivo da cana. Os pequenos produtores que não conseguiram se manter como fornecedores, por fim, arrendaram suas terras para a usina sucroalcooleira local, saindo de suas propriedades e passando a residir nos centros urbanos das cidades ou até mesmo em outras cidades. Contudo, como visto no capítulo anterior, esse arrendamento é, na realidade, uma parceria, na qual o proprietário fica isento dos encargos fiscais do arrendamento e a usina divide os riscos com o proprietário, mas, também, se exime dos custos da reserva legal (APP's, etc).

No primeiro capítulo foi visível a predominância da produção canavieira nos municípios estudados. Por meio de relatos de representantes institucionais e atores envolvidos diretamente com as usinas, ficou claro que a maior parte dessas propriedades destinadas ao cultivo de cana de açúcar é fruto de parceria agrícola. As parceiras, neste caso, são majoritariamente as usinas. Assim sendo, são elas as principais atuantes no setor agrícola de São Manuel e Barra Bonita. Mais do que isso, são as usinas quem tem o controle do uso do solo, elas que decidem quando colher, quando plantar, como tratar o solo. Principalmente, pois após a parceria em áreas contíguas, as usinas frequentemente derrubam as divisas entre as propriedades, fazendo perder de vista os limites entre uma ou outra propriedade; torna-se tudo uma coisa só.

*Se você não tiver bem demarcado ou levantamento do georreferenciamento, você não sabe mais aonde que é a sua propriedade, aonde termina a divisa de um começa a cana de outro. A divisa praticamente é o carreador, e com a utilização do transporte*

*rural grande né, normalmente eles derrubam todas as marcações de divisas, e com o tempo vai ficando. Então, se você não tiver uma coisa bem delimitada, você não sabe nem onde é sua propriedade mais.*

Pedro, 61 anos, eng. Agrônomo, diretor Sindicato Rural São Manuel, produtor rural. Arrendador usina São Manoel

Destaca-se que no âmbito municipal, apenas as usinas tem a tecnologia de georreferenciamento.

Foi explicitado pelos agrônomos responsáveis pela Casa da Agricultura, tanto de São Manuel quanto de Barra Bonita, que a tecnologia necessária para o mapeamento dos limites das propriedades já arrendadas pertence às usinas. O agrônomo da Casa da Agricultura de Barra Bonita relatou a dificuldade de fazer o Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), já que “às vezes não tem nem sede a propriedade”. Depende-se, então, dos próprios proprietários para passar a informações sobre possíveis mudanças e cultivos da propriedade. Ele alegou que é ainda mais difícil ir a campo fazer esse levantamento:

*Só que é um trabalho difícil de fazer em campo eu acho, mais fácil fazer aqui com o proprietário. Aí fala: “ah, você vai no campo, você vê.” Só que não dá, a quantidade de cana, não dá pra medir. [...] Nós não temos recursos Pra você ver, tem Casa da Agricultura que tá fechada.*

Douglas, eng. agrônomo. Casa da Agricultura de Barra Bonita

É preciso destacar que a Casa da Agricultura de Barra Bonita é um prédio praticamente abandonado, com uma estrutura física deficitária e sem um corpo de funcionários.

A Casa da Agricultura de São Manuel, diferente de Barra Bonita, tem um corpo de funcionários atuante e uma infraestrutura para atendimento do produtor. Acredita-se que isso seja devido, especificamente, à diversidade de culturas presente neste município; o que não existe praticamente em Barra Bonita. O agrônomo da Casa da Agricultura de São Manuel também apontou a dificuldade em relação ao levantamento dos dados do LUPA, apontando que há uma necessidade por equipamentos de georreferenciamento. Nem nas Casas da Agricultura, nem por parte dos proprietários, existe um meio de delimitar as propriedades. A necessidade disto se faz maior, pois algumas divisas das propriedades arrendadas para a produção canavieira não existem mais, foram derrubadas por conta da parceira de propriedades em áreas contínuas e por conta do longo tempo de parceria. Só quem conta com a tecnologia do georreferenciamento, mapeamento por satélite, etc. são as usinas. Moraes e Costa (1984, p.154) apontaram que “o controle da tecnologia (...) age como fator de centralização de

capitais. Cada vez ficará mais difícil o ingresso de um novo produtor num ramo de produção, pois em muitos deles a produção total é controlada por poucas e poderosas empresas”. A cana é, majoritariamente, plantada, cultivada e colhida pela usina responsável, no caso Usina Raízen ou Usina São Manoel. Toda a tecnologia para esse manejo pertence às usinas. Isso quer dizer que o controle sobre as áreas rurais dos municípios está nas mãos das usinas.

*E você não pode perder, um metro de terra que você deixa de produzir, você tá perdendo um metro de terra. Você sabe hoje com computador analisar direitinho os resultados - quanto deu um talhão, quanto deu outro. Tem que fazer uma radiografia do solo, você não pode trabalhar de uma forma primária, empírica! Você tem que ser um profissional, trabalhar com agricultura de precisão, de alta tecnologia. Senão você não produz, entendeu?*

Flávio, 64 anos, Eng. Agrônomo, diretor AFIBB, produtor rural. Arrendador da Usina Raízen.

Apesar de estatisticamente se poder verificar a existência de várias pequenas propriedades rurais, esses estabelecimentos se encontram, em maioria, vazios. Vazios de ocupação e de estrutura, já que na maioria das vezes as casas e outras áreas da fazenda foram derrubadas. Além disso, é indiferenciável na paisagem onde começam e onde terminam as propriedades, já que não há divisão entre elas. A única divisão é aquela onde passam as máquinas do corte da cana. É, literalmente, um mar de cana. Tal quadro pode ser analisado a partir de dois aspectos, o da repercussão sobre a memória dos pequenos proprietários de terra e o da própria discussão sobre propriedade e territorialização do capital. Uma vez que, conforme Guedes (1993), a renda fundiária se expressa como relação social de força entre diferentes classes sociais, cabe compreender qual papel a propriedade ocupa nesta relação.

### 3.1 PROPRIEDADE JURÍDICA E PROPRIEDADE ECONÔMICA DA TERRA

Moreira (2007) apontou que em Marx a terra já aparecia como mercadoria, objeto de compra e venda. Assim sendo, a propriedade da terra permite que ela atue no nível da competição capitalista como capital, apesar de não ser de fato capital. A renda absoluta aparece, então, como renda de um tipo particular de mercadoria, advinda de um monopólio de classe, a classe dos proprietários de terra.

Moraes e Costa (1984) sinalizam que numa sociedade sedimentada na propriedade privada e na mercantilização, o próprio espaço se torna objeto de troca.

No mercado de trocas, a terra ou o imóvel não serão transacionadas pelo valor do espaço em si, mas pelo valor que lhe é atribuído segundo a lógica de circulação. Da mesma forma que a mercadoria pode circular sem se deslocar no espaço, o espaço, em si, pode circular ao nível de sua representação jurídica. É o caso da renda capitalizada, por exemplo, ou de todas as transações em que os imóveis em geral atuam como riqueza acumulada. (MORAES; COSTA, p.126).

Wanderley (1985, p.43) afirma que “é proprietário da terra não quem detém simplesmente um título jurídico, mas quem por possuí-lo, apropria-se da expressão econômica desta propriedade, isto é, quem se apropria da renda fundiária capitalista”. Em torno dessa afirmação poderíamos compreender que é apenas por meio da apropriação do excedente econômico da terra que se realiza a propriedade fundiária, pelo menos a propriedade econômica da terra. As usinas não detêm de fato o título de posse da terra, mas por meio de contratos de parceira agrícola – uma regulamentação legal e formal – têm o poder de apropriar-se do excedente econômico gerado por aquela terra.

Nos casos dos municípios de São Manuel e Barra Bonita, quem de fato se apropria desse excedente da produção agrícola é a usina parceira. Como já apresentado anteriormente, a maioria das propriedades rurais se dedicam parcial ou integralmente ao arrendamento, principalmente para as usinas. São justamente as usinas quem têm a propriedade econômica da terra.

A “renda fundiária - entendida como relação social de distribuição de valor criado na agricultura” (GUEDES, 1993, p.01) - é apropriada antes pela usina, e depois pelos proprietários de terra. Ainda contando com Guedes (1993), sinaliza-se que a renda fundiária não pode ser entendida como um aluguel, que é apenas um sinal de renda, e não a renda em si. Martins (1995) aponta que se antes o proprietário da terra se apropriava sozinho da renda fundiária, no presente há um intermédio do capital. Pode-se dizer que se pela posição de classe os proprietários de terra se apropriam da renda absoluta da terra, a renda diferencial é apropriada pelo capital. Moreira (2007) explicou que a propriedade da terra não garante necessariamente a apropriação da renda diferencial I e II pelo proprietário.

É preciso destacar que diferente do estudado por Martins e mesmo por Marx, o proprietário em questão nessa pesquisa se constitui em um pequeno produtor, que pela própria pressão em relação à estrutura de plantio e colheita (maquinário), problemas de

crédito e mesmo de produtividade, abandonou o cultivo e optou pelo arrendamento de sua propriedade. A redução da retenção da renda da terra afeta mais profundamente os pequenos produtores (MOREIRA, 2007). No intuito de manter a propriedade da terra, esses optaram pela parceria. Neste caso, não se trata de um grande proprietário de terras, que busca auferir renda por meio da terra e sim de um pequeno proprietário, que optou pela parceria agrícola como solução, saída, para a manutenção do título, da posse da terra.

*Daqui a pouco eu acho que quem vai tocar as lavouras vai ser só a usina mesmo, tá ficando quase que inviável para os pequenos fornecedores. (...)Vai ser tudo parceiro da usina, arrendar. Do jeito que tá ficando caro, não remunera (...).*

*Bruno, 38 anos, prestador de serviços agrícolas, produtor rural. Arrendador Usina Raízen.*

Guedes (1993) elucida essa questão contando com o trabalho de Coulomb<sup>18</sup> ao exemplo dos países chamados de capitalismo avançado. Tal reflexão pode auxiliar na compreensão das dinâmicas nos municípios estudados. Para o autor (GUEDES, 1993, p.28), “a solução de uso de solo compatível aos interesses superiores da acumulação capitalista foi a estruturação e incentivo à pequena produção, cuja lógica interna revela-se plenamente adequada às necessidades da acumulação em geral”. Dessa forma, os pequenos produtores venderiam o produto de seus trabalhos a preços que não estariam em equiparação com o lucro médio do sistema.

No que tange a renda fundiária, Martins (1995) sinaliza que quando o capital não pode tornar-se proprietário da terra, assegura o direito de extrair a renda fundiária. No caso dos municípios estudados não é interessante para a reprodução do capital no campo a aquisição das terras por meio da compra, justamente porque a renda pode ser apropriada a partir dos contratos de parceria agrícola. A compra da terra pressupõe para a usina compradora o ônus de ter áreas não produtivas, como as áreas de APP's. Nesse sentido, a parceria se mostra vantajosa por garantir um projeto de acumulação do capital que não se submete às restrições ambientais. Assim, a usina pode extrair a renda da terra sem o ônus das APP's, custo que recai sobre o proprietário da terra. Foi apresentado que as propriedades em que ocorre a parceria agrícola para a produção da cana devem ser autossustentadas, isto é, devem produzir o suficiente para que paguem seus custos.

---

<sup>18</sup> COULOMB, Pierre. Propriété foncière et mode de production capitaliste. Revue de Études Rurales, Paris, n.51, Juill/Sept 1973.

*Às vezes ela [a usina] não tem nem lucro ali [na produção agrícola], o que ela vai lucrar é na indústria, no produto final. (...) E toda a propriedade ela é autossuficiente, tem que ser. (...) A usina não usa dinheiro dela pra produzir cana, ela faz empréstimo também, igual outro produtor comum. Então ela tá produzindo cana e tem que pagar o arrendamento, preparo, plantio, ela financia.*

Carlos, funcionário setor de arrendamento Usina Raízen

*Em cima de tudo que é aquela área arrendada, ela custeia em cima daquilo que é seu, só que você dá esse poder pra ela. O que é a garantia não é a sua propriedade, a garantia é a produção. O banco pega a produção.*

Bruno, 38 anos, prestador de serviços agrícolas, produtor rural. Arrendador Usina Raízen

Sendo assim, e compreendendo a forma de pagamento dos contratos de parceria agrícola, entende-se que a usina tem tal controle sobre o processo produtivo que garante que ao final de cada safra terá o valor suficiente para cobrir todos os gastos de produção e o próprio lucro. Isto é, a mais valia aparecerá sob todas suas formas, a do juro, da renda e do lucro. Diante da própria fragilidade da posição da pequena propriedade o nessa composição, acredita-se que nessa repartição da mais valia, a parte que cabe ao pequeno proprietário é a menos expressiva.

Apesar de a renda da terra permitir conceber os interesses da classe capitalista e da proprietária como unificados – no sentido da extração da mais valia advinda do trabalho - não são de forma alguma idênticos. (MOREIRA, 2007). Então, a renda da terra é entregue antes ao capitalista, representado neste caso pelas usinas parceiras, para depois chegar às mãos dos proprietários.

Destaca-se que além da parceria com as usinas, há também fornecedores que se tornam parceiros de pequenos proprietários, como forma de obter uma economia de escala, para que a atuação enquanto fornecedor da usina seja viável economicamente. Mesmo assim, essa é uma quantidade bastante pequena.

*Então, mas aí fornecedor em relação à usina já não tem muita área sabe. Então, por exemplo, a usina esmaga 100 milhões de toneladas, o do fornecedor é 10 a 15% desse montante de cana. Já tá bem baixo.*

*Entrevistadora: É quase tudo arrendado então.*

*Luiz Paulo: Eles têm terra própria e o arrendamento. Fornecedor mesmo, assim, nosso aqui da associação né, tinha 600 toneladas. Então 10% né, antigamente tinha mais, era 40, 50. O que aconteceu? Migraram desses 40% os agricultores para o arrendamento, foi diminuindo essa porcentagem.*

Luiz Paulo, 55 anos, eng. Agrônomo, prestador de serviço (maquinário agrícola), diretor AFIBB, produtor rural. Fornecedor/arrendatário.



“O desenvolvimento da agroindústria paulista orientou o reordenamento das atividades agropecuárias e induziu mudanças de grande impacto no padrão tecnológico agropecuário e na organização da produção no meio rural.” (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Guedes (1993), a partir da reflexão proposta por Wilkinson<sup>19</sup> aponta que os mecanismos de modernização induziram os produtores a trabalhar com níveis de alta produtividade (por meio do consumo de insumos agrícolas), o que os obrigou a aumentar a área cultivada. Mas, no caso nordestino estudado por Wilkinson, devido à concentração fundiária, essa expansão era impraticável. Nos municípios estudados essa necessidade de aumento de área também aparece, um pouco entre os próprios fornecedores e mais com a usina. E justamente aí que a parceria agrícola cumpre sua função, viabilizando a ampliação da exploração da terra sem haver de fato a posse. Guedes (1993) contribui mais uma vez quando mostra que não é a terra em si finalidade da relação social de apropriação, apesar de ser objeto dela. A questão primordial é a garantia do retorno dos frutos do trabalho investido naquela terra.

Nesse sentido, compreende-se porque muitos proprietários optaram pela parceria agrícola, já que não têm as condições de garantir o retorno do trabalho investido na produção. Moreira (2007) expõe que a posição do produtor nos mercados influi diretamente na captação do excedente econômico. Justamente pela mediação do mercado que o capital vai interferir na organização da produção agrícola (WANDERLEY, 1985). E, por essa captação do excedente se fazer via mercado é que há a incapacidade da reprodução do próprio pequeno proprietário. Isso quer dizer que a parceria agrícola só se torna uma estratégia de sobrevivência para os pequenos proprietários devido à própria subordinação da produção agrícola ao capital.

*se eu plantasse aquela cana renderia muito mais. Renderia, claro, mas e se pegar fogo, e se gear, e se der praga, e se o negocio virar e der uma seca? (...) Se pegar fogo, der geada, der praga, problema da usina.*

Lauro, 64 anos, aposentado, produtor rural. Arrendador Usina Raízen.

A propriedade da terra se torna meramente jurídica, uma vez que a sua apropriação econômica, a realização econômica dela é realizada pela usina. É ela, por meio do mercado, quem vai determinar o tamanho da apropriação da renda fundiária

---

<sup>19</sup> Wilkinson, John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção, São Paulo/Salvador, Hucitec/CEPA-BA, 1986.

pelo proprietário. Wanderley (1985) diz que é o proprietário capitalista da terra aquele que se apropria da renda fundiária, a propriedade capitalista é a propriedade da renda fundiária.

Compreendido que a posse dos pequenos proprietários de suas terras tem significado apenas no âmbito jurídico, uma vez que a apropriação da renda é feita por parte da usina e mesmo o controle sobre o uso da terra pertence à mesma, cabe entender de que forma tal fato influi na vida desses proprietários. É relevante que

o espaço jurídico não é um espaço vazio que simbolizaria somente uma possibilidade indefinida de relações de direito entre os homens. (...) Qualquer princípio que invoquemos para fundamentar o direito de uma propriedade, ele somente adquire valor se a memória coletiva intervir para garantir-lhe a aplicação. (HALBWACHS, 1990, p.144-145)

### 3.2 ESPOLIAÇÃO DA MEMÓRIA

A memória é constituída não só por lembranças individuais, mas por acontecimentos, lugares e pessoas. “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 5). Halbwachs (1990) já apontava que apesar de a memória poder ser individual, é sempre coletiva, uma vez que nunca estamos sós, e no sentido de que todas as experiências são vividas socialmente, em relação com a família, com a escola, com a profissão, com a classe social, em um contexto social. Para o mesmo autor, “nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas” (HALBWACHS, 1990, p.36).

Contando com essas reflexões, defende-se que o tipo de organização social do espaço rural antes da grande expansão canavieira se configura como um quadro social de memória. Isso porque foi a partir do aumento da cultura canavieira e do arrendamento de propriedades para tal que esse tipo de organização se dissolveu. Eram nos espaços das sedes das fazendas, das capelas, dos centros de convivência dos colonos e moradores que se davam as interações sociais. É preciso lembrar que não pode haver memória coletiva desvinculada de um quadro espacial (HALBWACHS, 1990).

Como já exposto, muitas propriedades arrendadas tiveram além da perda do controle das divisas, a destruição de outras estruturas, como sede da fazenda, paiol, terreiro, etc. Os sítios se transformam, de fato, em áreas de simples cultivo de cana. No

caso dos municípios estudados, a derrubada das casas tem um significado simbólico que influi diretamente na memória dos indivíduos, uma vez que é a própria perda da base material da memória. A sede da fazenda representava não só uma construção física, mas a organização da vida social em torno daquela construção.

*É diferente, hoje o rural tá muito abandonado. Antigamente tinha tudo, torneios, os bailes todo dia, casamentos, e era muito animado. Hoje você vê tudo difícil, tudo as tecnologias...*

Flávio, 64 anos, Eng. Agrônomo, membro da diretoria da Associação de Fornecedores de cana (AFIBB), produtor rural. Arrendador para a Usina Raízen.

*Eu nasci na fazenda. (...) Naquela época, 1957, não tinha luz elétrica! A geladeira era a querosene, o fogão era de lenha. (...) Luz não tinha, era só de lampião á gás ou lamparina de querosene. Nessa fazenda que a gente morava tinha uma turbina pequeninha que acendia 2 ou 3 lâmpadas dentro da casa. Você vê, em 60 anos a mudança que teve, (...) o que mudou na perspectiva das pessoas...*

Pedro, 61 anos, São Manuel, eng. Agrônomo, diretor Sindicato Rural Patronal de São Manuel e produtor rural. Arrendador para Usina São Manoel.

Nessas falas acima é possível compreender aquilo que Pollak (1989, p. 9) explica quando diz que a “referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade”. Halbwachs (1990) sinaliza que o entorno social carrega a marca das pessoas. Os objetos e o lugar que ocupam rememoram um modo de ser comum aos homens.

As formas dos objetos que nos cercam têm muito esta significação. Não estamos errados ao dizer que estão em torno de nós como uma sociedade muda e imóvel. Se não falam, entretanto os compreendemos, já que têm um sentido que deciframos familiarmente. [...] A estabilidade do alojamento e de seu aspecto interior impõem ao próprio grupo a imagem apaziguante de sua continuidade (HALBWACHS, 1990, p.132).

Nessa via, foi relatado:

*E nossa fazenda era feita inteirinha desse jeito, todinha com cerca paraguaia, dividida inteirinha. Dois dias depois a gente foi na fazenda, ela não tinha mais cerca nenhuma, tava todinha arada. Foi uma das poucas vezes que eu vi meu pai chorando. Ele falou “Nossa, tanto trabalho pra fazer isso aqui e agora em dois dias os caras desmontaram tudo”.*

Bernardo, ex-funcionário setor industrial Usina Raízen

Apesar de este entrevistado se referir a uma propriedade localizada na região de Ribeirão Preto, o processo é o mesmo: uma fazenda que se dedicava a outro cultivo e que depois de arrendada para produção de cana de açúcar teve sua estrutura derrubada. Não se trata apenas da estrutura física em si, mas tudo o que ela representa - o trabalho de construção daquilo, é a vivência de uma prática cotidiana que é colocada abaixo. Bosi (1987, p.35) fala: “destruirão amanhã o que construímos hoje”. Na sociedade na qual vivemos, o sentimento de continuidade é retirado das pessoas.

Pollak (1992) aponta que a memória é um elemento constitutivo da identidade social. Isso justamente por ser um fator de importância no sentimento de coerência e continuidade das pessoas ou grupos na reconstrução de si mesmos. Um exemplo é o da entrevistada abaixo, que tem família de tradição rural, mas residiu boa parte da vida na cidade, fala sobre uma vocação rural.

*Eu venho da terra, da família de pessoas que são da terra, mas a minha formação é cidade. [...] Eu não sou rural, eu tenho esse gene mas não tenho essa vocação, porque é muito desgastante. Na época que eu tava lá, eu não me pintava, não tinha vaidade. Eu coloquei telefone, tem uma estrutura, um conforto, mas o celular não pega lá.[...] Conforto, isso tem aqui na cidade. [...] A cidade oferece outras coisas mais interessantes. E hoje a nossa geração, a vida contemporânea, dá esse tipo de importância. Então, pode ser que no futuro eu venha a recorrer de novo a essa forma de renda. Porque bem ou mal tá lá, a terra é minha. Porque eu vou vender ela se eu posso tirar dela sem fazer nada.*

Luciana, 47 anos, funcionária pública Prefeitura Municipal de São Manuel. Ex-arrendadora Usina Barra Grande (Lençóis Paulista)

Depois de bastante tempo residindo na cidade, Luciana voltou a morar com o pai no sítio. O pai já arrendava parte da propriedade para a produção de cana de açúcar há muitos anos. Foi justamente quando a usina propôs a mudança do contrato de arrendamento para o de parceria que resolveram tentar plantar café. Contudo, com a idade avançada do pai e a falta de conhecimento no cultivo agrícola de Luciana, estão atualmente passando por dificuldades financeiras, que só não são maiores, pois Luciana tem emprego na cidade. A ideia de vocação aparece aí como constitutiva de uma identidade rural que a entrevistada diz não ter, apesar de ter o gene, ou seja, a tradição familiar. Essa colocação passa a ser compreensível quando contamos com Halbwachs (1990), que diz que a memória se apoia na história vivida. Por essa razão que para a entrevistada o conforto da cidade, a dinâmica de vaidade feminina (maquiagem) faz

falta, pois foi essa a história vivida por ela, foi essa a forma de organização da vida social que teve - diferente do pai, que tem a “tradição rural”.

No município de Pratânia, vizinho a São Manuel, a tradição rural permaneceu na família dos entrevistados, principalmente, pois todos continuaram a se dedicar à produção agrícola. Essa família fundou uma associação de produtores rurais na região, como forma de organizar a produção rural e resistir aos avanços da cana. Houve no final da década de 1990 um abandono em toda a região das áreas destinadas ao arrendamento por parte das usinas, o que fez com que os pequenos proprietários buscassem vias alternativas de manutenção da propriedade. Neste período houve uma crise no setor sucroalcooleiro, que repercutiu sobre os proprietários arrendadores.

*Em 1997, 1998, 1999 as usinas estavam devolvendo essas áreas de cana, onde o produtor tinha arrendado a área total. Eles [os proprietários] não tinham condição de colocar cerca sequer em volta da propriedade, porque o dinheiro do arrendamento eles tinham gasto com a subsistência da família. Aí se encontraram com as terras extremamente exploradas, sem mais condição nenhuma de produzir se não fosse novamente investido um capital grande [...] Não tinham condição de voltar pra propriedade. [...] Algumas propriedades começaram a ficar abandonadas. Aí alguns proprietários que conseguiram pegar essas áreas de graça, só pra limpar, e começaram a colocar soja nessas áreas, o milho nessa época foi uma boa parte também. Aí de novo começou a se reerguer. (...)*

Lucas, produtor rural, presidente da Associação Rural de Pratânia, gerente comercial da cooperativa de café COOPERPRATA. Ex-arrendador Usina São Manuel.

Para evitar que suas propriedades ficassem abandonadas, os proprietários que já não residiam mais nas fazendas disponibilizaram suas terras para que terceiros as utilizassem. Neste caso, não se tratou de novo contrato para o uso da terra, já que muitas vezes não se realizava nem o pagamento para o uso deste solo. Essa estratégia apareceu como forma de manter a propriedade ativa de alguma forma. Acredita-se que não se trata apenas da manutenção da terra em si, mas da própria memória circunscrita naquele espaço. O que persiste não é apenas a construção em si, mas o próprio grupo que está em contato com aquele espaço e que confunde a própria vida com esse espaço (HALBWACHS, 1990). Alguns elementos fazem parte da própria essência das pessoas. (POLLAK, 1992). Contudo, Lucas afirma que depois de certo tempo:

*A Usina começou novamente com um assédio muito forte em cima do produtor. E a maioria das áreas que ela havia entregado por falta de*

*interesse, voltou atrás, voltou a buscar essas áreas. E muitos dos produtores tornaram a arrendar, por entender que aquilo era o caminho mais fácil. Porque tirando esse lado que esgota realmente o solo, acaba ficando o patrimônio propriedade preservado, porque senão a maioria estaria aí abandona, virando floresta de novo e eles sem condição de investimento. [...]Por isso que o pequeno prefere arrendar, pra ele não ter essa... não ficar na mão mais uma vez né. Aí explora a área, essa mixaria que dá, mas com essa mixaria eu vou tocando, vou me defendendo, pelo menos meu patrimônio tá lá e tá preservado. [...]*

Lucas, produtor rural, presidente da Associação Rural de Pratânia, gerente comercial da cooperativa de café COOPERPRATA. Ex-arrendador Usina São Manuel.

O que se sucede é que a incapacidade de manutenção econômica da propriedade resulta numa incapacidade de manutenção da própria vida cotidiana. Entende-se que a subordinação da agricultura ao capital reorganiza a lógica das pequenas produções. Justamente por não dispor de capital que os pequenos proprietários têm que optar entre o abandono de suas terras ou o arrendamento (WANDERLEY, 1985). Neste sentido, o arrendamento ou a parceria agrícola, nos moldes que é colocada em São Manuel e em Barra Bonita, representa a perda dos marcos de memória, e conseqüentemente da própria identidade social.

*Toda a parte de infra estrutura das propriedades se perderam com o tempo, depois de 30 anos, 40 anos que a pessoa tá arrendando. Se perderam no tempo, [...] a própria usina desmanchou casas de sede pra plantar cana onde era sede antigamente, então, a infraestrutura de São Manuel não existe mais em propriedade rural. Existe terra, e muitas vezes você perde até aonde que é a propriedade sua.*

Pedro, 61 anos, São Manuel, eng. Agrônomo, diretor Sindicato Rural Patronal de São Manuel e produtor rural. Arrendador para Usina São Manoel.

Halbwachs (1990) aponta que “é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente” (HALBWACHS, 1990, p.160). Compartilhar esse sentido do espaço só pode ocorrer em grupo. Fora do grupo social para o qual aquele espaço faz sentido, trata-se apenas de um espaço qualquer, regido sob outra lógica que não a afetiva.

Para o responsável pelo setor de arrendamento da usina a derrubada das sedes das fazendas e de outras estruturas poderia ser visto como uma benfeitoria aos proprietários, que são os próprios a pedir a derrubada das estruturas.

*A pessoa [proprietário] fala: “não quero mais, o pessoal tá depredando, roubando telha, janela, porta, eu queria acabar com isso aqui”. Isso vai dar um alqueire a mais, vai dar 2 mil reais a mais por ano. Aí eu vou me desfazer dessa parte, que é um estorvo ali na propriedade dele, aí é um acordo entre as partes.*

Diogo, funcionário setor arrendamento/Usina Raízen.

Neste caso, aparece como interesse dos proprietários mesmo em derrubar a estrutura física da fazenda. Sendo assim, a preocupação não é manter o patrimônio enquanto memória e sim enquanto gerador de renda. Apesar de tal depoimento, outro entrevistado relatou algo diferente sobre o tema:

*Conheço história de Usina que pagava um ou dois reais a mais por tonelada pra que as famílias saíssem da propriedade e permitissem que derrubasse a casa. Isso garantia que elas não retornariam mais pra propriedade e eles teriam o arrendamento garantido daquela área por muito tempo.*

Lucas, produtor rural, presidente da Associação Rural de Pratânia, gerente comercial da cooperativa de café COOPERPRATA. Ex-arrendador Usina São Manuel.

Há uma questão geracional importante nesse contexto. Parece haver um desprendimento maior em relação à propriedade por parte dos proprietários mais jovens, aqueles que não tiveram de fato uma vivência no espaço rural. Em maioria são herdeiros da terceira ou quarta geração de proprietários. Halbwachs (1990) aponta que há diferentes formas de representar um espaço, dependendo do grupo social ao qual se pertence.

Destaca-se que, se há uma espoliação da terra por meio da apropriação de seu excedente por parte da usina, há também uma espoliação da própria lembrança dos proprietários, com a perda da referência material de seu passado. Por consequência, há uma espoliação da própria identidade. A memória nada mais é que a forma de encontrar o passado no presente. Não é a simples reconstituição de fatos vividos que constitui uma lembrança. É sim a reconstrução de dados e lugares comuns, partilhados por aqueles que ainda fazem parte do mesmo grupo. (HALBWACHS, 1990). Atualmente, em São Manuel e em Barra Bonita, os proprietários rurais estão pulverizados pela área urbana das cidades ou mesmo em outras cidades.

Existem ainda aqueles que continuaram residindo nas propriedades, que fizeram um arrendaram parcial. No caso desses, foi questionado se sentiam falta de autonomia

dentro de suas terras. Para muitos, a perda da liberdade na própria fazenda aparece como algo natural.

*Desde que a gente arrenda a gente não faz mais nada na terra não. Eles que fazem...*

*Entrevistadora: Mas a senhora sente que isso tira sua liberdade dentro da sua propriedade?*

*Tânia: No fim, tirar tira, porque você não vai nesse lugar, mas não tem tanta diferença não, porque se a gente arrendou é porque a gente acha difícil de cuidar né.*

Tânia, 74 anos, dona de casa, produtora rural. Arrendadora Usina São Manoel

*(...) quando você faz o arrendamento, a parte que não tá arrendada é sua e continua sua, você faz o que você quiser com ela. Você só perde autonomia na parte que tá arrendada. Se você arrendou a propriedade inteira e manteve a sede, você vai ter autonomia na sua sede, só naquela área que não tá arrendada.*

Pedro, 61 anos, São Manuel, eng. Agrônomo, diretor Sindicato Rural Patronal de São Manuel e produtor rural. Arrendador para Usina São Manoel.

*Olha, sinceramente, a gente acha falta sim [da autonomia] porque... se fosse o caso que compensasse eu tá fazendo outra coisa, eu não teria arrendado.*

*Entrevistadora: Mas aí não compensa por quê?*

*Enrique: Não compensa por causa do rendimento...*

Enrique, 64 anos, produtor rural. Arrendador Usina São Manoel.

Nos casos acima se pode notar que a perda da autonomia aparece como uma consequência inevitável do próprio arrendamento. É interessante que, apesar de todo o discurso de preservação do patrimônio, o uso e o controle sobre ele é feito pela usina, e isso aparece para os entrevistados como algo normal. Para eles se torna mais importante a garantia da renda advinda da terra do que o uso de fato da propriedade, principalmente pois eles já não tinham condições de realizar esse uso produtivo do solo. A preservação da terra, ou mesmo da casa é, acredita-se, superficial, no sentido de que está ali apenas materialmente, mas não há nenhuma liberdade do proprietário sobre a terra arrendada.

*Hoje a usina tá fazendo tudo, a pessoa nem se envolve. Tá muito fácil tocar propriedade. (...) Eu nem aceitaria derrubar benfeitorias né. Tem casa antiga lá, do tempo do pai dela [da esposa], antes ainda.*

Cristovam, 81 anos, aposentado, produtor rural. Arrendador para fornecedor.

A vontade de manter a propriedade revela uma tentativa de preservar a própria memória, que busca reforçar sentimentos de pertencimento, e de continuidade



(POLLAK, 1989). É um passado que vem sendo ressignificado, de acordo com as gerações que estão mais próximas ou mais distantes da vivência do rural como espaço de vida.

*Mas a gente não quer vender, porque era uma relíquia do meu pai e não é um sítio muito grande, tem 8 alqueires de terra. Então a gente vai cuidando. [...] Não, não vamos vender não, é coisa do pai, judiação*

Paula, 74 anos, dona de casa. Arrendadora para fornecedor

*Ah, meu pai já teve milho, plantava mamona, café antigamente. Depois tirou o café pra plantar cana, foi o que todo mundo fez.*

*Entrevistadora: Mas e aí você tem algum plano caso essa pessoa que arrende de você não queira mais arrendar? O que fazer quando acabar esse contrato de arrendamento?*

*Nádia: Continuaría sendo cana porquê... Não tem outra coisa que renda... Mesmo a cana sendo ruim, você vai plantar o que? Algodão? Tem que ser cana! [...] Eu vou construir a casa no meio do canavial? [muitos risos]*

Nádia, 50 anos, funcionária pública. Arrendadora para fornecedor.

Existe uma “crença” na cultura da cana de açúcar, numa certa invencibilidade da mesma. “*isso é uma corrente que nunca vai acabar*”, falou o sr. Beto, de 64 anos, produtor rural a vida toda, que arrenda para a Usina São Manoel. A maioria dos demais entrevistados, quando questionados sobre o que fariam quando acabasse o período de parceria, disse que arrendariam para outras usinas. Inclusive, alguns relataram que outras usinas já haviam os procurado. Mesmo a entrevistada Luciana, que deixou de arrendar a aproximadamente 10 anos, se dedicando ao plantio de café, por conta das dificuldades de manutenção deste tipo de cultivo, procurou a usina para arrendar novamente.

*Ano passado eu tive decepção no preço do café [...] E, eu chamei a usina de novo. “Olha, tem aquela área lá, se você me fizer uma proposta boa eu derrubo aquela área lá.” Chega de investir! [...] Até eu ajustar a produtividade, eu tô pagando mais caro do que se eu tivesse arrendando pra usina.*

Luciana, 47 anos, funcionária pública Prefeitura Municipal de São Manuel. Ex-arrendadora Usina Barra Grande (Lençóis Paulista)

A tendência, para a maioria dos entrevistados é que a produção canavieira se mantenha estável, de forma que os pequenos produtores não poderão manter suas lavouras próprias, uma vez que a demanda por tecnologia e o custo de produção são altos. Assim, a unidade de produção toma um caráter cada vez mais empresarial. Foi justamente este tipo de prática empresarial que não se sustentou nas pequenas

propriedades quando o processo tecnológico se intensificou, especificamente por falta de capital para tal investimento.

A existência dessas unidades de produção agroindustrial (Usina Raízen e Usina São Manoel) estabelece uma concentração fundiária não por posse da terra, mas por meio do uso produtivo do solo, principalmente, pois a maioria das terras é arrendada, neste caso, fruto de parceria. O que há, então, em São Manuel e em Barra Bonita - lugar onde o cenário se radicaliza - não são pequenos produtores rurais que demandam assistência e, sim, pequenos proprietários rurais que há anos sequer moram em suas propriedades. A questão da renda fundiária advinda da produção canavieira se mostra como fator relevante neste contexto.

Caio Prado Jr foi um dos autores da construção política e teórica da “questão agrária” no Brasil. Destacava duas vertentes que deveriam ser resolvidas na crise agrária: as relações injustas de trabalho no campo e a iniquidade da estrutura fundiária. Apontava a concentração de terras como um problema a ser corrigido. (DELGADO, 2001, p.159). Apesar de o latifúndio no Brasil ainda representar um entrave social, nos casos estudados há de se levar outros fatores em consideração. O que ocorre em Barra Bonita e em São Manuel, em menor escala, é a grande presença de pequenas propriedades. Então, não se trata apenas da distribuição fundiária. O que ocorre nos municípios em questão é que não é viável a manutenção de outras culturas que não a cana de açúcar. E, não é viável a manutenção da cultura de cana de açúcar por pequenos proprietários. Essa não viabilidade econômica representa também a inviabilidade da manutenção da vida cotidiana, da identidade social, da memória.

A renda fundiária aparece como uma forma de manter a existência do pequeno proprietário, que não será extinto, mas pulverizado. Seria possível afirmar que ele encontra-se submetido à lógica capitalista, mas a parceria aparece muitas vezes como uma estratégia, fruto de um cálculo de custos e benefícios. Mas, é um cálculo que resulta de uma série de fatores externos que levaram os pequenos proprietários a ter que escolher entre arrendar e manter a propriedade, vendê-la, ou mantê-la e operar sempre numa margem de prejuízo. A propriedade fundiária só aparece como subordinada ao capital, pois produz sob seus pressupostos (MARTINS, 1995).

Apenas dois entrevistados não se mantiveram como produtores rurais. Isto quer dizer que, mesmo em uma pequena fração da propriedade, ainda se cultivava alguma coisa, nem que sejam hortaliças para consumo próprio. Outros insistem no café ou no

milho, apesar das dificuldades, caso mais comum em São Manuel. No entanto, menos da metade dos entrevistados se ocupam em outras atividades além da produção rural. Então, a renda fundiária se tornou parte crucial da renda familiar. A maioria não reside mais na propriedade rural, quadro que foi relatado por diversos entrevistados quando falando do contexto geral dos municípios.

\*\*\*

Buscou-se neste capítulo elencar algumas consequências da organização fundiária baseada na parceria agrícola canavieira nos municípios de São Manuel e Barra Bonita. É fato que a presença das unidades agroindustriais, representantes do capital, reorganizou os espaços rurais. Essa reorganização se deu de forma que a estrutura física (sede, paiol, curral, etc) e as divisas entre muitas propriedades fossem derrubadas. Dessa forma, a volta dos pequenos proprietários rurais para o campo se faz bastante dificultosa. Além disso, nota-se que são as usinas parceiras quem detêm o controle sobre a terra, decidindo quando realizarão o plantio, a colheita e como será feito o manejo daquela propriedade.

É destacável que a posse da terra garante ao proprietário apenas a propriedade jurídica, uma vez que a propriedade econômica do solo é da usina, já que é ela quem se apropria do excedente econômico gerado na produção. Conforme exposto no decorrer deste capítulo, a propriedade privada da terra pode garantir a renda absoluta, mas a renda diferencial é apropriada pela usina. Assim, apesar de estatisticamente haver inúmeras pequenas propriedades, o controle delas é concentrado pelas agroindústrias sucroalcooleiras locais. Isso também por serem elas as possuidoras da tecnologia de ponta necessária à produção agrícola. Justamente por não contarem com esse tipo de tecnologia que os proprietários se viram impelidos a optar pela parceria agrícola. Isso reflete a própria subordinação da produção agrícola ao capital.

A parceria agrícola aparece como uma estratégia não só de sobrevivência no sentido material, mas também no sentido simbólico. A manutenção da identidade agricultora perpassa a existência física de uma propriedade rural. Contudo, a derrubada da infraestrutura das propriedades também influi na memória dos proprietários. Uma vez que a memória necessita de um grupo e de um espaço físico para manter-se viva e como elemento de identidade social, destaca-se que a espoliação econômica da propriedade repercute como uma espoliação da própria memória. Pode-se dizer que há

uma desruralização, no sentido de que os espaços foram homogeneizados e os agentes deste espaço afastados.

Outro fator de destaque é envelhecimento da população rural e que as novas gerações não mantêm com a terra a mesma significação que as anteriores. Por isso, também, a parceria agrícola aparece como útil, uma vez que os filhos dos proprietários não têm interesse em manter a produção como atividade principal. Neste caso, a manutenção da propriedade aparece como forma de garantir renda.

Até este ponto foi possível perceber que a renda da terra cumpre um papel essencial na organização dos espaços rurais nos municípios de Barra Bonita e São Manuel. Cabe a partir daqui entender o que este tipo de organização reflete sobre o rural contemporâneo. Ou seja, frente às transformações pelas quais o espaço rural tem passado nas últimas décadas, é necessário apontar que a questão da renda fundiária aparece como um elemento a mais a ser considerado. No capítulo seguinte se buscará apresentar de que forma o debate das novas ruralidades pode contribuir para a compreensão de tal quadro, retomando também parte do debate sobre a questão agrária. A intenção a seguir será compreender o que há de novo neste contexto apresentado e articular isso com a noção de rural como espaço de vida.

#### **4 RURAL - UM ESPAÇO SEM VIDA?**

Até o presente capítulo foi possível compreender que a renda fundiária, sob a forma da parceria agrícola, tem importância fundamental na organização social dos municípios de São Manuel e Barra Bonita. Percebeu-se que a maioria das unidades de produção agropecuária é dedicada ao cultivo da cana-de-açúcar, e, ainda mais, fruto da parceria agrícola. Seja em relação à modificação da paisagem, com a homogeneização dos ambientes, seja na expulsão dos pequenos agricultores de suas propriedades – passando a ocupar áreas urbanas dos municípios ou até mesmo outras cidades, a presença da parceria agrícola para a produção de cana aparece como fator decisivo na organização social dos municípios em questão.

É relevante ressaltar que a parceria presente nestes territórios não se assemelha em nada àquela conhecida no passado. Se antes, nos trabalhos clássicos de Antônio Candido, José de Souza Martins, entre outros, o parceiro aparecia como um pequeno produtor que, sem terras para cultivar, se submetia a uma relação (muitas vezes subjugada) com grandes fazendeiros, os quais buscavam auferir renda de parte da propriedade, atualmente a situação é bastante diferente.

Com a modernização da agricultura e a subordinação da produção agrícola ao capital, as relações sociais no campo se modificaram. Martins (2000) aponta que a aproximação entre agricultura e indústria se insere na própria lógica do capital; a constante busca por novas frentes de valorização se faz com base na transformação das formas de produção. As unidades agroindustriais sucroalcooleiras presentes em São Manuel e Barra Bonita são expressões do capital nos territórios em questão. Foi justamente a partir da introdução destas que a agricultura local se reorganizou. Com os incentivos do Estado e a demanda local advinda das usinas, houve uma transição de outras culturas, como o café, por exemplo, para a cana-de-açúcar.

A cana-de-açúcar já era presente na região desde o período do auge do café, no fim do século XIX e início do século XX. Contudo, com a desregulamentação do setor canavieiro e a “re-regulamentação” apresentada pelo mercado, a demanda por cana-de-açúcar se intensificou (NASCIMENTO, 2001; ALVES; ASSUMPÇÃO, 2002). Isto é, por um longo período os proprietários (grandes e pequenos) se dedicaram a tal cultivo, sendo fornecedores diretos das usinas. Com a desregulamentação do setor e a crescente mecanização, se constituiu um quadro dificultoso para que os pequenos proprietários se mantivessem na condição de fornecedores. Sendo assim, a parceria agrícola apareceu

como a opção mais viável. Contudo, essa parceria tomou formas diferenciadas daquelas apresentadas por estudiosos da questão agrária brasileira. Em São Manuel e Barra Bonita, são os pequenos proprietários que cedem parte de suas terras para a parceria. Os parceiros são, na realidade, grandes unidades de produção agroindustrial, que optam pela parceria por esta representar vantagens econômicas. Uma forma de compreender esse processo de mudança é a noção de que

o capital encontra formas específicas de manutenção e subordinação de antigas relações sociais de produção, como, no caso brasileiro, o colonato e a parceria, [...] fazendo assim com que tais relações sobrevivam e reproduzam-se sob a dependência das relações capitalistas de produção.” (MARTINS, 2000, p.34)

Para Wanderley (2000), as principais transformações na dinâmica das sociedades modernas - constituídas com o desenvolvimento do capitalismo - estão centradas nos processos de industrialização e urbanização. Existem duas maneiras de compreender tais processos; a primeira pressupõe o desaparecimento das sociedades rurais, com a total submissão da agricultura ao capital. Nesse caso, o camponês se tornaria um agricultor, referindo-se não mais a um modo de vida, mas apenas a uma profissão específica. A segunda, defendida por Wanderley, expõe que a modernização da agricultura não anula as relações cidade-campo, mas as redefine. Dessa forma, o agricultor passa a ter uma face moderna, mas mantém ainda laços de ordem simbólica com o seu passado camponês. Neste caso, não haveria o fim do rural e sim a emergência de novas ruralidades.

É precisamente com a discussão proposta por Wanderley (2009), acerca das novas ruralidades e do espaço rural como espaço de vida, que será realizada a análise neste capítulo, contando também com a noção de rural como categoria de pensamento, de Carneiro (2008) e alguns outros autores da temática. Busca-se entender de que forma esse debate acerca das novas ruralidades pode contribuir para a compreensão sobre as dinâmicas fundiárias e produtivas presentes em São Manuel e Barra Bonita. Aponta-se, neste capítulo, o que há de novo na conjuntura estudada, atentando para as atuais relações entre renda fundiária e propriedade que são também expressões das metamorfoses do rural contemporâneo. E, se argumentará que a questão agrária, entendida como as relações sociais de produção e propriedade, permanece como fator pertinente na análise dos espaços rurais contemporâneos.

Segue uma breve retomada bibliográfica sobre o tema das novas ruralidades e da definição de rural de Wanderley (2009) e Carneiro (2008). A partir dessas reflexões se problematizará a empiria estudada. Destaca-se que não se buscou resolver a definição de rural em si, apenas apontar de que forma o debate contemporâneo sobre essa temática pode, ou não, auxiliar na compreensão dos casos estudados.

#### 4.1 AS NOVAS RURALIDADES

Parte do debate da sociologia rural se restringiu, por muito tempo, à dicotomia rural-urbano, em que o rural se caracterizaria pelo atraso e o urbano pela modernidade. Carneiro (2008) apontou três correntes de pensamento sobre o mundo rural. A primeira sinalizaria o fim da dicotomia rural-urbano, representada no trabalho de Sarraceno (1994), autora que contesta a ruralidade enquanto categoria analítica e argumenta “a favor de uma abordagem sustentada na noção de economia ‘locais’ ou ‘regionais’ para descrever e interpretar os processos reais de diferenciação espacial” (CARNEIRO, 2008, p.15). Uma segunda corrente de pensamento, representada pelo trabalho de Mendras (1976), sugeriria que o fim do principal ator do rural, o camponês, expressaria o fim do próprio mundo rural. Neste caso a modernização tenderia inevitavelmente à urbanização do espaço rural, que progressivamente teria sua existência extinta. A contraposição a tal fatalismo se encontraria em Kayser (1990), que a partir do caso francês conclui que existe um “renascimento do rural”. Tal conclusão se enquadra numa terceira vertente, que indica a permanência da dualidade campo-cidade, mas com novas características: um espaço rural que não se restrinja à dinâmica exclusivamente agrícola. Assim, a inevitável modernização do rural – tese de Mendras, se contrapõe

à constituição de novas formas de sociabilidade de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode ser mais compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade. (CARNEIRO, 2008, p12).

No Brasil, o trabalho de Wanderley (2000) se destacou por ter conseguido abarcar significativamente as discussões europeias sobre as diferentes perspectivas acerca da dicotomia rural-urbano, contribuindo para um debate nacional sobre o tema.

Para a autora a modernização redefine as questões referentes à relação cidade/campo; parte da hipótese de que

o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a *emergência de uma nova ruralidade*” (WANDERLEY, 2000, p.89).

Os autores europeus e norte-americanos sistematizados por Wanderley (2000) já apontavam para o novo papel que o meio rural passou a desempenhar, indo além de características exclusivamente agrícolas e buscando atividades que apontavam para uma ressignificação de sua função social.

Dentre os estudos empíricos cruciais para a mudança da visão sobre o rural brasileiro está o Projeto Rurbano, coordenado por Graziano da Silva. Neste estudo foi mostrado que no período de 1992 até 1997 houve uma redução de pessoas ocupadas com a agricultura e concomitante a tal fato aumentou o número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas; no Brasil, do total de 14,1 milhões de pessoas ocupadas do espaço rural, aproximadamente 4 milhões atuavam em atividades não-agrícolas. As características de espaço rural se aproximavam significativamente do meio urbano, tendo inclusive atrativos para a população urbana (turismo e lazer), o que o distanciou daquele estigma de rural atrasado, tradicional e estático. Esse processo foi denominado de “novo rural brasileiro”. (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000). Assim, o espaço rural brasileiro não podia mais ser reduzido ao setor agrícola, pois suas características recentes extrapolariam o setor, com a concomitante demanda da população não-rural por áreas de lazer e/ou segunda residência, por exemplo. (GRAZIANO DA SILVA et al, 2002).

Graziano da Silva et al (2002) aponta que, diferente dos anos 70, quando as principais atividades agropecuárias abandonaram a produção de subsistência para converterem-se em *commodities*, nos anos 90 as atividades não decorriam exclusivamente das demandas internas da cadeia produtiva; passaram a ganhar “impulso a partir de uma dinâmica que tem a ver com as demandas específicas de grupos consumidores de média e alta renda dos grandes centros urbanos do país” (p.42). Na mesma via, Favareto (2007, p.105) sinaliza que:

a primazia marcante da atividade agrícola – agricultura, pecuária, mineração, silvicultura – cede espaço a uma maior diversificação, com



uma crescente heterogeneização das economias rurais, onde se destaca o crescimento cada vez maior do setor de serviços [...] Da mesma forma, a composição do perfil populacional e as tendências demográficas típicas do período anterior são substituídas [...] são outros agentes, novas variáveis introduzidas ou tornadas mais relevantes, novos interesses, uma nova estrutura de oposições de identidades que sustentam a especificidade desta nova configuração da relação rural-urbano. (FAVARETO, 2007, p. 105)

A partir da temática das novas ruralidades e do novo rural brasileiro seguiu-se o debate a respeito da territorialidade e do desenvolvimento rural, que têm como pressuposto o reconhecimento político da necessidade de integração dos processos de desenvolvimento nacional e macrorregional por meio da valorização dos recursos naturais, sociais e culturais de cada território, sejam eles associados ou não às atividades agrícolas. Principalmente com a criação de novos critérios de julgamento da definição de desenvolvimento, nas décadas de 70 e 80, a abordagem regional perdeu seu poder explicativo enquanto referencial teórico e tornou-se um instrumento insuficiente no planejamento de ações do Estado e de seus agentes; neste contexto ganha força o território (SCHNEIDER, 2004).

O território ganha força em torno das décadas de 70 e 80, quando da criação de novos critérios de julgamento da definição de desenvolvimento. A tese central é a de que o território é, então, um espaço

cujos contornos são recortados por certo grau de homogeneidade e de integração no que se refere, tanto aos aspectos físicos e às atividades econômicas, quanto à dimensão sociocultural da população local. É, precisamente, o fato de levar em conta a densidade social e cultural que atribui aos espaços locais os atributos de um território. [...] O território é também percebido como um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida. (WANDERLEY, 2000, p.116-117).

Apesar da presença de novos atores e dinâmicas sociais no espaço rural, para Wanderley, o território se constitui, também, como base espacial da atividade agrícola. A agricultura aparece, então, como uma potencialidade local que deve ser explorada. Seria exatamente a vinculação ao local que garantiria aos produtos agrícolas um reconhecimento. Citando Pernet (1990), a autora expõe que o território é também um espaço no qual a agricultura se integra ao sistema econômico e social global, integrando-se tanto ao aparelho agroindustrial e aos mercados (nacionais e

internacionais), quanto ao próprio Estado, por meio das esferas que regulamentam e definem a política agrícola.

Wanderley (2009) ainda aponta que o significado e a importância que os agricultores terão no espaço rural moderno dependerão de dois fatores: primeiro, “sua capacidade de adquirir competência, cada vez mais complexa, exigida pela própria atividade agrícola e, por outro lado, sua capacidade de ocupar os espaços não agrícolas que se expandem no meio rural” (WANDERLEY, 2009, p.237). Então, cabe ao próprio agricultor adaptar-se às mudanças ocorridas. Para a autora é o agricultor familiar quem protagoniza o papel crucial nos espaços rurais.

Esta ruralidade da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, despovoadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária e à visão ‘urbano-centrada’ dominante na sociedade que aceita o meio rural [como] socialmente vazio (WANDERLEY, 2009, p.308).

Para que o meio rural seja dinâmico é preciso que haja uma população ocupando o lugar, que faça dele um lugar de vida e de trabalho, e não só uma área de investimento ou de reserva de valor. Retomando Antônio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiróz, Wanderley (2009) afirma que o bairro rural representa a base territorial da sociabilidade “caipira”; é onde se inscreve o sentimento de localidade, de pertencimento – é o espaço de vida dos camponeses.

Wanderley (2009) usa a ideia de espaço de vida como uma forma de definição dos espaços rurais, já que este seria entendido como um lugar de suporte de um tipo específico de relações sociais que “se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam enquanto um singular espaço de vida” (WANDERLEY, 2009, p.297).

#### 4.2 DEFINIÇÕES DO RURAL – O RURAL COMO ESPAÇO DE VIDA E CATEGORIA DE PENSAMENTO

Existem diversas formas de caracterização do rural, sendo a maioria delas associadas ao tamanho das aglomerações, a um tipo de sociabilidade e de paisagem. É quase consenso que um espaço rural deve contar com pequenas aglomerações, fortes

laços de sociabilidade e predominância de paisagens naturais. Wanderley (2009) faz uma retomada dos principais critérios elencados pela Comunidade Europeia.

Na Bélgica, por exemplo, são usados dois critérios que tem a ver tanto com população quanto com o papel ocupado pela agricultura nos municípios. Similar são os parâmetros dinamarqueses, que levam em consideração o número de habitantes e a prioridade da agricultura. Na Alemanha são combinados dados sobre a densidade populacional, índices econômicos e número de habitantes. Em Portugal, em Luxemburgo, na Grécia e na Itália não existem critérios de definição dos meios rurais. Entretanto, nestes dois últimos países são válidos os aspectos de densidade populacional.

Há, contudo, uma diferença significativa entre as definições europeias e as brasileiras. No Brasil não há a caracterização de município rural, como os *counties* rurais estadunidenses ou os *villages* franceses; todos os municípios brasileiros contam com uma área rural e uma área urbana. É urbana justamente a localidade em que está concentrado o poder municipal. Dessa forma, como afirma Wanderley (2009, p.268), retomando Queiroz (1973),

as cidades sediam a representação do Estado, concentram os serviços e encerram instituições representativas da civilização moderna. O rural supõe, por definição, a dispersão de sua população, a ausência do poder público no seu espaço e mesmo a ausência da grande maioria dos bens e serviços naturalmente concentrados na área urbana. Em consequência o rural está sempre referido à cidade, como sua periferia espacial precária, dela dependendo política e economicamente. [...] a única alternativa que existe para a população rural se resume em permanecer periférica ou se tornar urbana.

O meio rural seria o entorno da cidade. Dessa forma, a vida da população rural depende do núcleo urbano, o que acaba por prolongar sua dimensão cotidiana. Nessa esteira de pensamento, o núcleo urbano passa a fazer parte do dia a dia do rural.

Wanderley (2009) retoma alguns autores brasileiros que buscaram delimitar o rural e o urbano. Destaca-se a definição de Vilmar Faria (1984), na qual sedes municipais com menos de 20.000 habitantes são consideradas não-urbanas. Sendo assim, os pequenos municípios se caracterizariam como não-urbanos. E, ainda que haja a dependência da população rural do centro urbano municipal, este centro urbano acaba por se constituir como parte da dinâmica social da vida rural. Então, “a sociedade rural não se esgota no pequeno espaço propriamente rural, mas se espalha pelas pequenas

idades que não só lhe servem de apoio político-institucional, como também, constituem um quadro complementar de vida” (WANDERLEY, 2009, p.285).

Assim, o meio rural corresponderia não só ao local de residência dos habitantes do campo, mas também às instituições públicas e privadas ligadas à vida local. O rural seria o local da vida cotidiana e a cidade, ou seja, o centro urbano dos pequenos municípios, seguiria ritmos e frequências diferenciados. Isto é, “a vida no campo corresponde a um modo de vida, que se diferencia do urbano, mas o incorpora” (WANDERLEY, 2009, p.285). Nesse caso haveria um processo de ruralização das cidades, na medida em que há uma reiteração de características rurais nesses pequenos centros urbanos, como a baixa densidade populacional, por exemplo. Então, os pequenos centros urbanos fariam parte do mundo rural.

O espaço rural pode ser entendido em uma dupla face: como espaço físico diferenciado e como um lugar de vida. No primeiro caso, essa diferenciação é advinda da própria ocupação do território e das formas de dominação social local, que se relaciona diretamente com a estrutura de posse e uso da terra, dos recursos naturais, das paisagens naturais e das relações cidade-campo. Em segundo lugar, a compreensão do rural enquanto lugar de vida pressupõe aspectos de cidadania do indivíduo rural e de sua relação com a sociedade nacional. Ou seja, se trata de um lugar de onde se vê e se vive o mundo.

Independente das classificações institucionais dos espaços rurais, para Wanderley (2009), ele se constitui como um espaço de vida da sociedade local, percebido como “inscrição espacial da memória coletiva e como uma referência identitária forte” (WANDERLEY, 2009, p. 232). Trata-se de um espaço com dinâmicas sociais internas e particularidades sociais e culturais próprias. É justamente a figura do agricultor familiar que mantém esse dinamismo dos espaços rurais, por meio da própria vida rural e dos laços de parentesco e vizinhança.

A construção do espaço rural se daria por seus próprios habitantes, tanto no plano da vida cotidiana quanto no dos acontecimentos da vida familiar - o espaço rural seria o “lugar da família”, situado em um patrimônio familiar. Esse patrimônio é um elemento de referência e convergência, mesmo que a família seja pluriativa e alguns membros vivam em locais diferentes. As coletividades rurais são “depositárias de uma cultura, cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e social do meio rural, ao mesmo tempo em que são portadores de um sentimento de pertencimento a este espaço de vida” (WANDERLEY, 2009, p.297).

Entretanto, a vida social rural não está circunscrita em si mesma; se relaciona com elementos “externos”, como o mercado e a vida urbana. Mas, tais elementos apesar de externos ao espaço da vida cotidiana do rural, se entrelaçam a este mundo. Então, para compreender o rural enquanto espaço de vida devem-se levar em consideração os agentes sociais que o conformam, em suas diversidades e transformações.

Estes agentes sociais podem ser enumerados, em função das relações particulares que estabelecem com o meio rural, a saber: os personagens que povoam o mundo rural, isto é, que fazem do meio rural um lugar de vida e de trabalho; a principal referência, neste caso é aos agricultores familiares e aos trabalhadores rurais, ainda residentes no campo. Mas é preciso também levar em conta os que “passam” pelo meio rural, deixando sua marca, especialmente os turistas e os chamados residentes secundários; outros agentes que, mesmo sem residir o campo, também atuam nos processos econômicos e sociais que têm como lócus o meio rural, entre os quais assumem especial peso: os proprietários de terra e empresários rurais, as agroindústrias, cooperativas e agentes de serviços diversos dirigidos à agricultura, o Estado, visto aqui, sobretudo através de suas políticas para a agricultura e o meio rural [...]” (WANDERLEY, 2009, p.290).

Então, o espaço rural seria o lugar de vida daqueles que habitam o espaço, mas também seria construído por aqueles que circulam nele. E o que mais ameaça o dinamismo de uma área rural é o êxodo de sua população. Wanderley aponta que a estrutura fundiária baseada no latifúndio contribui para tal êxodo, expulsando trabalhadores agrícolas que viviam antes dentro das fazendas. É essa lógica absenteísta do latifúndio que contribui na dissociação entre propriedade da terra e vida rural.

Pode-se dizer que a compreensão de rural enquanto espaço de vida proposto por Wanderley prende a noção de rural ao território, a uma base espacial. Indo além dessa compreensão, Carneiro (2008, p.30) afirma que “a noção de rural corresponde a construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhe atribuem significados distintos”. Nesse sentido, não seria necessária uma definição de fronteiras entre o rural e o urbano. Trata-se de buscar o significado das práticas sociais que tornam a interação rural-urbano e suas distinções, operacionais, a partir do ponto de vista do agente social. Rural e urbano seriam, então, representações sociais. A questão central seria identificar de que forma essas representações sociais se situam em determinado espaço, compreendendo o lugar que o espaço ocupa na construção da identidade dos agentes e em suas representações.

Carneiro (2008) apresenta que a compreensão do rural deve perpassar o sentido que os agentes dão à localidade, e não por um espaço reificado. A autora propõe a noção

de localidade, a qual não restringe a experiência espacial como definidora de certo tipo de relações sociais. Não se trata de um espaço delimitado fisicamente e sim

um espaço que é tido, por aqueles que o ocupam, como uma referência e como uma base física de um conjunto de relações sociais diversificadas (de trocas, de sociabilidade, de solidariedade, de disputas e de conflitos) que dão sentido à existência de seus habitantes, isto é, que lhe dão referência identitária. (CARNEIRO, 2008, p.34)

Então, o rural não seria definido por características de ocupação de um território específico e sim como uma categoria de pensamento. Isto é, uma categoria que define identidade, um norte de orientações de práticas, de valores sociais. Para Carneiro, contando com os trabalhos Bourdieu e Mormont, a categoria rural é definida a partir do sentido operacional que os agentes sociais criam para classificar o mundo. É uma categoria social realizada, uma vez que funciona como princípio de construção do mundo social.

Para Carneiro (2008), o sentido da categoria rural está na sua utilização pelos agentes sociais. A dimensão cultural e a posição do agente naquele quadro social impacta sua relação com o território e seus habitantes. A maneira de se colocar no espaço rural e a forma de representá-lo têm a ver com essa dimensão cultural. A heterogeneidade de relações possíveis entre os agentes sociais que vivem esse rural também é expressa na forma de apropriação dos bens materiais e simbólicos da localidade. É nesse contexto, no qual o rural tem possibilidades simbólicas e práticas, que se deve entender as novas ruralidades, atentando para a ampliação do significado da terra.

As noções de rural como espaço de preservação ambiental e de natureza como meio de contemplação passam a ser concorrentes com o valor da terra como meio de produção agrícola, o que tem consequências diretas sobre as relações entre os atores sociais e disputas de interesses. (CARNEIRO, 2008, p.32)

A heterogeneidade social pode produzir tensão entre os agentes, justamente pela diferença de representações da localidade, mas conforme Carneiro, também pode produzir um “enriquecimento do tecido social”. Essa diversidade não resultaria em uma descaracterização das identidades locais, mas num fortalecimento dos grupos, uma vez que possibilita “uma consciência de si na relação com o outro, o que pode contribuir

igualmente para a definição de uma identidade urbana no interior de uma localidade tida como rural, e vice-versa” (CARNEIRO, 2008, p.33).

Contando com os trabalhos de Wanderley (2009) e Carneiro (2008), seguirá uma tentativa de compreensão sobre como a questão da parceria agrícola presente em São Manuel e Barra Bonita pode se relacionar com a literatura apresentada.

#### 4.3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO RURAL METAMORFOSEADO - OS CASOS DE SÃO MANUEL E BARRA BONITA

Até aqui foram apresentadas as principais considerações acerca das novas ruralidades e da delimitação do rural como espaço de vida e categoria de pensamento. Atualmente o debate das novas ruralidades é o que vem explicando as mudanças pelas quais os espaços rurais têm passado nos últimos anos. A proposta da superação do viés exclusivamente agrícola dos espaços rurais retirou do debate a compreensão sobre a própria questão agrária.

Antes de tudo é preciso destacar que não se pode confundir questão agrária com questão agrícola, já que, muitas vezes, o modo de resolução de questão agrícola pode incorrer no agravamento da questão agrária. A primeira trata de tudo aquilo que está relacionado à produção em si mesma (o que se produz, onde, quanto); a segunda é tudo aquilo que se relaciona com as transformações nas relações sociais de produção (como se produz e de que forma). (GRAZIANO DA SILVA, 1983).

A questão agrária, entendida como as relações sociais de produção e propriedade, tomou formas diferentes daquelas colocadas no passado. No caso dos municípios estudados as relações sociais de produção põe em pauta não o conflito entre latifúndio, capital e trabalhador rural ou mesmo entre latifúndio e pequena produção. O que está colocado é que apesar de haver a posse da terra, seu uso é inviável. Não é o latifúndio que pressiona o pequeno produtor, é a própria forma de produção atual.

Wanderley (2009) afirmou que o latifúndio e sua lógica ausenteísta atuaria na dissociação entre propriedade da terra e vida rural. Contudo, o que vem cumprindo esse papel é a própria lógica capitalista de produção. É por conta das transformações no campo advindas da lógica do capital - a modernização agrícola, por exemplo - que o pequeno produtor se dissociou da vida rural em São Manuel e Barra Bonita. A demanda por uma produção mais mecanizada e tecnológica inviabilizou que pequenos produtores se mantivessem como tais. Justamente por isso abandonaram o cultivo agrícola,

realizando a parceria agrícola com as unidades agroindustriais canavieiras locais. Por fim, pode-se dizer que é a parceria agrícola, em sua atual forma, diferente daquela conhecida na sociologia rural no passado, que cumpre o papel de dissociar o pequeno produtor da vida rural.

Para Wanderley (2009), o agricultor familiar tem um papel crucial na manutenção da dinâmica das comunidades rurais, mas que para sua sobrevivência precisa se adaptar, adquirindo competência e se engajando em outras atividades não agrícolas. Entretanto, não há nessa discussão a problematização sobre essa necessidade de o agricultor adquirir competência para manter seu significado no meio rural. É para atender a um tipo de demanda de um tipo de realidade social que é necessário haver essa adaptação. Destaca-se que nos municípios estudados é justamente a demanda da cadeia produtiva que organiza os espaços rurais dos municípios, diferente também daquilo que Graziano da Silva (2002) apontou. Se houve no passado uma conversão de culturas de subsistência para as *commodities* na década de 70 - neste caso, a cana de açúcar - nos anos 90 não ocorreu uma reconversão à produção de culturas diversificadas. Nos municípios estudados o que ocorreu foi a saída de produtores de suas terras, com a manutenção da posse jurídica. Mas, o controle sobre a terra passou para as usinas.

Além disso, a competência pressupõe a aquisição de meios materiais para manter a produção. Mas, justamente por conta do contexto da região, economicamente não é viável produzir outra cultura que não a cana de açúcar.

*Então hoje você fazer uma retomada da sua propriedade rural, fica meio que impossível. A não ser, que nem nós, “Ah, vocês vão retomar se a usina quebrar”? Nós ainda temos, a infraestrutura de sede tá lá, temos algumas casas de colono, temos empregado trabalhando ainda na propriedade rural, temos a parte de terreiro de café, trator que a gente utiliza, então dá pra gente tocar alguma coisa ainda se a usina devolver a terra. Mas é muito difícil, o investimento inicial seria muito alto. (...) Investimento assim, urgente né, você vai ter que comprar trator, os implementos, plantadeira, e isso custa os olhos da cara.*

Pedro, 61 anos, São Manuel, eng. Agrônomo, diretor Sindicato Rural Patronal de São Manuel e produtor rural. Arrendador para Usina São Manoel.

E, mesmo que os pequenos produtores mantivessem o cultivo de cana de açúcar, seria necessário um maquinário especializado, algo que os pequenos produtores não têm acesso. São as usinas sucroalcooleiras as quais possuem os meios, e por isso são as que controlam quase a totalidade da produção agrícola da região.



*Agora pra comprar uma máquina, você não imagina a dor de cabeça, a papelada que eu tenho que levantar. (...) Você precisa ver a documentação e o processo do Banco do Brasil para liberar o crédito... Treze mil reais o tanque [para irrigação], eu tenho que ser avalista, tenho que apresentar garantia, não sei o que, não sei o que mais. Não sei aonde vai chegar essa agricultura.*

Luciana, 47 anos, funcionária pública Prefeitura Municipal de São Manuel e produtora rural. Ex-arrendadora Usina Barra Grande (Lençóis Paulista).

Wanderley também afirmou que os agricultores deveriam se inserir em outras atividades não agrícolas. É pertinente que nem todos os territórios têm as condições para a criação de outras atividades. Nos municípios em questão resta apenas o comércio e o setor de serviços nas áreas urbanas. Engajando-se em tais atividades o agricultor deixaria, portanto, de ser um agricultor. Essa suposta polivalência do agricultor moderno depende de uma série de condições econômicas e sociais dos territórios, o que muitas vezes não encontra aplicabilidade empírica.

O lugar do agricultor nos espaços rurais depende justamente das particularidades dos territórios nos quais estão inseridos, nas relações de poder locais, no contexto social, político e econômico dos locais. Mesmo Wanderley (2009) assume que para compreender o espaço rural – enquanto espaço de vida – é necessária a compreensão de suas dinâmicas internas e externas. Nos casos estudados é a produção agrícola que caracteriza o território. Wanderley (2009, p.232), citando Proulx, diz que “não se pode compreender a situação atual de um território sem se referir a seu passado”. O passado das regiões rurais de São Manuel e Barra Bonita foi sempre marcado pela produção agrícola, especificamente a canavieira nos últimos 60 anos. A dinâmica local se estrutura a partir da produção agrícola, época de safra, entressafra, etc.

*Aí de 1968 pra cá foi sempre cana de açúcar. Não teve outra atividade, foi sempre cana de açúcar. (...) Sempre fornecendo. Já acabou isso, hoje em dia a usina faz quase tudo. A maior parte arrenda.*

Luiz Paulo, 55 anos, Eng Agrônomo, prestador de serviço Usina Raízen, diretor Associação Fornecedores de Cana, produtor rural. Fornecedor arrendatário.

*Paula Mas a gente não quer vender, porque era uma relíquia do meu pai e não é um sítio muito grande, tem 8 alqueires de terra. Então a gente vai cuidando...*

*Entrevistadora: É patrimônio...*

*Paula: É, se dá o que dá, tudo bem, tem um capital lá.*

*Entrevistadora: Mas quando a senhora cuidava antes de arrendar, a senhora mexia com cana?*

*Paula: Com cana, com cana. Era fornecedora. Mandava pra usina, caia tudo no meu nome lá, eu repartia com quem tinha que repartir, certinho e comprava aquilo que precisava, pagava tudo, e o que sobrava, dividia. E foi bem assim mais de 15 anos, uns 17, 18 anos que eu toquei o sítio assim.*

*Entrevistadora: E quando era seu pai também trabalhava com cana?*

*Paula: Com cana, era café, depois passou com cana. A gente é fornecedor há 50 anos.*

Paula, 74 anos, dona de casa. Arrendadora para fornecedor

A entrevistada acima já não mora mais na propriedade rural, mas acha importante a manutenção do patrimônio de seu pai. Carneiro (2008) auxilia na compreensão desse processo quando afirma que o vínculo com determinado território pode ser expresso mesmo que o indivíduo esteja fora daquela base espacial.

A identidade rural nos municípios em questão se relaciona especificamente com o controle do processo produtivo, com uso direto da terra, o “*subir no caminhão*”, o “*tocar o gado*”, o “*acordar com as galinhas*”. Entretanto, mesmo distante dessa realidade, os entrevistados mantêm seus valores atrelados a essa dinâmica.

*eles [os filhos] ficavam até bravos comigo porque eu ia pro sítio, porque eu vinha suja, porque... Mas a gente que tem raízes né, eu não achava ruim, eu adorava ir pro sítio. Meu marido também, aposentado, vai ficar em casa sem fazer nada? Vamos lá pro sítio, tomar um sol, a gente gosta daquilo né, gosta do sítio, a gente foi criado no sítio.*

Paula, 74 anos, dona de casa. Arrendadora para fornecedor

A posse apenas jurídica da terra cumpre o papel de dissociar essa identidade de sua base territorial. É o dia a dia da atividade agrícola que define o rural para os entrevistados desta pesquisa, que constituía suas identidades. Agora vivem na cidade, ou mesmo os que ainda vivem no sítio, não atuam mais sobre a terra. Quem tem o controle da terra é a usina. A inscrição espacial da identidade está na área rural (na fazenda, no sítio), mas o agente social - o agricultor - saiu daquele espaço físico, que não existe mais. O que existe é uma imensidão de cana de açúcar. Então, a identidade rural permanece ainda com o indivíduo, mas sem sua base espacial, ou apenas com a memória dessa espacialidade.

Quando Carneiro (2008) expõe que o rural - enquanto localidade - é tido como um conjunto de relações sociais que dão sentido a uma referência identitária, podemos compreender que em São Manuel e Barra Bonita não é a inscrição espacial que mantém

a ruralidade dos indivíduos e sim suas práticas sociais. Não há uma relação material com o espaço, mas o imaginário do rural permanece.

Wanderley (2009) tratou sobre o papel dos agricultores na manutenção das paisagens rurais, que mesmo que ressignificadas, ainda constituem um dos atrativos dos meios rurais, já que também caracterizam o rural. Foi observada empiricamente a existência de agentes originários de regiões urbanas, que adquiriram terras na tentativa de recriar um ideal de rural. A ideia de lugar de descanso e lazer era o que incentivava tais agentes a buscar a propriedade rural, mas não só isso. Tentaram reproduzir o tipo de vida rural, com os cultivos de subsistência e pequena pecuária.

Carneiro (2008) afirmou que o resgate da tradição somado à revalorização da natureza, pode criar um novo mito, o mito do rural idílico. Esse processo traria novos campos de conflito para a população local, uma vez que esses “neo-rurais” teriam representações e projetos diferenciados de rural. De qualquer forma,

essas contradições geram sentimentos e atitudes ambíguas que delimitam novas fronteiras nos universos sociais, impedindo que sua compreensão seja feita a partir da clivagem entre rural e urbano entre o campo e a cidade”. (CARNEIRO, 2008, p.29)

Um dos entrevistados de origem não rural relatou ter tido muitas dificuldades na manutenção do sítio, já que além de a pequena produção pecuária não ser lucrativa, não tinha quase experiência na área. Então, da pequena propriedade comprada, boa parte foi arrendada, sendo mantida a sede e uma pequena área para os animais. Atualmente mantém apenas um boi, justamente como entretenimento para a família (laçar o boi é uma “*grande festa*”, como o próprio relatou) e alguns cavalos – que são sua “*paixão*”.

É relevante que, se por um lado se pode observar a saída dos agricultores tradicionais do campo - por conta das dificuldades econômicas de manutenção da propriedade, envelhecimento, entre outros motivos - por outro, há a população urbana, engajada em outras atividades, que busca recriar um cenário rural idílico. Carneiro (2008) afirma que são justamente os indivíduos que menos se relacionam com as localidades rurais os que mais se esforçam no sentido de recriar o rural idealizado, com práticas e tradições “típicas”. No caso do referido entrevistado, não há a necessidade de geração de renda a partir da terra, já que ele é dono de comércios na região. A criação

de animais seria um elemento da vida rural que o entrevistado tentou reproduzir<sup>20</sup>. E, uma vez que isso não foi possível, a opção foi a mesma daqueles agricultores que dependem da produção agropecuária para subsistir: a parceria agrícola com as usinas.

Grande parte das propriedades tem a parceria para a produção de cana de açúcar, então, a ideia da paisagem rural, aquela mantida pela pequena produção familiar, desaparece em São Manuel e em Barra Bonita. A paisagem dos municípios é constituída quase exclusivamente por cana de açúcar, plantada, cultivada e colhida pela usina. E a presença dessa cana já faz parte do cenário dessas cidades<sup>21</sup>.

Figura 3: Passeio de barco no Rio Tietê. Barra Bonita.



Fonte: A autoria própria.

Há em Barra Bonita um passeio de barco pelo rio Tietê, opção de lazer para os residentes e visitantes. Junto ao rio há a cana, como paisagem de fundo, que faz parte daquela concepção de natureza. Durante um passeio neste barco foi perceptível que vários turistas admiravam a “natureza” e falavam coisas como: “*Que lindo essa natureza, tudo verdinho*” ou “*Essa natureza é tão perfeita*”. Pode-se perceber que a cana de açúcar aparece já incorporada à paisagem e à percepção de natureza de muitos que ali circulam.

<sup>20</sup> Este mesmo entrevistado relatou o desejo em retomar as atividades sociais da região próxima a seu sítio, principalmente as de caráter religioso. Há uma capela próxima a sua propriedade, contudo as missas são sempre bastante esvaziadas. Então, no intuito de evitar a destruição da capela, o entrevistado vai oferecer no terceiro domingo de todo mês um almoço em seguida da missa. No dia da entrevista estava com santinhos e medalhinhas da Santa Maria Gorete - que dá nome à sua fazenda - para distribuir aos poucos vizinhos e divulgar o almoço beneficente. A ideia da sociabilidade baseada nos laços de vizinhança e religiosidade também caracteriza o mundo rural, algo que não é mais tão presente na região estudada e que o entrevistado busca recriar.

<sup>21</sup> O apêndice A Caderno de Fotos apresenta a homogeneização das paisagens da região de São Manuel e Barra Bonita.

Então, a própria paisagem rural se transformou a partir das demandas produtivas locais, que também são nacionais, dada a política do Estado em promover etanol como combustível limpo e sustentável. Neste caso, as relações sociais de produção estão mais presentes nos contextos estudados e a renda fundiária cumpre um papel fundamental. Guedes (1993, p. 2) aponta que

a renda fundiária, embora expressão econômica da propriedade fundiária, compreende e articula um conjunto de fenômenos muito mais abrangentes do que aqueles estritamente limitados ao espaço rural. Os circuitos financeiros e a natureza da cadeia produtiva predominante na agricultura moderna, vinculam e subordinam inexoravelmente a agricultura em seu conjunto ao resto da sociedade. (GUEDES, 1993, p. 2)

Wanderley (2009) admite que as sociedades rurais tradicionais passaram um processo de transformação, na qual houve a perda da autonomia que possuíam e integração econômica, social e cultural à “sociedade englobante”.

Trata-se, por um lado, de transformações de ordem econômica, que afetaram profundamente a forma de produzir do campesinato tradicional e que se traduziam especialmente pela progressiva modernização do processo de produção na agricultura, uma maior integração ao mercado, inclusive e, sobretudo, os mercados não locais. (WANDERLEY, 2009, p. 209)

É exatamente a inserção ao mercado que subordina a pequena produção ao sistema capitalista (MARTINS, 1995). Se o principal agente do rural - enquanto espaço de vida - não está mais presente, isso não quer dizer que o rural tenha se esvaziado. O rural passa a ser ocupado pela agroindústria, que representa o capital territorializado e que carrega consigo um conjunto diferenciado de relações sociais.

Wanderley (2009, p.249) indica que “as transformações que ocorrem no meio rural não são percebidas como efeito de difusão da cidade sobre o campo, mas, sobretudo, como resultado de iniciativas dos próprios “rurais”, cidadãos plenos, em articulação com os habitantes das cidades”. Entretanto, compreendendo o papel da organização baseada na renda fundiária nos municípios estudados, pode-se dizer que compreender os espaços rurais na contemporaneidade não passa apenas pela relação rural-urbano. É preciso compreender os processos de transformação que o rural tem passado não sob influência da cidade enquanto espaço físico e simbólico e sim sob influência do capital e de suas atuais formas e demandas. Além disso, contando com Carneiro (2008), compreende-se que o rural se constitui em representações sociais

diversas, que tem a ver com aspectos culturais e de posição nas redes sociais dos agentes locais.

A caracterização do rural como espaço de vida e como lugar da família, situado em um patrimônio familiar que é referência identitária, também deve ser problematizado. Na leitura de Wanderley, uma vez que muitas famílias já não habitam mais as sedes das propriedades rurais, e mais, pelo fato de algumas sedes já nem existirem, a dinamicidade de um quadro de sociabilidade rural atrelado à figura do agricultor já não existe mais. A figura do agricultor familiar e a vida social rural apontado por Wanderley são raras em São Manuel e Barra Bonita.

*A população rural, não só de São Manuel, como de todo lugar né, tá diminuindo dia a dia. Inchou as cidades, hoje é Cohab que tá crescendo. Esse pessoal, a grande maioria desse pessoal que mora em São Manuel trabalha pra usina. São motoristas de caminhão, ou são cortador de cana ou tem outras atividades dentro da usina... (...) São Manuel, não é uma cidade industrializada, bem pouco industrializada, então, tem que trabalhar na usina. Hoje a usina é o carro forte de São Manuel.*

Pedro, 61 anos, São Manuel, eng. Agrônomo, diretor Sindicato Rural Patronal de São Manuel e produtor rural. Arrendador para Usina São Manoel.

Entretanto, a saída dos agricultores dos espaços rurais não significa o rural não tenha vida. Podemos apontar dois aspectos de “vida” desse rural de São Manuel e Barra Bonita. O primeiro é que esse rural passa a ser ocupado por outros agentes, como a agroindústria canavieira, que reproduz no campo outras relações sociais, como a de trabalho no corte da cana (seja manual ou mecanizado). Outro aspecto é que, mesmo que as famílias estejam fora da propriedade rural, a relação que mantém com a terra é algo que baliza seu olhar sobre o mundo. A figura do pequeno produtor, ou agricultor familiar, pode não estar mais presente nos espaços rurais nos moldes que estava no passado, mas o rural vive em seu imaginário. Como sinalizado por Carneiro, a identidade territorial permanece com o indivíduo fora do território, justamente porque o rural se configura como uma categoria de pensamento.

O envelhecimento dos proprietários rurais, junto com a falta de interesse dos herdeiros em seguir com a atividade agrícola, também é um fator decisivo na conformação da ruralidade em São Manuel e Barra Bonita.

*Porque hoje é mais conveniente né, eu hoje na minha idade, pra eu me envolver com sítio, é meio complicado né. Então, outra pessoa que já é do ramo, que tem maquinário mais próprio, avantajado, tem mais*

*facilidade pra isso, por causa que o arrendatário toca o sítio com mais facilidade né, com máquinas grandes, tudo, pra mim seria tudo mais difícil né.*

Cristovam, 81 anos, Barra Bonita, aposentado e produtor rural. Arrendador para fornecedor.

Nesse sentido, a renda fundiária responde a uma transformação das áreas rurais, que é o envelhecimento de sua população. E, como exposto neste trabalho, essa renda fundiária se expressa em novas formas, representando também uma metamorfose do rural contemporâneo.

Além disso, deve-se levar em conta aquilo que Carneiro (2008) afirmou sobre o cruzamento e deslocamento das fronteiras dos territórios, que se realizam a partir das dinâmicas de reocupação dessas localidades pelos agentes socais. Um exemplo disso foi o ocorrido em Pratânia, pequeno município vizinho a São Manuel. Como toda a região, Pratânia contava majoritariamente com propriedades rurais arrendadas para a produção de cana de açúcar. Quando houve a crise do setor canavieiro no final da década de 1990, as usinas começaram a devolver as terras de arrendamento. Frente a isso e após grandes dificuldades, os produtores de toda a região se organizaram em uma Associação de Produtores e posteriormente em uma cooperativa de cafeicultores (a CooperPrata)<sup>22</sup>. Com essa cooperativa passaram a comercializar café no mercado internacional.

*produto que a gente faz é diferenciado e em todos os produtores de café da cooperativa a idéia é produzir um café especial, que tem características, quesitos, não sei... E nós buscamos essas características. Para que esse café tenha esse selo legalizado nesse mercado [fair trade], que é um mercado especial, à parte do mercado de café, tem um sobrepreço (...) Nosso produto é comercializado baseado na cotação do mercado de Nova York.*

Lauro, 64 anos, Pratânia, aposentado e produtor rural. Arrendador Usina Raízen

Neste caso nota-se a reorganização da produção rural devido à falta do arrendamento. O entrevistado acima, que só recentemente passou a se dedicar à atividade agrícola (a propriedade era arrendada por completo anteriormente), junto com pequenos produtores locais, se viram impelidos a se organizarem quando a estabilidade advinda do arrendamento foi retirada. Essa reorganização não ocorreria se os municípios da região estudada não fossem tão dependentes da demanda das usinas locais. Então, a agroindústria sucroalcooleira se mostra como um agente social

---

<sup>22</sup> A Associação e a cooperativa foram criadas pela família dos entrevistados Lucas e Lauro, e só depois, com o tempo e a organização, foi sendo composta por produtores rurais de municípios toda a região, inclusive São Manuel.

determinante em São Manuel e Barra Bonita. Como Carneiro apontou, o rural - enquanto localidade e categoria de pensamento - se configura como referência de relações sociais, seja de disputa, conflito ou de sociabilidade e solidariedade.

Se é preciso compreender o rural a partir de seus agentes e suas representações sociais, como afirma Carneiro, pode-se afirmar que em São Manuel e Barra Bonita o espaço rural não está sendo ocupado por novos agentes, que o ressignificam a partir de outras potencialidades que não a produção agrícola. Se há novos agentes, é porque vão em busca de um tipo de vida rural associado à produção agrícola. Contudo, atualmente, quem usa de fato a terra são grandes unidades agroindustriais sucroalcooleiras. Por fim, o que se pode dizer é que apesar da presença de novos agentes sociais nos espaços rurais, os “antigos agentes” se mantêm presentes nos territórios. Frente às mudanças sociais, podem se reorganizar, mas permanecem os mesmo agentes. Entretanto, a relação entre esses se dá de forma diferenciada da do passado. Uma vez que essa relação não só está presente nos espaços rurais, como também determina sua organização, se mantém pertinente na compreensão do próprio espaço rural.

\*\*\*

O debate das novas ruralidades propõe a superação do viés setorial agrícola para o desenvolvimento das áreas rurais, já que o rural não pode ser explicado somente pela dinâmica da agricultura. Haveria novos agentes sociais se integrando ao meio rural, atraídos justamente pelo tipo de vida oferecido nos espaços rurais (CAMPANHOLA; SILVA, 2000; FAVARETO, 2007). Neste mesmo período, a própria noção de desenvolvimento foi repensada; emergiu a categoria território como contraposição à abordagem regional (SCHNEIDER, 2006; 2009). A noção de território contribuiu para a superação da dicotomia rural-urbano, tendo como ideia a caracterização das localidades a partir de suas homogeneidades tanto sociais e culturais, quanto econômicas. Esse território seria também um espaço de vida, lócus da história e da dinâmica interna de uma sociedade.

Entretanto, a classificação institucional pressupõe que todos os municípios têm áreas rurais e urbanas, sendo essa última aquela que concentra os serviços administrativos; o rural estaria fadado a sempre se caracterizar como periferia da cidade. Mas, como já apontado por diversos autores, os espaços rurais contam com uma dinamicidade própria, que lhes dão características *sui generis*. Conforme Wanderley (2009), nesse espaço social, o pequeno agricultor, ou agricultor familiar, aparece como



o responsável pela manutenção da vida social rural, seus laços de vizinhança e parentesco que dão ao rural sua dinamicidade. E, dado que os centros urbanos dos pequenos municípios se tornam também extensão do cotidiano dos moradores do rural, passam a fazer parte também desse rural, o que permite afirmar a existência de municípios rurais - como é o caso de São Manuel e Barra Bonita.

Devem-se levar em consideração, também, outros agentes sociais que circulam pelo meio rural, como turistas, empresários rurais e mesmo o próprio capital agroindustrial – esses também como pertencentes à dinâmica do rural. Carneiro (2008) afirmou que o rural não se define a partir de uma base espacial e sim da operacionalização de seu sentido pelos agentes sociais. Assim, o rural pode ser compreendido a partir dos diversos agentes sociais que o significam.

As discussões teóricas apresentadas acima representam o pano de fundo sobre o qual se deu a construção deste trabalho. Buscou-se compreender como o debate das novas ruralidades e do rural como espaço de vida pode, ou não, auxiliar na compreensão dos processos sociais que ocorrem nos municípios de São Manuel e Barra Bonita, contando também com a noção de rural enquanto categoria de pensamento. Entende-se que as mudanças referentes às relações entre propriedade e renda fundiária são constituintes dos espaços rurais e sinalizam também as metamorfoses do rural contemporâneo, apesar de praticamente não aparecerem no debate das novas ruralidades (assim como a questão agrária).

Os municípios estudados ainda se estruturam, em grande medida, a partir da produção agrícola. Destaca-se que não se trata de uma produção diversificada, de pequenos agricultores. Já há aproximadamente 60 anos ambos os municípios contam com a uma forte demanda pela produção de cana de açúcar, com a presença de usinas sucroalcooleiras. Tal cultivo se intensificou com os incentivos do Estado na década de 1970. Nesse período, muitos agricultores trocaram suas culturas pela cana de açúcar. Assim, mesmo havendo a pequena produção na região, o produto cultivado era, majoritariamente, a cana de açúcar - correspondendo à demanda local e nacional.

Com a modernização da agricultura e a posterior desregulamentação do setor canavieiro, a pequena produção de cana de açúcar se tornou cada vez mais difícil. Os agricultores que não puderam modernizar sua produção, nem responder às legislações trabalhistas, optaram pela parceria agrícola como “saída”. Neste caso, o esvaziamento das áreas rurais, assim como a diminuição da ocupação agrícola está relacionado com um tipo de organização produtiva e fundiária. Foi a expansão da cana

que primeiro expulsou os colonos e moradores das fazendas, a mecanização expulsou os trabalhadores rurais e agora a parceria agrícola expulsa o próprio proprietário da terra. Por mais que se proponha que o espaço rural não é um espaço exclusivamente agrícola, nos municípios estudados é um tipo de produção agrícola responsável pela organização social local.

Uma vez que o agricultor e a atividade agropecuária se mantêm importantes na compreensão do rural, se pode colocar que a questão agrária, ou seja, as relações sociais de produção e propriedade, também se mantêm no cenário contemporâneo como fator capaz de dar maior inteligibilidade sobre esse novo contexto. Principalmente pelas novas formas que tomam atualmente.

Se, conforme Wanderley, o pequeno agricultor é aquele responsável pelo dinamismo das áreas rurais, já que faz do rural um espaço de vida, mantendo também sua paisagem, como compreender os casos de São Manuel e Barra Bonita? Seriam espaços sem vida? Nesse sentido o trabalho de Carneiro nos ajuda a compreender que o rural permanece no imaginário de seus agentes. O rural não teria, necessariamente, uma base espacial, já que é construído por seus agentes. Destaca-se que a presença da agroindústria sucroalcooleira - capital territorializado - como agente social é determinante na ruralidade de São Manuel e Barra Bonita. Não haveria vida se pensássemos naquela conhecida no passado, do pequeno agricultor, mas há quando se leva em consideração outros agentes sociais e significações do espaço, que refletem os conflitos e projetos para a localidade.

Acredita-se que a classificação de rural não é mais importante que a própria compreensão dos processos que ocorrem nos espaços atualmente. A partir da compreensão de tais processos que é possível avaliar as consequências futuras para as regiões rurais. A renda fundiária, sob a forma de parceria agrícola, cumpre um papel de reorganização social do rural. Não se buscou aqui resolver o longo debate acerca do rural e das novas ruralidades, mas sinalizar que a renda da terra significa um conjunto de relações conflituosas que tem a ver com diversas representações e usos dos espaços rurais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No passado, os projetos políticos e econômicos para o espaço rural tinham um viés desenvolvimentista e modernizante, o que culminou na modernização da agricultura. Esse processo levou a ascensão dos complexos agroindustriais. Nesse quadro, somado às ações do Estado, a face do espaço rural mudou. Houve, dentre outras coisas, exclusão de trabalhadores rurais e o fim do sistema de colonato. Aspectos típicos do espaço rural e da produção agrícola, como a parceria e o arrendamento, se mantiveram nos territórios, contudo, sob formas diferentes daquelas conhecidas no passado.

Parte do debate da Sociologia Rural que trata sobre as metamorfoses pelas quais o espaço rural passou nas últimas três décadas não coloca a renda fundiária ou a questão agrária como tema. O debate das novas ruralidades aponta diversas mudanças no espaço rural, entre as quais aquelas relativas à população, que passou a ser composta também por indivíduos advindos das áreas urbanas, e à ocupação, que não se restringe exclusivamente à produção agropecuária. Entretanto, se fazem ainda presentes no território a produção agropecuária e a figura do agricultor, que devem também fazer parte de tais projetos políticos.

Justamente diante desse cenário - no qual se discute as metamorfoses do rural e se observa empiricamente a significância da renda fundiária - que se deu o problema da presente pesquisa. Colocaram-se as perguntas: como a renda fundiária impacta o território rural atualmente? A superação do viés setorial agrícola pressupõe a superação da questão agrária? Foi percebida uma lacuna em torno do tema da renda fundiária e de seus aspectos no contexto do rural contemporâneo. Surgiu assim a hipótese a ser colocada à prova neste estudo, de que há uma nova configuração entre propriedade, renda fundiária e trabalho e que essa nova configuração é também uma expressão das metamorfoses pelas quais o rural tem passado. Objetivou-se, então, analisar as relações atuais de arrendamento de terra para a produção canavieira nos municípios de São Manuel e de Barra Bonita-SP, interpretando as possíveis articulações entre a renda fundiária, o trabalho e a propriedade da terra.

Historicamente, Barra Bonita e São Manuel foram municípios marcados pela produção agrícola, sendo fundados sobre a produção cafeeira no final do século XIX. Com o decorrer do tempo, o declínio do café e as mudanças nas políticas do Estado, a

cana de açúcar se tornou um dos principais gêneros cultivados, mais em Barra Bonita do que em São Manuel. Atualmente os municípios contam com presença do setor de comércio e baixa industrialização, e o setor agropecuário como o “carro chefe”. A extensão territorial das unidades de produção agropecuária toma mais da metade do território total de ambos os municípios. E, a área específica da produção agropecuária é majoritariamente canavieira. Em São Manuel há uma maior diversificação cultural, mas a cana ainda sim ocupa mais da metade da área das unidades de produção municipal.

Dada a base qualitativa da presente pesquisa, foram entrevistados pequenos e médios proprietários rurais, arrendadores e ex-arrendadores, com o intuito de compreender suas representações acerca da renda fundiária. Os entrevistados relataram que por conta da grande demanda de cana de açúcar e das dificuldades na manutenção de outros cultivos, a maioria dos produtores passou a se dedicar à produção de cana de açúcar. Essa transição se deu no decorrer dos anos 60 e 70 – justamente período de maior ação do Estado sobre o setor canavieiro, com a política de créditos e outros incentivos. É importante o fato de que ambos os municípios contam com unidades agroindustriais sucroalcooleiras, sendo que a de Barra Bonita já foi a maior do mundo em capacidade de moagem de cana. Na última década, legislações relacionadas com questões trabalhistas e ambientais se tornaram mais presentes, exigindo alterações na forma de produzir. A necessidade de mecanização da colheita e do uso de tecnologias mais avançadas dificultou a manutenção de pequenos fornecedores de cana. Por conta disso, e também devido ao envelhecimento dos produtores e da falta de interesse dos herdeiros em manter a produção, o arrendamento das propriedades se mostrou como uma “solução”. Essa falta de interesse da família em permanecer na terra e o envelhecimento dos proprietários rurais são mostras de que o rural passa por uma transformação. Nesse caso a parceria agrícola não aparece como um resquício de relações passadas, mas como expressão de relações metamorfoseadas. Foi possível compreender que, nos municípios em questão, a renda fundiária se faz presente no território como um elemento balizador das atuais relações no campo.

A renda fundiária se configura como um valor pago pelo uso de determinada porção do solo. A maioria dos entrevistados relatou se tratar de contratos de arrendamento, apesar de, como sinalizado por poucos entrevistados, o contrato ser de fato de parceria agrícola. A diferença mais significativa entre ambos os contratos é que no primeiro caso a renda recebida é fixa, ficando todos os riscos do investimento sobre o arrendatário (no caso, a usina). Além disso, neste caso o proprietário deve pagar um

imposto sobre o valor do arrendamento. No contrato de parceria os riscos são divididos, uma vez que o pagamento da renda tem a ver com a produção da safra. Por essa via, o proprietário fica isento do pagamento do imposto.

A parceria que se deu no passado não é a mesma presente nos municípios estudados. A parceria se dava em grandes propriedades, nas quais o proprietário complementava a exploração do imóvel por meio da cessão de parte do terreno a outros. Normalmente esses outros eram pequenos sítiantes, desprovidos ou expropriados de terras, que pagavam com parte da produção a renda da terra. As relações entre proprietário e parceiro eram de submissão, ou no mínimo, de conflito, estando sempre o parceiro à mercê do proprietário. Atualmente, as relações são outras. No caso estudado, o proprietário não é mais um latifundiário e o parceiro passa longe de ser um sítiante. São os pequenos proprietários que arrendam suas terras para uma grande unidade agroindustrial sucroalcooleira. Ocorre também a parceria entre pequenos proprietários e grandes fornecedores de cana que, com intuito de obter uma economia de escala, arrendam outras propriedades.

Ao contrário daquele contexto analisado por Martins (1975, 1995, 1999) e Candido (1964), atualmente é o proprietário quem depende do parceiro (a usina), e não o contrário. Na realidade, a usina precisa das terras arrendadas para efetivar a produção. Para a unidade agroindustrial é mais compensador a parceria e não a compra das terras, uma vez que para a reprodução do capital não é preciso haver a propriedade da terra. Além disso, com a pressão para o cumprimento da legislação ambiental sobre a preservação de áreas, caso a usina adquirisse a propriedade da terra, teria que arcar com o custo de ter espaços improdutivos. Com a parceria, essa “perda” de áreas fica para o proprietário. Pode se dizer que há uma dependência mútua entre os envolvidos na relação de arrendamento/parceria, mas se trata de uma dependência desigual, já que a usina pode buscar outras terras e conta com informações (técnicas, jurídicas e financeiras) que os proprietários não têm. Por outro lado, o pequeno proprietário não tem outras formas de obter renda da terra.

O pagamento da renda da terra pode se dar por dois aspectos, aquilo que Marx (1983) denominou como renda diferencial I e II. Isto é, por atributos específicos do solo (localização e fertilidade) e pela tecnologia aplicada ao solo, que resultaria numa maior fertilidade. Entretanto, os pequenos proprietários não dispõem de tecnologias avançadas e toda agregação de valor à terra advinda da aplicação de implementos e outras tecnologias fica por conta da própria usina. Por isso também o tempo de contrato de

parceria é fator relevante na definição da renda a ser paga. Quanto mais tempo a usina tiver para investir na terra, maior será o pagamento, e vice e versa. Há ainda outro tipo de fator diferencial no pagamento da renda, que é o próprio mercado.

O pagamento das parcerias é calculado a partir de um valor fixo de quantidade de toneladas por hectare. Esse valor tem a ver justamente com a renda diferencial I e II. A partir disso, se usa o cálculo padrão de ATR para saber quanto cada tonelada de cana produzirá de açúcar. Contando com esse valor, se calcula o preço do açúcar no mercado internacional e assim se tem o valor final. Então, apesar de muitos entrevistados alegarem que o arrendamento/parceria é uma escolha segura, pode se dizer que essa é uma segurança apenas aparente, já que o mercado tende a uma série de variações.

Esse tipo de organização fundiária e produtiva tem distintas consequências. Com a presença quase total de propriedades arrendadas, é rara a existência de pequenos produtores rurais; são, de fato, pequenos proprietários rurais, que há anos sequer moram nas propriedades. Com o arrendamento de propriedades em áreas contíguas, a usina derruba as divisas entre as propriedades, transformando o espaço das unidades de produção em um verdadeiro “mar de cana”. Isso influi diretamente na própria memória e identidade dos entrevistados. A base material de suas identidades já não existe mais.

Foi exposto por um entrevistado que o arrendamento de fato ajudou os pequenos produtores que não tinham condição de permanecer vivendo apenas da terra, mas também os tirou da própria terra. A maioria dos entrevistados não mora mais na propriedade. Isso também acarreta outro tipo de problema, pois sem a permanência na terra e a necessidade de estruturas como paiol, curral, etc, essas benfeitorias são derrubadas. Uma vez que a memória necessita de um grupo e de um espaço físico para manter-se viva e como elemento de identidade social, destaca-se que a espoliação econômica da propriedade repercute como uma espoliação da própria memória. Pode-se dizer que há uma desruralização, no sentido de que os espaços foram homogeneizados e os agentes deste espaço afastados. Nesse sentido, o rural não poderia mais ser caracterizado como um espaço de vida.

Caso haja a devolução das áreas ou o interesse por parte dos proprietários em encerrar a parceria, seria necessário um grande investimento para implantar outra cultura no terreno. Por isso mesmo foi dito por um entrevistado que, se por ventura houver algum problema grave no setor canavieiro, muitas pessoas “quebrariam”. Além disso, haverá certa dificuldade em localizar os limites das próprias terras. A tecnologia de mapeamento das propriedades pertence, exclusivamente, às usinas. Nem mesmo as

Casas Municipais de Agricultura municipais contam com a tecnologia de georreferenciamento. São as usinas parceiras quem detêm o controle sobre a terra, decidindo quando realizarão o plantio, a colheita e como será feito o manejo daquela propriedade.

Os proprietários detêm o título da terra, mas o exercem apenas em sua face jurídica. A propriedade econômica do solo, isto é, a apropriação do excedente econômico da terra, é das usinas parceiras. Então, a apropriação da renda fundiária passa a ser repartida entre proprietário e usina. A propriedade privada da terra pode garantir a apropriação da renda absoluta, mas a renda diferencial é apropriada pela usina. Assim, apesar de estatisticamente haver inúmeras pequenas propriedades, o controle delas é concentrado pelas agroindústrias sucroalcooleiras locais. Isso também por serem elas as possuidoras da tecnologia de ponta necessária à produção agrícola. Justamente por não contarem com esse tipo de tecnologia que os proprietários se viram impelidos a optar pela parceria agrícola. Isso reflete a própria subordinação da produção agrícola ao capital. Este tema não só está presente no rural contemporâneo, como também é sinal de suas metamorfoses.

A parceria agrícola aparece como estratégia para os agentes envolvidos na relação de propriedade e renda fundiária. Para as usinas, representa vantagens econômicas; para os pequenos proprietários, sobrevivência no sentido material e simbólico - a manutenção da identidade agricultora perpassa a existência física de uma propriedade rural; para os descendentes, forma de manter o patrimônio familiar e adquirir renda – com o envelhecimento da população rural, as novas gerações não têm interesse em manter a produção como atividade principal. Frente às transformações pelas quais o espaço rural tem passado nas últimas décadas, a questão da renda fundiária aparece como um fator a mais, que deve ser considerado.

O debate que vem pautando as transformações dos espaços rurais não coloca em questão a presença da renda fundiária – nem mesmo da questão agrária. Nas novas ruralidades se propõe a superação do viés setorial agrícola para o desenvolvimento das áreas rurais, haveria novos agentes e práticas sociais que extrapolariam a questão produtiva. Entretanto, não se trata da produção em si mesmo, mas sim das formas sociais que determinado tipo de produção assume e suas repercussões. De tal sorte que as alterações referentes às relações entre propriedade e renda fundiária são parte dos espaços rurais e apontam também as metamorfoses do rural contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, F.; ASSUMPÇÃO, M. R. P. Reestruturação e desregulamentação do complexo sucroalcooleiro: disfunções e propostas de políticas públicas. In: PAULILLO, L.F.; ALVES, F. **Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

BESKOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo:EDUSP, 1987.

BRASIL. **Lei n. 8629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm)> Acesso em 20 out. 2012.

CALDEIRA, C. Arrendamento rural no Brasil. **Observador Econômico e Financeiro**, Rio de Janeiro, 1950.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de políticas públicas **para** o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: \_\_\_\_\_ (Eds.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna:Embrapa, 2000.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudos sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro:José Olympio Editora, 1964.

CARNEIRO, M. J. Rural como categoria de pensamento. **Ruris**, n. 1, v. 2, mar.2008.

DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, n. 43, v. 15, 2001.

FASIABEN, M. do C. R. et al. Impacto econômico da Reserva Legal sobre diferentes tipos de unidades de produção agropecuária. **RESR**, Piracicaba, n. 4, v. 49, out/dez. 2012.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu, FAPESP 2007.



FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil. In: \_\_\_\_\_ . **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_, et al. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 19, n.1, jan/abr. 2002.

GUEDES, S.N.R. **Assentamentos: contragolpe na apropriação da renda ou luta pela terra?** 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1993.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LENZ, M. H. A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 7., 2007, Aracajú. **Anais...** Aracaju:UFS, 2007. Disponível em: <[http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-Sul/artigos\\_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-01-a\\_evolucao\\_do\\_conceito\\_d.pdf](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-01-a_evolucao_do_conceito_d.pdf)> Acesso em 20 out. 2011.

MARGARIDO, L. A. C. **Sistema de arrendamento de terras no setor sucroalcooleiro do Estado de São Paulo**. 1987. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Escola Superior de Agronomia “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1987.

MARTINS, J. de S. Modernização e problema agrário no estado de São Paulo. In: \_\_\_\_\_ . **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta.** São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, R. C. **Análise dos impactos socioambientais do processo de modernização agrícola das áreas de influência dos reservatórios de Barra Bonita e Jurumirim.** 2000. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2000.

\_\_\_\_\_. Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais. **Sociologias.** Porto Alegre, ano 8, n. 15, jan/jun 2006.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política (livro III).** São Paulo. Difel, 1983.

MORAES, A.C.R.; COSTA, W.M. **A valorização do espaço.** São Paulo. Hucitec, 1984.

MOREIRA, R.J. **Renda da natureza e territorialização do capital.** São Paulo. Expressão Popular, 2007.

NASCIMENTO, C. A. O. **Concentração e centralização de capitais na agroindústria brasileira na década de 1990: o caso do setor sucroalcooleiro.** 2001. 204 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2001.

NETO, W.G. **Estado e agricultura no Brasil.** Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo. Hucitec, 1997.

PATTON, Michael. Q. **Qualitative research and evaluation methods.** London: Sage Publications, 2002.

PICANÇO FILHO, Artêmio F.; MARIN, J. O. B. Contratos de fornecimentos de cana de açúcar: as assimetrias de poder entre os agentes. **Interações.** Campo Grande, n. 02, vol. 13, jul/dez. 2012.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos históricos,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PRADO JR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo:Brasiliense, 1994.

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

REIS, T. **Territórios e novas arenas de poder no rural paulista: um estudo de caso**. 2010. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

SALINAS, P. A. **Arrendamento e parceria na agricultura brasileira: condicionantes, contratos e funcionamento**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: fev/2012.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n.11, jan./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. Ciências Sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo-território**, Uberlândia, v. 4, n.7. fev. 2009.

SEVERO, José Ricardo. **Cana de açúcar: como calcular o valor da cana**. Comissão Nacional de Cana de açúcar. s/d. Disponível em: <<http://www.gape-esalq.com.br/portal/Como%20calcular%20o%20valor%20da%20tonelada%20de%20cana.pdf>>Acesso em out/2012.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora UNESP. 1999.

SIMONSEN, R. **As crises no Brasil**. São Paulo: São Paulo Editora, 1930.

SOLARI, A. B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs) **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1976

STINCHCOMBE, A. L. Classes sociais e meio rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs) **Vida rural e mudança social**. São Paulo:Nacional, 1976

WANDERLEY, M. N. B. O camponês, um trabalhador para o capital. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.2, n.2, jan-abr, 1985.

\_\_\_\_\_. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.15, out. 2000.

\_\_\_\_\_. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre:Editora UFRGS, 2009.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A – CADERNO DE FOTOS

Parte da metodologia do trabalho foi a fotodocumentação, uma vez que “o visual se torna cada vez mais documento e instrumento indispensáveis na leitura sociológica dos fatos e fenômenos sociais” (MARTINS, 2008, p.10). Aqui serão expostas fotografias tiradas durante o trabalho de campo que, de alguma forma, auxiliaram na compreensão da importância e magnitude do planto canavieiro no cotidiano dos habitantes de São Manuel, Barra Bonita e região. Todas as fotos são de autoria própria, efetuadas no mês de junho de 2012.

São destacáveis diferenças significativas nas paisagens dos municípios. Em Barra Bonita é mais notável a presença de elementos relacionados ao cultivo canavieiro, como carcaças de treminhões, ônibus de transporte de cortadores de cana e a própria fumaça da usina, que se confunde com as nuvens. Em São Manuel esses elementos são quase imperceptíveis, ficando à vista, entretanto, a diversidade de cultivos. Diferente de Barra Bonita, que tem sua produção agrícola quase total destinada à cana de açúcar, São Manuel ainda conta com o cultivo de café, milho, eucalipto e pasto para gado. Isso pode ser visto mais de perto principalmente nas fotos de Pratânia, município vizinho de São Manuel, onde há uma cooperativa de cafeicultores da região e uma associação de produtores rurais.

São destacáveis também as fotos referentes à visita à Usina Raízen, em Barra Bonita. Essa Usina é responsável por grande parte dos canaviais de toda a região, compreendendo cerca de 10 municípios. A partir das fotos é possível observar a magnitude do processo agroindustrial da cana de açúcar, assim como compreender a forma como todo o material advindo da cana é aproveitado no processo industrial - especificamente o bagaço que gera energia para a usina e para a comercialização.

Dividiu-se este caderno de fotos em três sessões: cotidiano, mar de cana e visita à usina. Na primeira se buscou sinalizar elementos relacionados com a produção canavieira presentes na região de São Manuel e Barra Bonita, como parte da paisagem, tanto rural como urbana. Na sessão mar de cana foram apresentadas fotos demonstrando tanto a vastidão da cana de açúcar nas paisagens locais quanto a coexistência de outros cultivos com a cana. A terceira sessão expõe a magnitude da estrutura interna da Usina Raízen, a grande quantidade de caminhões que circulam 24 horas ininterruptas, a pouca

presença de trabalho humano e o reaproveitamento de todo o material no processo industrial.

### 1-) COTIDIANO



**Foto 01**

Barra Bonita.

Fumaça da Usina Raízen ao fundo, se confundindo com as nuvens. Parte da paisagem e do cotidiano dos barra-bonitenses.



**Foto 02**

Igaráçu do Tietê (município vizinho à Barra Bonita).

Carcaça de treminhão nas ruas - a presença da cana exposta no cotidiano da cidade dormitório.

**Foto 03**

Barra Bonita

Transporte dos poucos cortadores de cana ainda presentes em Barra Bonita, em frente à rodoviária municipal. Dinâmica do cultivo canavieiro como parte do cotidiano da cidade.

## 2-) MAR DE CANA

**Foto 04**

Barra Bonita

Barco de passeio no rio Tietê - opção de atividade turística da região - ao fundo plantação de cana próxima à área residencial. Esse turismo ambiental coexiste no espaço com a cana-de-açúcar.



**Foto 05**

São Manuel

Horizonte exclusivo de cana de açúcar. Em exceção aos trabalhadores da colheita, não há sinal de outra vida humana – não há sedes de fazendas, nem qualquer estrutura da dinâmica social local (capelas ou salões).

**Foto 06**

Pratânia (município vizinho a São Manuel).

Plantio de cana de açúcar ao lado esquerdo e de café ao lado direito. Tentativa de manutenção de outro tipo de produção. Nessa região há ainda o corte manual em áreas de declive, contudo há maior diversificação de cultivos.

**Foto 07**

Pratânia (município vizinho a São Manuel).

Visão da diversidade de culturas – milho no primeiro plano à esquerda, cana de açúcar ao fundo e eucalipto também ao fundo. Nesta propriedade há uma associação de pequenos produtores, que busca resistir ao avanço da cana de açúcar.

**Foto 08**

São Manuel

Presença de pasto (esquerda), ao lado da plantação de cana de açúcar (direita). Observa-se que área de pasto não é de grande declive, nem de grande extensão, o que leva a crer que pode se tratar de uma área de reforma. Isto é, uma área de cultivo de cana que passa pelo período de reforma, onde a presença do gado aparece como forma de adubar o solo.

### 3) VISITA À USINA RAÍZEN



**Foto 09**

Barra Bonita

Caminhões “romeu e julieta” no pátio da Usina Raízen, em espera para descarregar. Por conta da chuva dos dias anteriores, houve atraso na entrega da cana, causando excesso de caminhões na espera.



**Foto 10**

Barra Bonita

Caminhões na fila para descarregar a cana. O fluxo de caminhões “romeu e julieta” (que transportam cana cortada mecanicamente, sem queima) e de treminhões (que carregam apenas cana queimada) ocorre 24 horas por dia, ininterruptamente.

**Foto 11**

Barra Bonita

Primeira entrada da cana de açúcar na máquina, passará pela esteira e depois pela moagem. Atenta-se para a presença de apenas um funcionário no meio da magnitude das máquinas e da cana de açúcar.

**Foto12**

Barra Bonita

Treminhão sendo descarregado. Processo de descarregamento quase inteiramente mecanizado, dura menos de 10 minutos.





**Foto 13**

Barra Bonita

Saída da caldeira de queima do bagaço da cana para geração de energia que supre a própria usina e também é vendida.

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

### *Parte I – caracterização:*

1. Nome:
2. Idade:
3. Grau de instrução:
4. Origem:
  
5. Família
  - 5.1 Quantos filhos tem?
  - 5.2 Onde moram?
  - 5.3 Se ocupam em quais atividades?
  
6. Trabalho
  - 6.1 Sempre trabalhou com a terra?
  - 6.2 Trabalha em que atualmente?
  - 6.3 *[se trabalha em algo que não a produção agropecuária]:* Porque não trabalha mais com a terra?
  
7. Propriedade
  - 7.1 Quantas propriedades tem?
  - 7.2 Qual a origem das propriedades, são da família? Se sim, qual geração adquiriu?
  - 7.3 Onde ficam?
  - 7.4 *[se mais de uma propriedade]* Quantas são arrendadas para a cana?
  - 7.5 Qual o tamanho da/de cada propriedade?
  
8. Moradia
  - 8.1 Morou em alguma das propriedades?
  - 8.2 *[se morou]* Teve que sair da propriedade quando arrendou?
  - 8.3 Onde mora atualmente (próprio ou alugado)?

### *Parte II – Questões a ser abordadas*

1. Por que decidiu arrendar a propriedade?
2. O arrendamento foi integral (da propriedade inteira) ou parcial (só de uma parte)?
3. O que cultivava antes de arrendar? Dava renda essa cultura?
4. Quando arrendou, de quem foi o interesse (seu ou a Usina fez a abordagem)?
5. O que vai fazer quando acabar o contrato de arrendamento?

- Para os que não saíram da propriedade:
6. Sente falta da autonomia na propriedade?
- 
- Para os que saíram da propriedade:
7. Sente falta da vida na propriedade?
  8. A família apoiou a saída da propriedade?
  9. Como é a vida na cidade?
  10. Pensa em voltar pra propriedade? Se sim, voltará a plantar?

## APÊNDICE C - CARACTERIZAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS PARCEIROS

Foram 19 os entrevistados, dentre os quais 13 são arrendadores. Deste total, 05 arrendam para a Usina São Manoel, 05 arrendam para a Usina Raízen e 03 arrendam para outros fornecedores. Além disso, foram entrevistados 02 entrevistados que deixaram de ser arrendadores e 01 fornecedor arrendatário. Aqui serão caracterizados aqueles que se relacionam diretamente com a questão da propriedade rural e da renda fundiária. Todos os nomes utilizados são fictícios.

Os entrevistados eram majoritariamente pequenos e médios proprietários, com a ressalva de dois grandes. Do total de treze proprietários arrendadores, seis não completaram a 4ª série do Ensino Fundamental (atualmente chamado de 5º ano), outros dois concluíram o Ensino Médio (um fez Ensino Médio Técnico Agrícola) e o restante cursou nível superior. Dois deles obtiveram formação na Força Aérea Brasileira (FAB), outro em áreas Serviço Social e dois em Engenharia Agrônoma. Cinco entrevistados têm outras ocupações além da produção agropecuária: um em cargo público na Prefeitura Municipal de Barra Bonita, outro a frente do Sindicato Rural Patronal, um como prestador de serviços para a Usina Raízen e dois na área do comércio. Três proprietários são aposentados, sendo que aqueles que sempre se ocuparam com a produção agrícola, apesar do avançado da idade, não se declaram aposentados.

Os entrevistados tinham entre 38 e 81 anos, sendo que a maioria estava na faixa acima dos 50 anos. As propriedades são de origem familiar, tendo pertencido aos pais ou avós dos entrevistados, em exceção de dois proprietários que adquiriram a fazenda por meio de compra. Um desses era de família produtora, contudo, morou na cidade e se ocupou com o comércio, retomando o trabalho agrícola já mais velho. O outro é de origem urbana, não tendo tradição produtora. O restante dos entrevistados morou na fazenda até, pelo menos, a adolescência. Destaca-se que todos os entrevistados são brancos, e a maioria do sexo masculino.

Havia a presença de apenas três mulheres a frente de propriedades, sendo uma idosa, com trajetória exclusivamente agrícola, tendo sempre morado na propriedade rural e nunca se casado. Esta declarou que sempre trabalhou com a terra e com o serviço de casa, mas, atualmente, devido à idade, são os sobrinhos que “tocam” a fazenda. Outra, também idosa, apenas saiu da fazenda ao contrair o matrimônio. As outras duas, na faixa de 47/50 anos, também são solteiras, sendo que uma delas nunca morou na



propriedade rural, faz apenas 10 anos que reside na mesma, pois está acompanhando o pai; atualmente não é mais arrendadora. As últimas duas relataram uma série de dificuldades em relação à administração da propriedade, uma vez que não tinham experiência no ramo de produção agrícola.

Segue abaixo a caracterização apenas dos entrevistados que são tem ou tiveram contratos de parceria agrícola.

## SÃO MANUEL

### *Entrevistado 1*

Nome	Fabício
Idade	66 anos
Grau de instrução	4ª série
Origem	São Manuel
Família	Casado, 4 filhos.
Ocupação	Produtor rural
Qntd propriedades	10 pequenas
Origem propriedades	Compra individual.
Situação propriedade	02parcialmente arrendadas para Usina Raízen, nas áreas que a usina não quis arrendar (declividade), cultiva pasto para o gado.
Tamanho propriedade arrendada	+/- 48ha
Residência	Morou no sítio até a adolescência, desde então reside na cidade.

### *Entrevistado 2*

Nome	Tânia
Idade	74 anos
Grau de instrução	4ª série
Origem	São Manuel
Família	Solteira
Ocupação	Dona de casa/Produtora rural
Qntd propriedades	1 pequena
Origem propriedades	Pertencia ao pai, após o falecimento, foi feita divisão entre irmãos.
Situação propriedade	Parcialmente arrendada para Usina São Manoel (10,7ha), no restante cultiva café, milho para alimentar o gado e pasto.
Tamanho propriedade arrendada	20,3ha
Residência	Sempre morou no sítio
Observação	Pai já era fornecedor, depois passou a ser arrendante de outra usina, em Lençóis Paulista. Após a divisão, cada irmão optou por continuar ao não o arrendamento com a mesma usina.

*Entrevistado 3*

Nome	Enrique
Idade	64 anos
Grau de instrução	4ª série
Origem	São Manuel
Família	Casado, 2 filhos.
Ocupação	Produtor rural
Qntd propriedades	01 pequena
Origem propriedades	Pertencia ao pai, após o falecimento, foi feita divisão entre irmãos.
Situação propriedade	Arrendada parcialmente para Usina da São Manoel. Cultiva café na parte restante
Tamanho propriedade arrendada	24,2 ha
Residência	Sempre morou no sítio

*Entrevistado 4*

Nome	Lauro
Idade	64 anos
Grau de instrução	Ensino Superior – Força Aérea Brasileira (FAB)
Origem	São Paulo
Família	Divorciado, 2 filhos.
Ocupação	Aposentado e produtor rural
Qntd propriedades	1 média
Origem propriedades	Pertencia ao pai, após o falecimento, a mãe ficou com o uso fruto. A propriedade não foi dividida, junto com os irmãos é responsável pela produção.
Situação propriedade	Arrendada parcialmente para Usina Raízen
Tamanho propriedade arrendada	170 ha
Residência	Sempre morou na cidade, passou a morar no sítio em 2000.
Observação	Pai também pertencia à FAB, mas família tinha propriedade, por isso ao se aposentar, adquiriu a fazenda. O plantio era de café anteriormente, contando com um arrendamento para pastagem. Em 1993 o pai fez o arrendamento parcial para a cana, manteve o café. Usina devolveu terras em 2000, mas em 2006 tornou a arrendar.

*Entrevistado 5*

Nome	Luciana
Idade	47 anos
Grau de instrução	Ensino Superior – Administração
Origem	São Manuel
Família	Solteira
Ocupação	Cargo administrativo na Prefeitura Municipal de São Manuel e produtora rural
Qntd propriedades	1 média
Origem propriedades	Pertencia aos avós – época de fundação da cidade. Atualmente o pai tem o usufruto, sendo ela a tutora legal da terra.
Situação propriedade	Abandonou arrendamento em 2000, pois houve mudança no tipo de contrato, e o valor pago era baixo. Atualmente tem café e eucalipto, tendo já tipo por curto período, olericultura.
Tamanho propriedade arrendada	63 ha
Residência	Morou na cidade de São Manuel, depois em São Paulo. Mora atualmente no sítio, acompanhando o pai.
Observação	Avós já arrendavam para a cana desde 1970. Depois pai manteve o arrendamento e, na década de 1990, decidiu se tornar fornecedor.

*Entrevistado 6*

Nome	Beto
Idade	64 anos
Grau de instrução	4ª série
Origem	São Manuel
Família	Casado, 3 filhos (um falecido).
Ocupação	Produtor rural
Qntd propriedades	1 média
Origem propriedades	Pertencia à mãe, atualmente ela tem apenas o usufruto legal, e ele e a irmã são tutores da propriedade.
Situação propriedade	Arrendadas parcialmente para Usina São Manoel (68 ha), cultiva nas demais áreas, café, milho e eucalipto.
Tamanho propriedade arrendada	163 ha
Residência	Sempre morou no sítio
Observações	Antes do arrendamento (há 7 anos) tinha gado de leite, mas a dificuldade era excessiva e o lucro baixo, por isso preferiu optar pela cana de açúcar.

*Entrevistado 7*

Nome	Pedro
Idade	61 anos
Grau de instrução	Ensino superior – Engenharia Agrônoma
Origem	Cafelândia
Família	Solteiro.
Ocupação	Diretor Sindicato Rural Patronal de São Manuel, professor em curso profissionalizante agrícola( Jovem Aprendiz Rural) e produtor rural.
Qntd propriedades	1 grande e 2 pequenas
Origem propriedades	A maior propriedade é familiar,dos avós (entre as primeiras fazendas da cidade). Junto com os 4 irmãos é tutor da propriedade, sendo o pai o uso fruturário. As propriedades menores foram compradas.
Situação propriedade	A maior é arrendada parcialmente para Usina São Manoel. Cultiva pastagem (24,2ha) nas áreas que a usina não quis arrendar (declividade) e café.
Tamanho propriedade arrendada	363 ha
Residência	Morou no sítio até os 17 anos, quando saiu para estudar na UNESP Jaboticabal. Residiu em Bauru por certo período e atualmente está na fazenda que tem o arrendamento.
Observação	Pai já era arrendador. Relatou dificuldades na manutenção das áreas de café, dizendo que pretendia posteriormente arrendá-las também.

*Entrevistado 8*

Nome	Tadeu
Idade	48 anos
Grau de instrução	Ensino médio completo
Origem	Três Rios – RJ
Família	Casado, 2 filhos.
Ocupação	Comerciante
Qntd propriedades	1 pequena
Origem propriedades	Compra individual
Situação propriedade	Arrendada para Usina Raízen
Tamanho propriedade arrendada	24,2 ha
Residência	Nunca morou em propriedade rural, residindo atualmente em Barra Bonita.
Observação	A família sempre esteve envolvida no setor de comércio, adquiriu a propriedade para fins de lazer. Chegou a ter ovinocultura, gado de leite, de corte e café, mas como estava dedicado ao comércio, não pode manter nenhuma dessas produções e optou pelo arrendamento.

**BARRA BONITA***Entrevistado 1*

Nome	Luiz Paulo
Idade	55 anos
Grau de instrução	Ensino Superior – Engenharia Agrônoma
Origem	Barra Bonita
Família	Casado, 2 filhos.
Ocupação	Empresário (prestadora de serviço de colheita, corte, equipamentos em geral para cultivo de cana de açúcar), integrante da diretoria da Associação de Fornecedores de cana e produtor rural.
Qntd propriedades	01 média
Origem propriedades	Pertence ao pai, que já era fornecedor de cana desde 1968.
Situação propriedade	Atua como fornecedor de cana, sendo arrendatário de aproximadamente 48,4 ha de propriedades vizinhas
Tamanho propriedade arrendada	193, 6 ha
Residência	Morou no sítio até a adolescência, desde então reside na cidade.

*Entrevistado 2*

Nome	Paula
Idade	74 anos
Grau de instrução	4ª série
Origem	Barra Bonita
Família	Casado, 2 filhos.
Ocupação	Dona de casa
Qntd propriedades	1 pequenas
Origem propriedades	Pertencia ao pai, que já era fornecedor de cana desde a década de 1960.
Situação propriedade	Arrendada integralmente para um fornecedor maior.
Tamanho propriedade arrendada	19,3 ha
Residência	Morou no sítio até os 30 anos, quando se casou e foi residir na cidade onde está até hoje.
Observação	Após o falecimento do pai, fez arrendamento para um fornecedor, contudo, este devolveu a terra antes do fim do contrato, sem tratamento e desgastada. Paula passou a cuidar da propriedade, mas com o envelhecimento abandonou a atividade, arrendando novamente para outro fornecedor. Na propriedade ainda se mantém a sede do sítio, onde o irmão reside.

*Entrevistado 3*

Nome	Fernando
Idade	70 anos
Grau de instrução	4ª série
Origem	Santa Bárbara D'Oeste
Família	Casado, 3 filhos.
Ocupação	Produtor rural
Qntd propriedades	01 grande
Origem propriedades	Compra individual
Situação propriedade	Arrendada para Usina Raízen. Nas áreas que a usina não quis arrendar, mantém gado bovino e ovinicultura.
Tamanho propriedade arrendada	413 ha
Residência	Morou no sítio até os 19 anos, desde então reside na cidade.
Observação	Família era moradora numa fazenda em Piracicaba. Compraram propriedade pequena em Barra Bonita e forneciam cana. Com o passar do tempo, adquiriram mais propriedades. Depois vendeu essas propriedades e adquiriu fazenda no Mato Grosso, para o plantio de soja e arroz, na década de 1980. Como o empreendimento não deu certo, vendeu tal fazenda e comprou a atual em Barra Bonita.

*Entrevistado 4*

Nome	Bruno
Idade	38 anos
Grau de instrução	Ensino médio completo – Técnico Agrícola
Origem	Piracicaba
Família	Casado, 2 filhos.
Ocupação	Prestador de serviço (equipamentos e maquinários para colheita cana) e produtor rural (fornecedor de cana).
Qntd propriedades	1 pequena
Origem propriedades	Pertencia à avó, que ainda é viva. Se mantém como uso futurária, sendo os filhos/netostutores legais.
Situação propriedade	Arrendada parcialmente para Usina Raízen. Não foi feita a divisão legal entre os herdeiros.
Tamanho propriedade arrendada	A área total da propriedade é de 169,4 ha. Desses, 48,4 são arrendados (renda vai integralmente para a avó). O restante é dividido entre os herdeiros, ficando 30,2 ha para cada um.
Residência	Morou no sítio até os 8 anos, desde então reside na cidade.
Observação	Anteriormente a área arrendada também era parte da área de fornecimento. Contudo, devido à proximidade do perímetro urbano e uma queima acidental, se decidiu por arrendar essa parte e destinar a renda para a avó, que tem uso fruto da propriedade.

*Entrevistado 5*

Nome	Cristovam
Idade	81 anos
Grau de instrução	2ª série
Origem	Platina
Família	Casado, 3 filhos.
Ocupação	Aposentado Força Aérea Brasileira – FAB, teve comércio e atualmente é produtor rural
Qntd propriedades	01 pequenas
Origem propriedades	Pertencia ao sogro.
Situação propriedade	Arrendada parcialmente para fornecedor. Mantém a sede do sítio, onde os filhos e netos residem. Em outra parte, pequena, tem olericultura, cujos produtos são vendidos no armazém que tem na cidade.
Tamanho propriedade arrendada	12,1 ha
Residência	Morou em propriedade rural até os 8 anos de idade, depois se mudou para São Paulo e mais tarde, para a cidade de Barra Bonita, onde está nos dias atuais.
Observação	Os sogros cultivavam café e posteriormente migraram para a cana. Depois que Cristovam assumiu, arrendou para fornecedor, que devido crise no setor, devolveu a propriedade antes do fim do contrato. Ele plantou mamona por um período, depois arrendou novamente para outro fornecedor

*Entrevistado 6*

Nome	Nádia
Idade	50 anos
Grau de instrução	Ensino Superior – Serviço Social
Origem	Barra Bonita
Família	Solteira
Ocupação	Assistente Social – Prefeitura Municipal de Barra Bonita
Qntd propriedades	03 pequenas
Origem propriedades	Pertencia aos avós.
Situação propriedade	02 arrendadas integralmente para fornecedor. Família já arrendava há aproximadamente 15 anos. Antes pai plantava milho e café.
Tamanho propriedade arrendada	19,3 ha
Residência	Morou no sítio até os 3 anos, desde então reside na cidade.
Observação	Na época do pai, era apenas uma propriedade. Foi feita doação para construção de um bairro no município e em contrapartida, prefeitura doou outra área na cidade para a família.

*Entrevistado 7*

Nome	Flávio
Idade	64 anos
Grau de instrução	Ensino Superior – Engenharia Agrônoma
Origem	Santa Bárbara D'Oeste
Família	Casado, 3 filhos.
Ocupação	Direção Associação Fornecedores de Cana, presidente cooperativa de cana municipal (em vias de venda para CooperCana) e produtor rural
Qntd propriedades	3 pequenas (não foi claro em relação à quantidade de propriedades, em cada momento dizia um número)
Origem propriedades	Pertencia aos avós (primeiras fazendas do município), mas outras foram adquiridas por meio de compra.
Situação propriedade	02parcialmente arrendadas para Usina Raízen, nas áreas que a usina não quis arrendar (declividade), cultiva pasto para o gado.
Tamanho propriedade arrendada	Não informou
Residência	Morou no sítio até os 14 anos, família se mudou para Barra Bonita em 1945 e passou a residir na cidade. Depois, aos 17 anos, estudar na ESALQ, em Piracicaba.
Observação	Participou da elaboração do primeiro projeto Pró-Álcool, logo após a conclusão do curso de graduação. Foi presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.